



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

TENDAS DA SOBREVIVÊNCIA:

Trabalho e “arranjos” sócio - culturais
trabalhadores de fogos de artifício - Recôncavo Sul – BA
1950 – 1970

ROSINEIDE COSTA BRITO DOS SANTOS

SANTO ANTONIO DE JESUS

JUNHO / 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSINEIDE COSTA BRITO DOS SANTOS

TENDAS DA SOBREVIVÊNCIA:

TRABALHO E “ARRANJOS” SÓCIO - CULTURAIS
TRABALHADORES DE FOGOS DE ARTIFÍCIO - RECÔNCAVO SUL
BA -1950 – 1970

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Daniel Francisco dos Santos

JUNHO / 2009

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Rosineide Costa Brito dos.

Tendas da sobrevivência: trabalho e “arranjos” sócio – culturais - trabalhadores de fogos de artifício - Recôncavo Sul (1950-1970); Rosineide Costa Brito dos Santos. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Francisco dos Santos

Dissertação (Mestrado) – UNEB / Programa de Pós-graduação em História Regional e Local. Campus V. Departamento de Ciências Humanas.

1. Recôncavo Sul - História - Cidade
2. Trabalhadores – Trabalho – Arranjos sociais
3. História Regional – Recôncavo Sul. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSINEIDE COSTA BRITO DOS SANTOS

TENDAS DA SOBREVIVÊNCIA:

Trabalho e “arranjos” sócio - culturais
trabalhadores de fogos de artifício - Recôncavo Sul – BA
1950 – 1970

Dissertação aprovada como requisito básico
para obtenção do grau de Mestre em História,
do curso de Pós-Graduação em História
Regional e Local da Universidade do Estado da
Bahia – UNEB, Campus V.

Prof. Dr. Daniel Francisco dos Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. Charles de D’Almeida Santana
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof^a. Dr^a. Janete Ruiz de Macedo
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Santo Antonio de Jesus – Bahia
2009

Com amor,

Para meus pais, Antonio Carlos dos Santos [S. Tozinho] e Maria Costa Brito dos Santos, [D.Marialva] in-memorian. Para meu esposo, Zezito Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

Como diz um poeta “o importante é persistir podendo ou não chegar até o fim”. Eu persisti e consegui realizar muitos sonhos até aqui. Para isto, foi imprescindível a companhia física e espiritual de muita gente.

Assim, quero agradecer:

- À Deus, pela força e pelo canto que há em mim.
- À Tozinho, Zé, Mery, Paula, Tulinho, Tata e Geovana. A minha querida família com quem partilhei semanalmente, lutas, saudades e esperanças.
- As queridas: Michelle, Dei e Creuza.
- A minha família caetiteense pela partilha de forças e alegrias [Ana, Bia, Euvídio, Dolores, Manoel, Aline, Gui, Zelina, Mateus, Tay, Tamires, Jorge, Geraldo, Mariana, Gabriela e Maria], Nilza Antônio e D. Isabel.
- A toda família Dimensão pelo incentivo e compreensão de minha ausência.
- As queridas Elisabete Rodrigues e Cíntia Luz. Amigas com quem pude contar nos momentos mais intrigantes do contexto humano e acadêmico.
- Nany, Ana, Leu, D. Basília, S. Albino e Jai pelas fotos e votos de sucesso.
- A Família Tupinambá pelo incentivo e fontes para a pesquisa. Em especial a Ediane e Margarida Tupinambá.
- A força constante de: Mares, Amanda, Eva, Néia, Hamilton, Romar, Lupicino, Vanessa, Evanice, Leninha, Cely e D. Jana.
- As escolas PEA e Eliseu Leal onde sou lotada nas pessoas de Ediênia, Jusse e Dilmária.
- A todos os funcionários dos Arquivos Públicos e Câmaras Municipais de Nazaré e de Santo Antônio de Jesus. Em especial a S. Augusto pela acolhida e dedicação com que zela de um desses espaços.
- A Dr^a. Fábria de Brito por ter me incentivado a fazer algumas escolhas para o bom andamento da saúde num tempo oportuno.
- Aos funcionários do Mestrado: Andréia, Louise, Consuelo e, em especial, a Ane, pessoa com quem me fortaleci diante de alguns desafios.
- Aos Profs. Walter Fraga, Wilson, Felipe e Suzana pelos oportunos direcionamentos no espaço acadêmico. E, em especial, ao Prof. Charles

Santana, com quem pude contar com a orientação quando este trabalho ainda era uma monografia do curso de Especialização na UESB em Conquista, como professor inspirador nas aulas de Teorias, Métodos e Discursos da História e, sobretudo, um amigo sempre pronto a nos atender através de sua “pedagogia” docente / humana.

- A todos os colegas do Mestrado: Fabiana, Felipe, Marcos profeta, Marcos, Cleide, Luís Alberto, Raul, Liliane, Nássaro, Moisés e, em especial, a Rosana e Edilma “amigas doces” com quem dividi em muitos momentos, gentilezas, orações e afeições.
- A Prof^a Maria de Fátima Novaes Pires. A primeira pessoa com quem dialoguei sobre este objeto de estudo. Uma entusiasta da minha caminhada acadêmica.
- A Prof^a Janete Ruiz: através da banca de qualificação contei para dar um “salto acadêmico”.
- Ao querido Prof. Daniel Francisco, um dia professor, observador de estágio e hoje meu orientador. Em tudo e por tudo, eu só tenho agradecer. Sua paciência e confiança me ajudaram a crescer e me fortalecer durante essa caminhada. Muito obrigada!
- Aos Professores de graduação pelo incentivo durante toda a vida estudantil.
- A todos os trabalhadores de fogos de artifício. Suas memórias ajudaram a tecer um novo horizonte para a história. Suas amizades, uma luz na minha caminhada.
- A tanta gente do meu saudoso Recôncavo Sul, em especial da minha pequena e grande Muniz Ferreira com quem sempre partilho: sorrisos, cansaços, esperanças, gentilezas, comida gostosa, cheiros, beijos, orações, saudades e tantas outras emoções. Mais do que um espaço: um lugar de minha memória.
- Ao meu esposo e companheiro de todas as horas, Zezito Rodrigues, pela compreensão das minhas ausências no nosso espaço de vida e trabalho. Pelos debates intelectuais e, sobretudo, por todo amor dispensado ao que penso, falo e produzo. Tudo contribuiu para dinamismo da nossa “história”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APMN – Arquivo Público Municipal de Nazaré

APMSAJ - Arquivo Público Municipal de Santo Antonio de Jesus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa do Recôncavo Sul com destaque para Nazaré, Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus.

FIGURA 2- Vista parcial da distribuição da Fábrica de Fogos Tupy no Bairro do Apagafogo na cidade de Nazaré – BA .

FIGURA 3 - Vista parcial da distribuição da Fábrica de Fogos Tupy no Bairro do Apagafogo na cidade de Nazaré – BA.

FIGURA 4 – Propaganda dos Fogos Tupy – Jornal O Alvitre – 1952.

FIGURA 5 – Capa do livro de canto para Missa festiva em homenagem ao aniversário de Juvenal Moreira Tupinambá.

FIGURA 6 - Cenário parcial do Rio Fundo.

FIGURA 7 - O Beco de Bigurriho atual Rua do Calabá / S.A.j.

FIGURA 8 – Em outro ângulo, o mesmo Beco de Bigurriho.

FIGURA 9 - D. Maria da Glória Santos Mota na "terça".

FIGURA 10 - Domicílio de D. Paulina Santana Santos.

FIGURA 11 - Outro ângulo, o domicílio de D. Paulina Santana Santos.

FIGURA 12 – O tendeiro e a confecção da pólvora na tenda.

FIGURA 13 – A roda- Fotografia de pesquisa, 2008.

FIGURA 14 - Crianças desfilando numa micareta na cidade de Muniz Ferreira.

FIGURA 15 - Outro ângulo, crianças desfilando numa micareta na cidade de Muniz Ferreira.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Livro de Registro de Produtos de Exportação da Cidade de Nazaré 1935.

TABELA 2 - Taxa anual de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais da cidade de Santo Antonio de Jesus.

TABELA 3 - Taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante da cidade de Santo Antonio de Jesus.

RESUMO

Esta pesquisa trata do trabalho e do cotidiano dos trabalhadores de fogos de artifício das cidades de Santo Antonio de Jesus, Muniz Ferreira e Nazaré no Recôncavo Sul da Bahia, a partir da segunda metade do século XX. Homens, mulheres e crianças, que, a partir de uma reorganização da produção fogueteira, viram-se, consecutivamente, expropriados de seus próprios costumes e re-estabelecidos num outro sistema ou, emergentes deste novo perfil de trabalho com materiais explosivos na região. A partir de uma investigação sobre os espaços ocupados por essa produção, foi possível chegar aos trabalhadores, ver a natureza, o ritmo e as relações de trabalho tecidas durante o amearhar de suas sobrevivências. Mais do que oficinas desse tipo de artesanato, a tenda e o domicílio aparecem como lugares da tensão entre trabalhador e o objeto do seu trabalho. Fora dessas “fábricas”, foi também possível identificar os trabalhadores como sujeitos históricos que, através de “arranjos” sociais diversos, buscaram ocupar seus espaços. O período escolhido [1950-1970] para esse estudo justifica-se pelas contradições apresentadas entre o discurso de “adiantamento social” do poder público e o real concreto vivido por grande parte da população durante a sistematização fogueteira na região estudada. Em toda a pesquisa, as fontes orais foram privilegiadas. Fontes escritas como: atas das câmaras municipais, jornais, livros de leis e decretos, portarias e imagéticas como fotografias também foram utilizadas.

PALAVRAS-CHAVES: Recôncavo Sul, fogos de artifício, trabalho, trabalhadores, tenda e domicílio.

ABSTRACT

This research deals with the firework workers' daily work from Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira and Nazaré in the coast of Bahia since the second half of the twentieth century. Men, women and children, due to the reorganization of the firework production, began to lose their own habits of production and needed to adapt themselves to the new system. Through investigation about the new explosive production and its occupied territory, it was possible to contact the workers; observe the nature and the condition of work. Tents and domiciles have been places of tension between workers and object of their work, rather than workshop of this kind or handicraft. Beyond the working process, it was possible to identify the workers as historical subjects who, through social arrangements, got their place in the history of Bahia. The chosen period for this study (1950-1970) justifies itself for the presented contradictions between the "social speech" of the government and the people's real life during the firework systematization in the focused region. Oral resources were given much attention throughout the study. Written resources such as newspapers, rule books, legislation records, as well as ordinances and imagery like photos were used.

KEYWORDS: South coast, fireworks, work, workers, tent and domicile.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
-----------------------------	----

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO TRABALHADOR DE FOGOS DE ARTIFÍCIO NO RECÔNCAVO SUL.....	23
Entre traques, foguetes, buscapés e bomba de cordão.....	24
Tupinambá: “a nova era” dos fogos de artifício.....	43
Adiantamento social, economia e pobreza do Recôncavo Sul.....	55
Localização, vocação e fiscalização das tendas.....	62

CAPÍTULO II

O TRABALHO: ESPAÇOS, TRABALHADORES E TENSÕES.....	85
Tensões socioculturais do trabalho - o tendeiro e a tenda.....	86
O trabalho a domicílio: novas relações, novos personagens.....	93
Outros trabalhadores na tenda.....	110
Crianças e adolescentes “cinzentos” nas “tendas”.....	123

CAPÍTULO III

A REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS.....	134
Um salto através do bode.....	135
Folias arranjadas.....	144
Viva São João!.....	154

CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
----------------------------	-----

GLOSSÁRIO	165
-----------------	-----

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
---	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando ainda habitava o mundo infantil, percebia a minha volta, em cada casa que entrava da minha pequena cidade de Muniz Ferreira, localizada a 73 km de Salvador, homens, mulheres e crianças trabalhando na fabricação de fogos. Materiais explosivos que ganhavam presença marcante nas festas juninas, quando as "cobrinhas" jogadas na varanda, os "traques" estalados pelo malabarismo das mãos, as "bombas", as "chuvinhas" traziam para aquela noite um brilho, uma alegria inusitada.

Como criança, jamais imaginaria que a cada um dos fogos que “tocava” no terreiro com parentes e vizinhos, contrastavam, no seu brilho, com o duro trabalho de fabricá-los. O tempo de criança passou e trouxe o meu ingresso no meio acadêmico. A fabricação de fogos de artifício persistia na cidade de Muniz Ferreira e a minha ótica voltava-se, não apenas para a diversão que eles me proporcionavam, nesta fase, ao pé da fogueira. O olhar recaía para a história de quem os fabricava: homens, mulheres, crianças e, sobretudo, “as normas surdas” que persistiam em conduzir os seus viveres ligados ao trabalho com fogos, como algo “natural” e livre de qualquer embate social.

Em primeiro momento ele se constituiu como um projeto que contemplava o estudo sobre os trabalhadores da cidade de Muniz Ferreira na década de 1950. Com efeito, as próprias incidências envolvendo os trabalhadores de fogos de artifício na região apontavam para um estudo regional desses sujeitos.

Nesse contexto, no dia 11 de dezembro de 1998, a palavra feliz aniversário se repetia em minha vida, trazendo a promessa de um dia inteiro para comemorar. Para se inquietar diante das respostas “corretas” e entender o poder relacional da História em tudo que nos cerca. Potencializar o olhar e refletir como estavam sendo problematizados os conflitos travados no tempo e no espaço que se vivia. Rever as utopias. ¹

¹ Esta é uma reflexão que faço a partir do filme “Quem somos nós?”, um diálogo entre Física Quântica e História, exibido pelo Prof. Charles D’Almeida Santana a partir da disciplina Teoria, Métodos e Discursos da História. Faculdade de Formação de professores de Santo Antônio de Jesus - Universidade do Estado da Bahia / UNEB. 03/06/2007. FENELON, Déa Ribeiro. “O

Mas, eis que por volta das onze e quarenta e cinco minutos dessa mesma manhã, uma notícia funesta retirava um pouco o clima dessa comemoração. A programação das rádios locais, fora interrompida para anunciar uma explosão nos galpões de fogos de artifício, nas imediações do Bairro da Jueirana, na cidade de Santo Antônio de Jesus. Em pouco tempo, equipes de reportagens procuravam registrar o fato. Parte da população acorria para este local tomada por sentimentos que iam desde a tristeza pelo flagelo de parentes, amigos, conterrâneos ou, por curiosidade, inteirar-se do ocorrido.

Nesse ínterim, as versões sobre o acidente iam então sendo dadas. De primeira ou de segunda mão, elas traziam as mais peculiares explicações da explosão e suas conseqüências. Naquele momento e em muitos dias seguidos, tudo estava a serviço dessa notícia. E, cada um que a ouvia ou lia através dos meios de comunicação local ou regional, procurava recontá-la da forma que mais saciasse o seu espírito narrativo.

Por outro lado, a ebulição desse acontecimento acabava, também, sucumbindo, a narrativa de quem teria experienciado o trabalho com fogos de artifício num outro tempo. As pessoas começavam a ficar mais comedidas e mais silenciadas sobre seu próprio passado. Pois, vários elementos conspiravam para que essa notícia o sufocasse, impondo-lhe uma verificação imediata de seus bastidores a partir das informações arroladas.² Parte da investigação sobre a história dos sujeitos que vivenciaram o trabalho e o cotidiano em meio à produção fogueteira no Recôncavo Sul, estava comprometida em função dessas mazelas apresentadas no presente.

À noite, os telejornais davam uma maior clareza do acontecido: dezenas de trabalhadores de fogos de artifício, mortos e feridos da cidade de Santo Antonio de Jesus, enfileiraram, naquele dia, os hospitais públicos e até particulares da própria cidade e de Salvador. O Jornal Nacional, exibido pela Rede Globo de Televisão, abria também o seu noticiário com essa catástrofe, anunciando que o fato já era notícia nas páginas dos jornais do exterior.

historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?”, nº 6. História e Perspectiva, jan. – jun., 1992, pp. 5 -23, também nos propõe um questionamento quanto a nossa atuação política frente à “derrocada” das chamadas utopias do século XX.

² Ancoro esta abordagem no texto de BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. [Obras escolhidas; v.1], p. 203.

O dia terminava. Aquelas reflexões propostas para uma data de aniversário, expostas nesse texto, ficariam, em parte, por conta desse acontecimento. Restava-me, na “obrigação do ofício de historiador,” seguir o conselho a que Sidney Scalhoub nos propõe quando de frente para um determinado fato histórico: problematizá-lo a partir de uma interrogação que contemplasse suas reais intenções; seus silêncios.³ Incidir de alguma forma sobre esse trágico presente burilando uma concepção capaz de atribuir um significado ao seu passado e lançá-lo para o futuro.⁴

Consultando bibliografias acerca dessa região pude notar que ela foi vista durante um tempo, pela historiografia, como uma região assentada em grandes produções econômicas como a açucareira, a cafeeira e a fumageira para atendimento de um mercado consumidor externo ávido por produtos exóticos. Esta visão, por sua vez, compeliu muitos pesquisadores a determinarem seus estudos a partir das mesmas sociedades que as constituíam, formadas sob o tripé: senhor, escravo e partes da estrutura a elas correspondente. As outras produções e, sobretudo, usando aqui a expressão da historiadora Kátia Matoso, o “celeiro de homens”⁵ desse mesmo Recôncavo, ficava relegado ao anonimato. Uma espécie de figurante de um reputado cenário econômico e de seus “principais” atores.

³ SCHALHOUB, Sidney. A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.7.

⁴ FENELON, op.cit., p.6.

⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição, 1992.

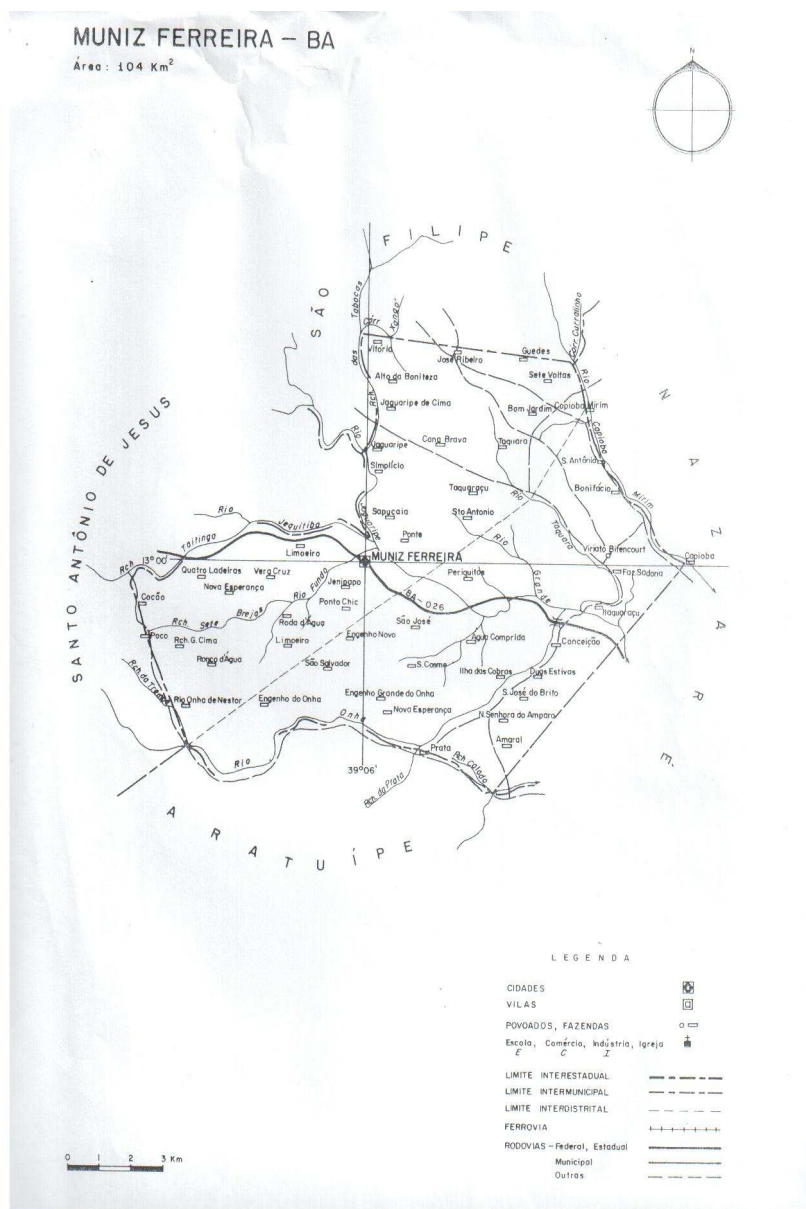


Figura 1: Mapa do Recôncavo Sul com destaque para Nazaré, Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus. [Cedido pelo IBGE, s/d].

Outros estudos, porém, conduziram a uma nova visão desta região e desses sujeitos. Entre eles está aquele que abrange o Recôncavo pela divisão de zonas como: o da pesca e do saveiro, do açúcar, do fumo, da agricultura de subsistência e do petróleo ⁶. Esta é uma concepção que a historiadora Ana Maria Carvalho aprova e acresce com uma outra área: a da “cerâmica”, conduzida pelos

⁶ PINTO, Luiz de. A. C. O anfiteatro: o Recôncavo como uma síntese regional. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.) Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.101.

oleiros no município de Maragogipinho.⁷ A autora pensa o Recôncavo como “Recôncavos” potencialmente produtores e reprodutores de suas diversas formas de vida.

Dentro de toda essa paisagem ele então se apresentava como um espaço possível de ser redimensionado a partir da descoberta de novas áreas econômicas e encontro com tantos outros sujeitos até então não visualizados pela historiografia. Na expressão também de Costa Pinto, um verdadeiro “Laboratório de uma experiência humana,” tecido por sujeitos diversos.⁸ Possivelmente, homens, mulheres e crianças possivelmente como os trabalhadores de fogos de artifício a que me propunha conhecer. Sujeitos com nome, apelido, endereço, sentimento, cheiro, tantas outras peculiaridades e também possíveis de serem registrados nesse universo historiográfico.

Esta inquietude me levou a burilar melhor sobre o passado dos fogos e dos trabalhadores de artifício desta região. A partir de algumas entrevistas pude visualizar dezenas de pessoas vivendo da confecção de traques de massa, foguete, bomba de cordão, etc. em seus próprios domicílios. Mas, por volta da década de 1950, a presença de um rico empresário chamado Juvenal Moreira Tupinambá mudou gradativamente este cenário. Ele sistematizou a produção fogueteira do Recôncavo Sul. Essa atitude se configurou como um cruzamento de mudanças e permanências. A seqüência delas pode ser vista pela gradativa substituição da produção de traques de massa, foguetes, etc., pela produção da bomba chilena e outras produções preestabelecidas, pela apropriação da mão de obra especializada de antigos fogueteiros e, sobretudo, pela definição de novos contornos nas relações sociais, temporais e espaciais dos trabalhadores como partes essenciais do seu processo organizacional.

Num universo de pujança natural, preponderantemente agrícola e intitulado com adiantado, mas, ainda assim, marcado por uma crise econômica e social, que ia desde a falta de incentivo a agricultura ao alastramento da pobreza e do analfabetismo, a produção de fogos de artifício encontra, sobretudo, nas cidades de Nazaré, seu distrito, Rio fundo, atual Muniz Ferreira e Santo Antonio

⁷ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX. Salvador: Editora da UNEB, 2002, p.53.

⁸ PINTO, op.cit.,101.

de Jesus,⁹ um palco para sua expansão. A evolução do fabrico de seus artefatos ocorre articulada ao atendimento de um mercado cada vez mais exigente, a uma maior exposição a riscos dos trabalhadores submetidos à intensa exploração nos locais onde amalhavam o seu tão falado “mei de sobrevivência.”¹⁰ Nesse processo, esta produção se potencializa como um meio de sobrevivência de expressiva parcela da população reforçando, na região, o “apelido” de barril de pólvora¹¹.

Nesse novo contexto da produção de fogos de artifício, ela compreendia uma rota que ia desde a saída da Fábrica de Fogos Tupy em Nazaré, pulverização da produção para cidades de Santo Antonio de Jesus e Muniz Ferreira, o gerenciamento pelo “tendeiro”, distribuição para os domicílios, retorno às tendas e encaminhamento para a Fábrica. Com a introdução, mais tarde, da bomba chilena, a partir da década de 1950, por Juvenal Moreira Tupinambá, esta rota se firma através de uma complexa sistematização de espaços, tempos e relações entre diferentes indivíduos. Isso se dará a partir de uma terceirização do processo produtivo e uma conseqüente perda da razão social do trabalho iniciada na relação do dono da matéria prima com o tendeiro e deste com seus trabalhadores no domicílio e na tenda.

Na tentativa, portanto, de cruzar o processo de 11 de dezembro de 1998 junto a este episódio procuro, entre outras questões indagar: Quais os sujeitos que “inauguraram” esse modelo de trabalho no Recôncavo Sul? Como eles se construíram? Que circunstâncias, na sua “origem,” os teriam levado a manipular materiais explosivos em condições a que os jornais e diversas pessoas intitulavam subumanas no momento da explosão dos galpões de fogos de artifício na cidade de Santo Antonio de Jesus? Elas sempre foram assim? Em que época e em que cenário esses trabalhadores estariam, portanto, inseridos?

Dentro do quadro de uma história “Vista de Baixo”, esse estudo objetiva, portanto, adentrar no universo laborioso e cultural dos trabalhadores de fogos de artifício no Recôncavo Sul, procurando revelar a intrincada teia de

⁹ Cidades, entre outras no Recôncavo Sul, onde Juvenal Moreira Tupinambá descentralizava seu processo produtivo a partir da sua Fábrica de Fogos Tupy.

¹⁰ Expressão cunhada pela maioria dos trabalhadores.

¹¹ Expressão cunhada pela maioria dos depoentes quando falam sobre a quantidade de pessoas que fabricavam fogos na região.

relações em que o trabalho se dilui no cotidiano apontando um universo social específico ainda a ser compreendido pela historiografia.¹²

A partir de uma investigação com documentos escritos e orais, busco compreender como, a partir de todo esse cenário promovido pela década de 1950, antigos sujeitos, acostumados ao trabalho com traques, foguetes, bomba de cordão, etc., e outros tantos sujeitos advindos com a dinâmica da produção fogueteira, sistematizada por Tupinambá, irão trabalhar e se “arranjar” no espaço em que vivem.

Para compreender um pouco essas inquietudes, procurei traçar, no primeiro capítulo, o caminho em que se construiu o trabalhador de fogos de artifício no Recôncavo Sul. Para tanto, fiz uma breve incursão pela produção fogueteira no Recôncavo Sul, no primeiro quartel do século XX especialmente nas cidades de: Santo Antonio de Jesus, Muniz Ferreira e Nazaré, lugares do trabalho. Um passeio no cenário econômico e social dessa região e uma análise de como Tupinambá consegue montar o seu projeto fogueteiro.

Não pretendi, contudo, dar conta de todo o processo que envolveu a produção fogueteira.¹³ Mas, baseada na própria cronologia produzida pelas memórias dos colaboradores desta pesquisa, foi analisada a forma como esta produção estava organizada e as circunstâncias que levaram tantos indivíduos a se estabelecerem material e culturalmente até o período balizador desse estudo: 1950 -1970.

No segundo capítulo intitulado Trabalho: espaços, trabalhadores e tensões, busco entender como antigos e novos trabalhadores foram tecendo seus labores em meio a um processo de “precarização” das relações de trabalho e consequente perda da sua razão social. Ele passa por uma análise das relações de trabalho no domicílio como primeiro espaço em que a produção se instala e convive com seus moradores. Depois, pelo espaço da tenda, sua forma também específica de trabalhar e lidar com o perigo.

No terceiro capítulo, A reivenção dos espaços, procuro mostrar como a partir de estratégias traçadas em seu próprio cotidiano os trabalhadores, através do “bode”, conseguiram se apropriar das regras de quem impunha o “jogo

¹² BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP.

¹³ Ver mapa do Recôncavo Sul com destaque para as cidades de Santo Antônio de Jesus, Nazaré e Muniz Ferreira na página 17.

social” nas suas relações de trabalho. Ainda assim, a festa também como um espaço de poder e reeivencção de espaços também será analisada neste capítulo. Com efeito, o grande chamamento para todas estas questões é como o trabalhador consegue se arranjar socialmente em meio a tudo isso.

Dentro desse contexto, procurei estar atenta para a não explicação de uma “nova” concepção histórica, pois, como sugere Paul Ricoeur, esse tipo de ação a tornaria “pura e simples;” predita e sem uma intriga na sua tessitura. Uma história de culto ao passado. Na contramão disso, essa narrativa busca uma composição a partir da reescritção desse fato no presente com base na própria mobilidade de um passado: conflituoso, apto a ser desvendado pelos próprios homens desse presente e sem uma ação ordinária de tudo que lhe faz existir. Procura, ainda, um realinhamento das tramas, dos sucessos e dos fracassos dos sujeitos evidenciados na explosão dos galpões de fogos de algumas cidades do Recôncavo Sul. Por outro lado, de tantos outros sujeitos que, lidando com esse tipo de material nesta região sofreram as suas mais variadas conseqüências e hoje continuam atuando nesse mesmo tempo histórico.¹⁴

Para melhor compreender esses trabalhadores e suas relações trabalhistas num cotidiano difuso e prehe de significação, o estudo de obras como *Costumes em Comum* de Eduardo P. Thompson, também foi de extrema necessidade. Ela me ajudou a amadurecer, entre outros conceitos, o de experiência como o resultado das relações comungadas entre os sujeitos e não apenas de um conceito determinado por uma das partes. Assim, os trabalhadores de fogos, ao invés de surgirem como sujeitos descolados dos conflitos sociais, apareceram travando conflitos com outros sujeitos que se identificaram com ele ou estavam na contramão das relações socialmente produzidas em seu próprio cotidiano como também se solidarizando. De outra forma, *Trabalho, lar e botequim* de Sidney Chalhoub ajudou a sistematizar os caminhos que levaram a construção do trabalhador de fogos no Recôncavo Sul. Entre outras obras como a *Perda da razão social do trabalho* de Graça Druck e Tânia Franco permitiram maior elasticidade dos conceitos ainda intrigantes na arrumação dos meus conhecimentos históricos.

¹⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Campinas: Papyrus, 1994, p. 210 - 212.

Por outro lado, não fosse o esforço da história oral no resgate de suas memórias, no desvelamento de suas histórias pessoais, quase não teríamos condição de compreendê-los ou mesmo reconhecê-los enquanto sujeitos históricos.

A importância desse estudo reside, portanto, no fato de que homens e mulheres impulsionaram um determinado tipo de economia nas diversas “tendas” do Recôncavo Sul, desenvolvendo os mais diferentes ofícios destituídos de qualquer seguridade social. Sua relevância está também ancorada na perspectiva de trazer à luz das discussões acadêmicas um universo de indivíduos que viveram [em] imersos em atividade clandestina e com um alto grau de insalubridade. Pois, segundo Maria Odila, “Incorporar à história as tensões sociais de cada dia, implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo.”¹⁵

Aliadas a estas e tantas outras questões, talvez esse estudo, ajude para que a história do trabalhador de fogos, sobretudo do presente, não se cristalice como uma notícia apregoada no dia 11 de dezembro repleta de personagens descolados do seu próprio devir histórico.¹⁶ Um evento. Ao contrário! Ganhe uma trama histórica a partir da ação dos sujeitos que o ajudaram a tecer.

¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 15.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO TRABALHADOR DE FOGOS DE ARTIFÍCIO NO RECÔNCAVO SUL

Entre traques, foguetes, buscapés, bomba de cordão...

Tupinambá: “a nova era” dos fogos de artifício.

Adiantamento social, economia e pobreza do Recôncavo Sul.

Localização, vocação e fiscalização das tendas.

ENTRE TRAQUES, FOGUETES, BUSCAPÉS, BOMBA DE CORDÃO...

Até meados do segundo quartel do século XX, a fabricação de fogos de artifício no Recôncavo Sul, não tinha um lócus definido. Mediante a algumas circunstâncias, ela estava associada ao trabalho desenvolvido por famílias de fogueteiros do campo e da cidade através da produção de “traque de barro”, “buscapé” e, especialmente, “foguete de flecha no próprio domicílio.” Esta fabricação era realizada em espaços que alternavam como dizem os próprios depoentes, a “casa de morar” com uma dependência erguida nos fundos dos seus quintais: a “casinha de trabalhar.”

Através da memória de alguns desses depoentes, é possível perceber, portanto, em que circunstâncias e como esse trabalho era organizado:

Plantava, tinha engenho. Tinha tudo, mas nascia com aquele imã de fazer as coisa. Tinha as coisa, mas queria fazer o renegado dos fogos... traque de massa, foguete, espada e buscapé.¹⁷

A gente fazia fogos mais no verão, porque o sol, naquele tempo rachava o chão e não dava pra plantar nada e também porque o traque precisa do tempo quente pra secar.¹⁸

A vida não era brincadeira não! .¹⁹

Esses depoimentos foram dados em separado e em diferentes anos. Entretanto, mesmo não grafado acima, D. Bernarda, da cidade de Muniz Ferreira, S. Tonhezinho da cidade de Nazaré e S. Jacinto, que sempre comungou residência entre a primeira localidade dita acima e Santo Antônio de Jesus, convergiram em algum momento da entrevista: eles fabricavam fogos por tradição. Eles usavam esta palavra ou a suprimiam por frases como: “isso vem de gerações” ou “isso existe por aqui desde que o mundo é mundo”, sempre que queriam remontar a organização desse fabrico pelas pessoas que, no passado o manusearam, como seus pais e seus avós e para lhe darem um conceito. Em

¹⁷ D. Bernarda Costa, entrevistada em 14 de setembro de 1999.

¹⁸ Antonio Pereira Nascimento [S. Tonhezinho], entrevistado em 1 de maio de 2008.

¹⁹ S. Jacinto Lauriano dos Santos, entrevistado em 18 de fevereiro 2008.

outros momentos, para se inscreverem como personagens principais na composição dessa história.²⁰

Sem dúvida, estes conceitos foram embasados em colocações que fogem aos procedimentos científicos acadêmicos. Contudo, essa condição não os tornou maiores ou menores junto a estes. Ao contrário! Através do caráter individual da história de vida de cada narrador, foi possível captar outros elementos por traz desses conceitos e sua inserção num todo social. As próprias circunstâncias que os levaram a fazer fogos numa determinada época, formaram parte deles. Para além do sinalizado pelos depoentes, estas circunstâncias se encontraram num campo móvel de relações econômicas, políticas e sociais e eram propícias a tensões e rupturas. Algo semelhante ao que o historiador Edward Thompson, encontrou ao investigar a cultura popular na Inglaterra. Para este autor, a cultura [o costume] além de ser algo representado por formas puramente simbólicas, têm um lugar material próprio na história. Ela é o resultado de um equilíbrio entre as diversas influências externas que lhes cercam e as respostas que, conseqüentemente, cada indivíduo ou grupo social necessita dar a elas.²¹

Com base na maioria dos depoimentos recebidos, podemos dizer que, de uma forma bem peculiar, o trabalho com fogos de artifício, aparece, entre outras circunstâncias, também associado a algumas influências externas e recorrido pelos trabalhadores ao passo que elas se alteram. Por mais que esses depoentes conceituassem seus trabalhos como uma tradição, não havia nessas circunstâncias, os elementos “determinado e permanente” que o autor acima ver como responsáveis por caracterizá-la. Para além de ser um ofício tradicionalmente evocado pelo fogueteiro, ao longo de gerações, para prover festividades particulares e regionais num tempo e em condições fixas, ele também era evocado para atender suas próprias demandas econômicas. Para ser um complemento de suas rendas familiares.

²⁰ Refiro-me aqui ao texto de QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In. SIMSON, Olga Moraes Von [org]. Experimentos com histórias de vida. Revista dos Tribunais. São Paulo: Vértice, 1998, p.20 Esta autora diz que o relator tende sempre a buscar certa centralidade na história que conta.

²¹ THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.16 - 17.

Frente a isso, talvez o que melhor se possa dizer, desse tipo de trabalho esteja também respaldado naquilo que Thompson possa sinalizar em toda essa mesma obra sobre o costume: algo formado por hábitos que se desencadeiam na relação do indivíduo com um tempo social, humano e daquele regido pelas leis da natureza.²²

Através de uma análise mais apurada dos depoimentos acima destacados, talvez possamos perceber melhor a base costumeira em que homens, mulheres e crianças conduziam o trabalho com fogos de artifício.

Falecida em junho de 2003, D. Bernarda, tinha 80 anos de idade no ano dessa entrevista. Ela nasceu na zona rural de São Felipe e é a filha mais velha de Alfredo Costa um antigo fogueteiro que, desde a década de 1920, por questões que a memória da depoente não sabia ao certo elucidar, mudou-se para a Cabeceira da Ponte do Rio Jaguaripe no Rio Fundo.²³ Por ter tido apenas um único irmão e seis irmãs, D. Bernarda necessitou, numa expressão própria, “se servir”, desde os seus sete anos de idade, de “home e mulé” para ajudar seu pai a plantar roça e fazer fogos de artifício. Altiiva e resoluta nos gestos e palavras, ela fez questão de mostrar, com muitos exemplos e em vários momentos da entrevista, que desde essa idade já era uma mulher de fibra. Um título que se orgulhava ver legitimado por entre as pessoas da sua comunidade, quando, nos momentos que mais precisou tomar decisões, sobretudo àquelas relativas à arte de sobreviver, ouviu delas: “Tu é danada! Tu é isso! Tu é aquilo!”²⁴

Mas, pelo seu ar de contentamento, certamente fora o reconhecimento desse título por um de seus filhos, Cariolando, através da dedicatória de suas obras, que a teria deixado mais honrosa de possuí-lo. Popularmente conhecido como Lando, ele seria um dos frutos dessas qualidades que D. Bernarda disse ter conseguido conquistar frente às intempéries da vida. Pois, com o segundo marido sempre adoentado e falecido ainda moço, ela disse que “pelejou, pelejou” no trabalho com fogos de artifício para que não faltasse a

²² Ibidem.

²³ Tomando como base a direção Nazaré / Santo Antônio de Jesus, esta ponte reconstruída na gestão do Prefeito Dr. José Marcelino de Souza pela firma Cabussu e CIA LTDA, liga a margem direita e esquerda do Rio Jaguaripe. A primeira é formada pelo povoado do Pedrão e pelo acesso a zona rural do Município de Muniz Ferreira e São Felipe. A segunda, pela rua do atual Colégio Luiz Eduardo Magalhães e todo o centro da cidade. O atual município de Muniz Ferreira que pertenceu a Nazaré foi desmembrado pela lei nº 1.770 de 30 de julho de 1962.

²⁴ D. Bernarda, op.cit.

esse filho, uma formatura de professor, conduzindo-o, junto a seus irmãos, desde a infância, para a escola. E, como recompensa dessa luta, congratulava-se por vê-lo realizar seu maior sonho: tornar-se um escritor.²⁵

E, foi assim, a partir de alguns “lugares de sua memória” que D. Bernarda buscou subsídios para justificar, através do depoimento acima, a presença da produção de fogos de artifício na sua família.²⁶ Ela foi embasada, em primeiro momento, a partir de como ela mesma disse: isso aconteceu “quando eu tinha sete anos de idade.”

Por se tratar de uma menina dessa fase, sua abstração em torno do mundo do trabalho e da própria vida foi conduzida da forma como uma criança dessa faixa - etária poderia percebê-los: simples e desarticulados de qualquer conflito social. Por outro lado, em se pensando que um acontecimento nunca está livre de sofrer os acréscimos das interpretações dadas por um indivíduo no momento da sua narração, talvez se possa dizer que essa justificativa também tenha sofrido fortes influências do estágio em que se encontrava sua vida no tempo dessa entrevista. Àquela altura, mesmo afirmando que há muitos anos já estava aposentada e não precisava de mais nada para viver, disse que ficava doente por não agüentar mais trabalhar. Mas, se suas forças físicas permitissem, certamente ainda faria fogos, “sem medo nenhum”.

Estas interpretações dadas por D. Bernarda para justificar as circunstâncias que levaram sua família a produzir fogos de artifício, pedia uma atenção especial na análise da sua história. Era preciso adentrar, com profundidade, na escuta do seu diálogo “duvidando” um pouco dessas colocações. “Espreitar” sobre os ombros de sua memória, analisando, por exemplo, os elementos que configuravam os pertences materiais de sua família traduzidos como “tinha tudo.”²⁷ Esta missão, à priori, parecia fácil de analisar se

²⁵ Refiro-me ao último filho de D. Bernarda, Cariolando Reis, Lando que em um de seus livros, Museu do meu coração lhe faz a seguinte dedicatória: “Dedico este livro com todo amor, carinho e afeto, a uma grande mulher de fibra, minha princesa, minha querida, minha mãe – Bernarda Costa.”

²⁶ Para Nora lugares de memória são todos aqueles em que os indivíduos conseguem revestir de uma simbologia. NORA, Pierre. Os lugares da memória. In. História e cultura. Projeto História, nº 10, Revista do Programa de Pós – Graduação em História e do Departamento de História – PUC - SP. São Paulo: Educ, 1994, p.21.

²⁷ Esta é uma expressão que Ginsburg se utiliza para refletir a postura metodológica do pesquisador no inquérito das fontes. GINSBURG, Carlo. O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 206.

D. Bernarda, incitada por uma pergunta minha ou não, dissesse, quais eram esses pertences de seu pai. Com efeito, suas respostas eram sempre truncadas ou dadas por um “acho que era”. Mas, foi na qualidade atribuída a ele, “um home muito inteligente e que nunca ficava parado, sempre criava algum animal no pasto alugado na Boa Sorte do lado do Xangô ²⁸ e ainda fazia fogos”, ²⁹ que pude perceber o lugar material dessa fabricação em suas vidas. Ela tinha, portanto, um grande objetivo: completar a pequena renda de uma família que a depoente não soube classificar se era: pequena proprietária, meeira ou simples trabalhadora rural.

Este reposicionamento do discurso de D. Bernarda, encontrado a partir dos vieses apresentados por sua própria memória, colocou-o numa outra dimensão: o trabalho com fogos de artifício se fazia uma opção mediante as circunstâncias sócio-econômicas vividas pelos trabalhadores no lugar em que viviam. Ele também era fruto do que Agnes Heller, inspirando-se em idéias marxistas, refletiu como “unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento.” Algo que não se descola das situações sócio-humanas como “objetos mortos”, mas são tecidas por estes elementos como entidades vivas e, por isso, em constante problemática com seus agentes. ³⁰

Aliás, esse quadro social apresentado pela depoente na década de 1920, já fora endossado, mesmo que numa outra época, pelo historiador Charles D’Almeida Santana ao analisar o trabalho e o cotidiano de trabalhadores da zona rural do Recôncavo Sul. Este autor coloca que na década de 1950, quaisquer que fossem os trabalhadores rurais, mesmo rodeados por uma natureza que lhes proporcionasse fartura, não conseguiam prover seus sustentos apenas com os recursos que ela oferecia. Era necessário buscar, portanto, no trabalho dos engenhos, “na fabricação doméstica de diferentes produtos,” e em outras formas, uma alternativa de sobrevivência. ³¹

Como D. Bernarda, S. Tonhezinho, o segundo depoente destacado no início desse tópico, morador do Bairro do Apagafogo na cidade de Nazaré, também nasceu na zona rural de São Felipe e desde os seus oito anos de idade

²⁸ Xangó – zona rural pertencente ao Município de São Felipe.

²⁹ D. Bernarda, op.cit.

³⁰ HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.1-2.

³¹ SANTANA, Charles D’Almeida. Fartura e Ventura Camponesas: Trabalho, cotidiano e migrações. Bahia – 1950 – 1980. São Paulo: Anablume, 1998, p.73.

já ajudava seus pais a fazerem “buscapé”, “bezouro”, “zorrada”, “espada”, “traque de massa”, “foguete de flecha” e “bomba de cordão”.³² Num pequeno terreno de propriedade de sua família, plantava, no tempo das chuvas, fumo, mandioca, aimpim e tudo o que a terra mais proporcionasse. Enquanto a plantação crescia, sobretudo, o milho de “São José” assim denominado porque era plantado no mês de março, mês no calendário católico dedicado a esse santo,³³ fazia fogos de artifício. Esta fabricação enquanto elemento de sobrevivência de toda sua família era, portanto, conduzida por esses tempos “culturais” e “naturais”. Segundo o historiador Edward P. Thompson, esses tempos podiam ser desenrolados a partir da necessidade do trabalhador ou desencadeados pelas leis da natureza. Em qualquer um deles o indivíduo podia conjugar a própria vida ao trabalho, estabelecendo seus ritmos ou sendo levemente conduzido por ele. Ao invés de ser um tempo imposto pela fatigante cadeia econômico-social, ele se apresentava como alternativa de um outro, também esperado, planejado e, conseqüentemente se dava de forma mais humana.³⁴

A menção aos nomes dos meses correspondentes a estas produções só eram feitas se perguntadas.³⁵ Do contrário, estas atividades eram justificadas assim: “Plantio no inverno é muito pouco. Já se plantou o milho de S. José. Vai se esperar o milho chegar no ponto pra se limpar. Enquanto isso nós tava trabalhando nos fogos. Direto.”³⁶ E, num tempo em que o clima tropical do Recôncavo não sofria as intempéries ambientais geradas pelas ações humanas, segundo alguns depoentes, as estações do ano eram bem mais definidas do que hoje. No verão, devido suas fortes aragens, a terra chegava até a rachar. Dessa forma, para minimizar suas dificuldades os agricultores encontravam na contramão desse processo uma alternativa de sobrevivência: a fabricação de fogos de artifício. A ausência da umidade natural do ar, algo próprio do inverno nessa região e grande causadora, na atualidade, da “choradeira” desses

³² A bomba de cordão foi introduzida nos depoimentos sem um marco definido. O certo é que ela já existia antes da presença de Juvenal Moreira Tupinambá [nome a ser melhor entendido num próximo tópico.]

³³ Sobre a cultura popular dos trabalhadores rurais do Recôncavo Sul ver SANTANA, op. cit., p.97.

³⁴ THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 270 – 271.

³⁵ SANTANA, op. cit. Semelhante abordagem a esta, pode ser vista em Fatura e ventura camponesas quando este autor analisa a cultura popular camponesa dos trabalhadores de Santo Antonio de Jesus, p. 93 – 94.

³⁶ S. Tonhezinho, op.cit.

produtos, quase não os atingia. O tempo quente e ventilado tornava-se perfeito para o desenvolvimento dessa atividade. O sol, esse grande aquecedor natural, ajudava na secagem do “longo tapete” de explosivos que se espalhava pelos terreiros e capins formados em volta de um pequeno cenário industrial proporcionando-lhes excelência na sua qualidade.

S. Tonhezinho dizia ainda se lembrar com bastante nitidez do cenário montado, no mesmo terreno em que seu avô e seu pai faziam plantações, para a organização da produção de fogos de artifício. Eles construíram, mais ou menos, a duzentos metros de suas casas, quatro casinhas de taipa e palha tendo cada uma a sua função: guardar o material, fazer a pólvora, produzir os fogos e acomodar os que iam ficando prontos. Este era um trabalho que ele fez questão de definir: “Era uma tradição. Mas era um mei de vida mermo!”

Antes de proferir esta frase, pude notar, através das diversas escutas do seu depoimento que ele usava um tom resoluto e empolgante na voz. Ao passo que o foi construindo, mudou não apenas esse tom que passou para nostálgico.³⁷ Lembrei-me que nesse momento da entrevista sua fisionomia também se cobriu desse efeito. Seu rosto cabisbaixo junto a um olhar dispersivo, espelhava o que tentava dizer. Era como se naquele momento sua memória estivesse sendo tomada por um estado de clarividência profunda e através dele conseguisse “materializar” todo um passado que parecia não ter sido tão fácil de ser conduzido. Pois, aos seus 66 anos de existência, com quinze filhos, vinte e três netos e dois bisnetos, S. Tonhezinho disse ter feito uma longa trajetória no mundo do trabalho. Com a idade que denomina de “uns 18 anos” saiu da zona rural de São Felipe a fim de galgar um serviço na “falada” cidade de São Paulo. Levou na bagagem muita saudade da união em que vivia junto a sua família e uma promessa feita a sua mãe: daquele dia em diante nunca mais iria se meter com fogos de artifício.

Talvez pela força do destino o primeiro emprego que encontrou longe de casa foi na antiga Fábrica de Fogos Caramuru. Mas, por causa dessa promessa, o rejeitou. Encontrou outras opções de trabalho como na Fábrica de

³⁷ Sobre a importância da escuta da oralidade para apreender as normas de um discurso, ver PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo, nº 14, 1997, p. 28.

Sabão Baé e fábricas de parafusos. E, daí em diante, onde quer que tenha disponibilizado seus serviços, se orgulha de ter sido bem sucedido.

Mal sabendo assinar o próprio nome, diz ter aproveitado o que pode nessa cidade que conceituou como “uma verdadeira universidade para o homem que deseja se fazer na vida.” Aprendera, por exemplo, a dirigir, um importante conhecimento que mais tarde, talvez por ironia do próprio destino, o levaria a conhecer boa parte do Brasil entregando cargas de fogos de artifício ao lado de Juvenal Moreira Tupinambá. Este era um antigo conterrâneo seu. Um comerciante a quem seu pai revendia os fogos que produzia na zona rural e do qual, num próximo tópico, trarei com mais detalhe. Ele lhe trazia notícias de seus familiares: àquela altura eles também já tinham também deixado a zona rural e estavam morando e trabalhando para este comerciante na cidade de Nazaré. Mas, entre outras coisas, este conterrâneo lançava-lhe um convite: retornar para seu lugar de origem e ajudá-lo a administrar uma possível fábrica de sabão por lá. Uma grande possibilidade dada a sua experiência na grande São Paulo manipulando produtos saponáceos.

O reencontro com seus pais já na cidade de Nazaré do Estado da Bahia, o contínuo envolvimento deles com os fogos de artifício agora movido por um novo tempo e um novo espaço e o não andamento dessa fábrica de sabão, o fez definir-se profissionalmente. Juntou-se, portanto, a eles e prosseguiu inventando e reinventando elementos no mundo que conceitua como “pirotécnico”. Diz ter inventado, por exemplo, a cera: um segredo que trazia guardado por muito tempo, mas, por confiá-lo a uma pessoa e esta não o ter guardado, acabou perdendo sua “patente”. Atualmente, mesmo gozando de uma vida mais confortável ao lado de esposa, filhos e alguns cachorros que trata como verdadeiros membros familiares, diz ainda se sentir nostálgico por não poder continuar o trabalho com fogos. Isso se deve a problemas de saúde, como má circulação sangüínea e perda de grande parte da visão causada pela diabete. Mas, ele não se deixa vencer por essas dificuldades. Busca na música a saída para seus sofrimentos. Disse que é seresteiro. E, para provar esse dom artístico,

apontou, em forma de pergunta, para os sinais de sua arte: “Quando você entrou, não viu minhas aparelhagens de som aí na varanda não? Pois é!”³⁸

Assim como D. Bernarda e S. Tonhezinho, S. Jacinto, o terceiro depoente dos diálogos destacados no início desse texto, também expôs as circunstâncias que o levaram a conduzir a fabricação de fogos de artifício numa determinada época de sua vida. No alto dos seus 87 anos de idade, ele fez questão de começar a entrevista dizendo que é um homem que carrega fortes dores do passado. Elas foram acumuladas desde o seu nascimento com a conseqüente morte de sua mãe e, algum tempo depois, a de seu pai. A única coisa que sabe desses entes queridos é que sua mãe, tendo então, problemas no momento desse parto, seguiu sobre uma “marquesa” nos ombros de alguns amigos da zona rural de São Felipe até a cidade de Nazaré em busca de socorro, mas, não resistiu. Com esse acontecimento seu pai teria ficado desnordeado e quatro anos após a esposa também entrou em óbito. Por conta disso fora adotado por Felipe e Ana Nery, proprietários de um engenho a trapiche na Fazenda Taquara, próxima ao distrito do Onha, fábrica produtora de farinha, rapadura, açúcar e pucha. Estes sujeitos constituíram o exemplo de família que S. Jacinto tivera até o início da vida adulta e foram responsáveis por apaziguarem um pouco da tristeza que dizia trazer no peito, pois ele sempre afirmava: “os velhos gostavam muito de mim”.

A altura dessa entrevista, S. Jacinto dizia que já não dispunha de meios que dessem suporte a esse seu passado, pois as pessoas que lhe teriam contado essa história “já morreram e esta[vam] todos esperando [por ele] lá em cima [no céu].”³⁹ Mas, a ruptura desse passado através da ausência de algumas pessoas não esfacelou a sua memória. Ela continua vivia em momentos particulares de sua própria história e suficientemente apta para recontá-la.

Contra o esquecimento de todos esses momentos, o depoente se utilizava como os gregos na antiguidade, de um importante antídoto durante a entrevista: a arte de versejar.⁴⁰ Após narrar alguns momentos de sua vida ele dizia se lembrar “dos velhos” [pais adotivos] porque, naquela ocasião, o “velho”, a

³⁸ S. Tonhezinho, op.cit.

³⁹ S. Jacinto, op.cit.

⁴⁰ Sobre os fenômenos e técnicas utilizadas pela memória ao longo dos tempos históricos, ver: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 419 - 471.

fim de efetuar o seu desjejum, cantava, quatro horas da manhã, de lá do engenho para a “velha” até que ela se levantasse: “Oh laiá, dona dos ovos! Oh me venda! Oh me dê um! Que eu tô doente do peito, não posso tá em jejum!” Uma embolada de raízes africanas que sua mãe prontamente respondia com um matinal da mesma linhagem: uma “mingunça.” E, de volta era galanteada com um adjetivo: “êh muiê boa!”⁴¹

Tomando então parte da vida adulta, longe desses pais adotivos, S. Jacinto disse que só começou a lidar com fogos de artifício aos seus 22 anos de idade quando, já morando no distrito do Rio Fundo, casou-se com a irmã de D. Bernarda, D. Dó, uma das sete filhas do já mencionado fogueteiro, Alfredo Costa. Nesta época, segundo S. Jacinto, a vida se apresentava muito difícil para o casal. A única renda de que dispunham, era retirada das viagens que fazia de Muniz Ferreira a São Felipe, montado num burro e tocando um outro para buscar quatro sacas de café na venda de um comerciante chamado Bevenuto Nóia e deixá-los na estação de trem local para os atravessadores. Um tipo de tropa comum em meio às formadas, naquela época, por barris de melaço, farinha e tantas outras mercadorias que, atravessando o Recôncavo Sul, provia seu comércio composto por armazéns, quitandas, lojas entre outros pontos comerciais.⁴² Para sobreviverem, muitos desses homens conduziam suas tropas, “sozinhos e Deus” tocando cinco, dez ou mais animais. E, enfrentando as adversidades das estações e da própria carga que levavam, contavam, além disso, com a generosidade do socorro de quem por ali passava.⁴³

Diferente do número de animais apresentado acima, S. Jacinto disse que suas condições não permitiam ter uma tropa maior como um de seus companheiros, Pupu e, por isso, como ele mesmo explicita, “Imagine que situação, viu:” - o pagamento desse trabalho referendado pelos mil e duzentos réis que recebia, mal dava para suprir suas necessidades. Nesse sentido, continuou dizendo: para completar a despensa do lar, sua esposa sempre se valia da casa de seus pais para buscar uma “coisinha.” Essas constantes visitas junto a

⁴¹ Todos os diálogos do parágrafo são de S. Jacinto, op.cit.

⁴² BRANDÃO, Maria de Azevedo [org.] Recôncavo da Bahia - sociedade e economia em transição; Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

⁴³ Baseio esse fragmento no relato de D. Bernarda Costa. Ela diz que quando seu marido era tropeiro sofria muitos acidentes como aquele em que um barril de melaço caiu na sua perna e por pouco não teve de amputá-la.

sua teimosia em progredir, gerou, por parte do seu sogro, uma indagação: - “por que não vai fazer traque?” E, pelo tom da voz com que utilizou para colocar sua posição de aprendiz, S. Jacinto deixou perceber que esta não se configurava numa ação tão confortável de ser acolhida por um chefe de família nessa época: a de ser ensinado pela própria mulher que, ao contrário dele, já nascera dentro da produção fogueteira. Mesmo assim, afirmou: “Aí eu comecei por aí. Do traque fui passando para o foguete.” Atualmente diz apenas comprar e revender outros tipos de fogos e em outros lugares do Estado da Bahia.⁴⁴

Esse conselho dado por Alfredo Costa a S. Jacinto conduz-nos a mais uma idéia de como esse costume era desenvolvido. D. Dó, não se vê, por exemplo, compelida a fazer fogos de artifício logo após o casamento, apenas porque era filha de um fogueteiro. Ao contrário disso, ela só dispõe da técnica aprendida ao longo de sua vida quando é convocada pelo marido para vencer as pressões sócio-econômicas da época. Reforçando-o como um costume que podia ser mantido mediante a vontade e a necessidade de cada pessoa.

É então dentro desse quadro de circunstâncias sociais, econômicas que diversas famílias organizavam seu trabalho coordenando todo o processo produtivo da fabricação de fogos de artifício no Recôncavo Sul. Nele estava incluso a apropriação de suas forças produtivas e dos seus meios de produção: mão-de-obra, tempo, espaço, compra de alguma matéria-prima direto do comércio local ou circunvizinho como papel, cordão, enxofre⁴⁵ e todo o lucro correspondente ao esforço do seu trabalho. Uma íntima relação com a natureza proporcionada pela pujança das matas que rodeavam suas cidades, seus distritos ou até mesmo seus quintais, permitia-lhes a retirada de outras matérias – primas. Escavando um pouco a terra se retirava, por exemplo, o já mencionado breu, o barro, a madeira para a produção de carvão, de preferência, a embaúba e o cajueiro, esta considerada a melhor de todas. Madeiras como a jerema, a ingá e a aroeira ainda hoje são consideradas descartáveis por serem pesadas. E por fim, a “taboca”. No dizer de alguns depoentes, “pouca coisa era comprada.”

Este era, portanto, um artefato que no quadro mais geral das manufaturas existentes no Recôncavo Sul, ainda hoje guarda algumas

⁴⁴ S. Jacinto, op.cit.

⁴⁵ Nesta época ainda não havia a introdução, por exemplo, do sulfureto na pólvora. Ele só será introduzido mais tarde com o surgimento de outros fogos. Ver o quarto tópico deste capítulo.

especificidades quanto a organização do seu processo produtivo e, sobretudo, do seu manejo pelo trabalhador. Isso se deve à natureza inflamável dos elementos para a sua fabricação. Elas passam, sobretudo, pela divisão do trabalho nos primeiros momentos da sua confecção como o da pólvora. Segundo D. Bernarda, este fabrico, por exemplo, era conduzido em segredo pelo pai, o fogueteiro ou à mãe, longe do alcance das crianças, na chamada casinha de trabalhar. Uma espécie de tenda coberta com palha, lona ou telha, afastada a poucos metros da casa. Entretanto, quanto ao restante das atividades na maioria dos casos analisados, adultos e crianças faziam de tudo: imbicavam traques, brocavam foguetes e os embrulhava em pequenos pacotes feitos de papel amarrados com cordão ou ensacava-os em sacos de aniagem, papel ou nylon reaproveitados após o ensacamento de açúcar, farinha ou qualquer outro elemento cedido pelos armazéns locais. Além disso, contavam com a ajuda de alguns vizinhos, compadres e comadres que se dirigindo às suas casas a fim de prosearem, sobretudo, à noite, acabavam se incorporando à rotina daquele trabalho. Em seguida, tudo era guardado em um pequeno depósito, “a casinha de guardar”, acoplada a própria casa do fogueteiro. Por outro lado, manufaturas como a do fumo e a do caxixi, ainda podem ser manuseadas coletivamente pela família produtora desde os momentos iniciais do seu trato. O primeiro, desde a sua semeadura, limpa, desolhar das plantas, colheita, secagem e o manocar [fazer molhos das folhas].⁴⁶ E o segundo, do amassamento do barro até a construção das louças. Por uma questão de conhecimento e experiência a aquisição da argila necessita ser feita, sobretudo, pelo mestre oleiro.⁴⁷

Tendo como base ainda os depoimentos orais, a produção de fogos de artifício no Recôncavo Sul, mesmo sendo desencadeada por circunstâncias diversas, girava em torno dos festejos juninos e dias de santo. O restante dessa produção era realizado mediante as encomendas feitas pelas prefeituras na organização de comícios ou recebimento de pessoas consideradas ilustres; pelas igrejas na realização de festas dos padroeiros ou quermesses, por alguns

⁴⁶ SILVA, Elizabete Rodrigues da. Fazer charutos: uma atividade feminina. Dissertação de Mestrado em História da UFBA. Salvador - BA, 2001, p. 47. Ver o interessante estudo que a historiadora faz dos sujeitos que manejam esta produção em casa e nas fábricas de fumo do Recôncavo Sul da Bahia.

⁴⁷ BARRETO, Virginia Queiroz. Viver do barro: trabalho e cotidiano de oleiros. Maragogipinho – Bahia: 1970 – 1998. Dissertação de Mestrado em História da PUC. São Paulo - SP, 1999, p.57.

fazendeiros para missas na sua propriedade ou para afugentar os urubus que teimavam avançar sobre as vacas para comer seus filhotes no trabalho de parto. Em qualquer uma dessas épocas, esse trabalho seguia orientado pela tarefa. Tudo era dividido por etapas de acordo com as necessidades da produção. Havia, portanto, entre os membros familiares, geralmente de segunda a sábado e às vezes até domingo, um acordo das atividades a serem feitas, como o dia de imbicar ou escorvar traque, o de brocar foguete, entre outros.⁴⁸

Após a fabricação, a entrega dos fogos pelos próprios fogueteiros para os endereços de quem fez a encomenda era algo certo. Neste caso, o fogueteiro transportava a mercadoria utilizando-se do lombo de algum de seus animais: burro, cavalo ou jumento, paramentado de cangalha, pelego e “panacuns.” Quando não dispunham de nenhum desses recursos, seguiam longas distâncias a pé levando a encomenda nos seus próprios ombros.

Segundo a historiadora Kátia Mattoso, independentemente do material carregado, práticas como estas foram flagradas ao longo de alguns séculos em toda a Bahia. Contando com a utilização de animais ou até mesmo a pé a economia desse Estado fora também feita pelo “peso dos homens”.⁴⁹

Legitimando essa colocação, S. Jacinto nos traz um pouco desse processo:

Eu ia a Santo Antônio, de pé, com finado Avelino que era meu cunhado, levando um saco de traque nas costas, pra entregar a Antônio Barreto Ornelas na rua [...] esqueci o nome agora! A gente saía daqui quatro horas. Chegava lá sete, sete e meia. De pé, heim! Na volta, a gente só voltava de trem.⁵⁰

Foi com doses de calma, frases curtas e nostalgia que S. Jacinto continuou me concedendo essa entrevista. No momento da sua apresentação, disse que já estava “muito velho, muita coisa já tinha passado” e por isso se esquecera de tudo. Preferia centrar sua memória na comparação de coisas significativas para ele: de valores como amizade e solidariedade repartida com as

⁴⁸ Sobre a divisão do trabalho pela tarefa como medição do tempo do trabalho, ver THOMPSON, op. cit., p.269 – 270.

⁴⁹ MATTOSO, op. cit., p. 59

⁵⁰ S. Jacinto, op.cit..

peessoas que conheceu com as da atualidade. E, entre uma abordagem e outra, suas reflexões estavam sempre conduzias sobre a sua dura infância na zona rural como menino de engenho de trapiche. Sobre esta fase ele contou que desde os seus oito anos de idade, acordava às três horas da madrugada para “encangalhar” os bois. Esta era uma atividade que, segundo ele, consistia em: sentar sobre uma pequena tábua, a “manjarra”, e, através de constantes cipoadas nesses animais, fazê-los girar ao redor dos coxos e enchê-los da garapa extraída da cana transformada em açúcar preto e depois comercializado também por ele na feira - livre de Santo Antônio de Jesus.⁵¹

De outra forma, sua memória também se ancorava em pilares da existência humana como vida após a morte e exemplos de vitalidade de contemporâneos seus como a comadre Antonia, mãe do finado Ito, [ex – trabalhador de fogos de artifício]. Segundo o depoente, mesmo com 101 anos de idade no tempo dessa entrevista, ela ainda se encontrava lúcida e catando castanha debaixo do pé de caju na sua residência no Recôncavo Sul. O primeiro pilar se deveu a um estudo que ainda fazia desde o falecimento de sua esposa da filosofia Kardecista. O segundo, como uma motivação para os cansaços adquiridos durante toda uma vida sempre conceituada como sofrida. Mas, ao som de uma leve batucada produzida por seus próprios dedos sobre a mesa colocou-os em xeque: “- será que a gente chega lá?” Dessa forma, a entrevista tinha, para ele, aquilo que Walter Benjamin chama de natureza de uma narrativa: a sua “dimensão utilitária.” Através dela, esse narrador descobriu a possibilidade de ser ouvido, de fazer perguntas e, sobretudo, do que este autor chama de “vias de extinção”: a arte de dar conselhos tecida através dos testemunhos de sua própria vida.⁵²

Como amostragem então dessa vida sofrida, S. Jacinto apressou-se em relatar, sem ao menos ser questionado, as viagens que os fogueteiros faziam naquela época para transportar o resultado do seu trabalho. Era preciso vencer o

⁵¹ Sobre o comércio, o trabalho e o cotidiano dos feirantes da Feira – Livre de Santo Antônio de Jesus, ver o profundo trabalho do historiador Hamilton Rodrigues da Silva. SILVA, Hamilton Rodrigues da. Vidas nas fronteiras: práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia. Santo Antônio de Jesus – 1948 – 1971. Dissertação de Mestrado em História da UNEB. Santo Antônio de Jesus – BA, 2007.

⁵² BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, in Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1). P. 200.

tipo, o horário e o trajeto em nome da quantidade da mercadoria transportada: um saco de traque sublinhado com bastante ênfase na voz. A linearidade das ações marcadas em seu diálogo, para conduzir o material até Santo Antônio de Jesus, não negam como S. Jacinto procurava concluí-la rapidamente. Nele não há espaço para vocativos que chamem a atenção para outra coisa como paisagens, conversas divididas durante a viagem e paradas. Só lhe interessava dizer, mesmo se questionado, sobre o percurso direto que circundava a entrega da encomenda. Isso pode ser completamente entendido se pensarmos que num raio de 17k, mesmo tendo alguém para dividir o peso da carga, certamente ele lhe causaria desconfortos.

S. Jacinto está fazendo esse percurso numa época, como ele mesmo dizia: que os carros eram “muito difíceis” de serem encontrados e a rodovia que atualmente liga Santo Antonio de Jesus ao Ferry Boat ainda não existia. A estrada vivia “sobre péssimo estado [...] quase intransitável.”⁵³ Para fazer essa viagem, tanto ele como outras pessoas tinham algumas opções: ficar o dia inteiro debaixo de árvores geralmente demarcadas pelos moradores como “ponto de parada” para veículos como o “pé de jenipapo” no lugar chamado Três Bocas e, sentado em algum “toco”, aventurar um carro como o de S. Ozinho da cidade de Santo Antonio de Jesus.

Esses veículos, geralmente “a Rural”, eram aqueles que faziam frete entre as cidades de Santo Antônio de Jesus e Nazaré. E, ficando à mercê da quantidade dos seus passageiros locais, eles não tinham dia nem horário para passar nos lugares que faziam entremeio com estas cidades, como os distritos do Taitinga, Onha e do Rio Fundo. E por isso, aqueles passageiros que o esperavam caminho à fora, nem sempre podiam contar com suas paradas. Uma outra opção seria tomar o trem na estação local, um transporte muitas vezes dispensado, pelo menos durante a ida da viagem explicitada acima, por considerarem a

⁵³ Refiro-me a BA 001 que liga Bom Despacho a Santo Antonio de Jesus construída por volta da década de 1970. É possível ver nas atas da Câmara Municipal da cidade de Nazaré, os constantes reclames feitos pelos vereadores em nome da população e, sobretudo, dos comerciantes que necessitavam dispor do triangulo comercial entre as cidades de Santo Antonio de Jesus, Muniz Ferreira e Nazaré, para que o Poder Legislativo interferisse na execução da estrada que o ligava. A péssima condição desse trajeto levava a ocorrência de acidentes seguidos de morte como os que foram visualizados em alguns processos crimes durante esta pesquisa. Ata da 9ª sessão do primeiro período legislativo da Câmara Municipal de Nazaré, 9 de maio de 1958, f.9.

combinação de fogos e passageiro o “mesmo que hoje misturar álcool e volante nas rodovias” [risos].⁵⁴

Aliás, todas as vezes que S. Jacinto queria expressar a oposição entre coisas materiais do passado ou do presente, buscava nas leis de trânsito, um exemplo para fundamentá-las. Este gesto é compreensível pela forte intimidade que tem com o ato de dirigir desde a década de 1960 quando comprou seu primeiro carro: uma F1000 já usada na mão desse mesmo Sr. Ozinho. Ela serviria para um de seus filhos fazer frete de Muniz Ferreira a Nazaré levando cargas de bananas e outras frutas a fim de serem vendidas na feira-livre desta cidade. Com quarenta e um anos de direção S. Jacinto orgulha-se de nunca ter cometido uma infração no trânsito. Diz que sempre prefere, estando certo ou errado, resolver qualquer questão através do diálogo. Adora dirigir e ainda hoje fazendo algumas viagens no seu caminhão para Juazeiro a fim de revender fogos de artifício, dá sempre graças a N. Sr^a. das Candeias por nunca lhe ter ocorrido um acidente.

Em se pensando, portanto, que até aqui as alternativas para que trabalhadores como S. Jacinto transportasse seus traques eram minadas, restava-lhes o uso do lombo dos animais ou dos próprios ombros: talvez o mais frágil, contudo, o que podiam contar na época. E é através dessa condução, indo e vindo pelos caminhos do Recôncavo que seus passos, como de tantos outros trabalhadores, vão marcando a feição dos espaços urbanos no Recôncavo Sul.⁵⁵

Aliás, o que se pode dizer sobre o carregamento de materiais explosivos nas linhas férreas, está pautado, aqui, no discurso de outros dois depoentes: S. Moreira e S. Tonhezinho. O primeiro disse que na década de 1950 sempre que necessitava levar fogos para serem revendidos em Nazaré, conduzia-os em pequenas tropas de burros, por causa da proibição de materiais inflamáveis no trem.⁵⁶ Por outro lado S. Tonhezinho me contou que de fato eles não eram permitidos, mas isso era burlado conforme a esperteza de quem carregava. E, entre risos, disse que assim como hoje em dia se transporta até

⁵⁴ S. Jacinto, op.cit..

⁵⁵ Contestando o espaço urbano de Santo Antonio de Jesus como algo construído apenas pelas caminhadas dos comerciantes da farinha, este autor ver o seu desenho urbano como uma construção de vários trabalhadores: homens e mulheres que, por motivos diversos, transitavam por suas vias. In SANTOS, Hamilton, op.cit., p.54.

⁵⁶ João Moreira (S. Moreira), entrevistado em 24 de fevereiro de 2000.

mesmo droga no estômago, no ônibus e em tantos outros lugares, havia também, naquela época, sempre um jeitinho para se transportar os fogos na região.⁵⁷

Em se pensando ainda na quantidade de traque transportada nas costas por S. Jacinto pode-se dizer que ela é uma demonstração do que mais tarde ele mesmo dizia sobre o fabrico de fogos no Recôncavo Sul: “o comércio de fogos daquele tempo era tudo pequeno. Tudo pouco.” A baixa quantidade desse produto no mercado fazia com que houvesse uma grande demanda e conseqüente valorização no ranking dos demais produtos do comércio regional. Entretanto, mediante as circunstâncias que os fogueteiros diziam produzi-lo, esta valorização não chegava a ser superavitária em termos financeiros para o fogueteiro e sua família. O que se pode observar mediante as condições materiais dessas pessoas é que ele se constituía num ofício materialmente pouco rentável.

Segundo o exposto, isso seria a confirmação de que o trabalho com fogos de artifício, mais do que um resultado material, se constituía num esforço humano gerador de um expressivo valor social que se congraçava na promoção de um título estendido a toda família: o fogueteiro. Havia um reconhecimento social, mas, não material do seu trabalho. Por ser pouco rentável, a necessidade de vencer as mazelas sociais sentidas por grande parte dos trabalhadores pressionava para que o tipo de organização em que estava pautada a produção fogueteira aos poucos tomasse um novo curso, adaptando-se as realidades sócio-econômicas e políticas da época. Era preciso buscar alternativas que dinamizassem a sua comercialização.

S. Jacinto ainda conta num curto diálogo, quais as medidas tomadas pelos trabalhadores para enfrentar tal situação: “Naquele tempo quem soubesse imbicar o traque, embuchar, já tinha pessoas, então convocava aquelas pessoas também pra trabalhar: aumentar a produção.”⁵⁸

Esta mudança na organização da produção fogueteira apresentada por S. Jacinto foi a primeira de outras ocorridas no bojo das suas relações trabalhistas e mercadológicas. São mudanças que inauguraram uma nova relação do fogueteiro com o seu trabalho, com o trabalhador e com o mercado, dando um corte nas bases costumeiras em que eram feitas. Ela promovia não só o aumento

⁵⁷ S. Tonhezinho, op.cit.

⁵⁸ S. Jacinto, op.cit.

dos seus lucros como também permitia com que muitas pessoas encontrassem nessas pequenas empresas um emprego frente às poucas alternativas de sobrevivência na época. Endossando o diálogo de S. Jacinto, D. Bernarda, dizia que a mulheres eram o grande público desse trabalho. Elas tomavam uma medida de traque de massa baseada num caixote de gás e o levava para imbicar na própria casa. Ou, a exemplo de grande parte das moças que querendo se arrumar para casar também buscavam “a casinha de trabalhar” de seu pai para embucharem traque, algo pacientemente ensinado por ela e suas irmãs nesse mesmo local.

As fontes analisadas até o momento sugeriram a produção dos fogos de artifício como uma alternativa para o pobre sobreviver por inteiro ou complementar sua renda familiar. Mas, frente às exigências mercadológicas, ele vai ganhando importância comercial junto a outros produtos da época, e, conseqüentemente, conquistando novos olhares e novos mercados.

Este novo patamar gera um grande antagonismo social. Ao contrário dos fogueteiros, esta atividade começa a ser mais rentável para atravessadores como Antônio Barreto Ornelas, pequeno fabricante de fogos de artifício da cidade de Santo Antônio de Jesus. Tendo um depósito na Rua de Cima este comerciante podia dar a esta produção uma outra formatação: encaixar os fogos comprados nas mãos dos fogueteiros da região a exemplo dos traques ainda pouco conduzidos por S. Jacinto nos seus próprios ombros e vendê-los a preços bem consideráveis no conjunto dos produtos comercializados daquela época no Recôncavo Sul.

Por outro lado, esta era uma atividade também rentável para empreendedores como o já mencionado Juvenal Moreira Tupinambá. Como Antônio Barreto Ornelas, ele comprava os fogos dos pequenos fogueteiros da região, os revendia para outras pessoas na cidade de Nazaré e, junto a outros comerciantes como José Dias Tavares, expostos na tabela abaixo, os exportava para a capital baiana via embarcações que frequentemente atracavam no Porto de Nazaré com destino a esta localidade.

EXPORTADOR / PRODUTO	EMBARCAÇÃO / VALOR
JUVENAL MOREIRA TUPINAMBÁ	EMBARCAÇÃO ESTRELA 13/06/1935
7 caixas de fogos	25,200
JOSÉ DIAS TAVARES	EMBARCAÇÃO BAPTISTA 10/12/1935
50 amarrados de couro 2 caixas de fogos	25.000 4.500

Tabela 1: Livro de Registro de Produtos de Exportação da Cidade de Nazaré 1935 – APMN⁵⁹

Como se pode observar na Tabela 1, esse fabrico quando saia das mãos do fogueteiro ganhava uma outra conotação. Ele é transferido daquele saco conduzido com tanto desgaste por este produtor aos exportadores para uma nova embalagem: a caixa. Este formato sugere o novo conceito mercadológico em que eles iriam se encontrar dali pra frente: um modelo tipo exportação. Serão dotados de um novo valor material e vão atender a novos mercados e compradores.

Com base na documentação analisada, raros eram os comerciantes que nesta época não se utilizavam dessa prática. Em variadas quantidades esses artefatos aparecem sempre nessas embarcações ao lado de produtos como couro, açúcar, café e fumo. Eles faziam parte de mais uma relação comercial que, a “hinterlândia” era responsável por prover os mercados e praças de Salvador.⁶⁰ E como esses itens, em especial o couro exposto na tabela acima, esta era uma produção de grande expressividade para um comerciante no Recôncavo Sul.

Se formos comparar os amarrados de couro com as caixas de fogos de artifício levados pelas Embarcações Batista e Estrela, veremos que os fogos, mesmo sem sabermos aqui a real grandeza de suas caixas, geravam maior lucro para o exportador. Diluindo isso, matematicamente, pode-se chegar ao seguinte

⁵⁹ Governo do Município, registros de produtos de exportação, 13 de junho e 10 de dezembro de 1935, estante nº 4, f.f. 8 e 76.

⁶⁰ SCHWARTZ, S.B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 77. Segundo este autor, o Recôncavo constituiu-se ao longo de um tempo no gerador de recursos econômicos por meio das culturas aí desenvolvidas, colocando a capital baiana como entreposto comercial para a exportação.

raciocínio: um amarrado de couro na Embarcação Batista custava \$ 500 réis enquanto cada caixa de fogos, \$ 2.250 réis. Em relação ao couro, estes eram proporcionalmente 350% maior. Na Embarcação Estrela, a caixa de fogos custava \$ 3.600 réis. Comparado àqueles levados na primeira embarcação vê-se que este era 60% mais caro e ainda exercia sobre o couro que segue junto a ele, um lucro proporcional de 620%.

Certamente esta razão e esta proporção dadas na tabela acima estavam distantes de serem vividas pelo fogueteiro enquanto pequeno produtor de fogos de artifício. Nas circunstâncias em que empreendia a sua produção, raramente poderia conduzir, como os comerciantes acima, o produto do seu trabalho. Uma questão que acende ainda mais as bases costumeiras em que eram feitos.

Dada às circunstâncias apresentadas até aqui, essa primeira feição da organização dos fogos de artifício no Recôncavo Sul sofrerá grandes abalos por volta da década de 1950 com a sistematização da produção fogueteira por Juvenal Moreira Tupinambá. Tratarei disso na seção que se segue.

TUPINAMBÁ: “UMA NOVA ERA” DOS FOGOS DE ARTIFÍCIO

Como já fora induzido no tópico anterior, diversas circunstâncias, conduziram para que o modelo produtivo da fabricação de fogos de artifício e, conseqüentemente a trajetória de seus trabalhadores aos poucos fosse sofrendo alterações no Recôncavo Sul. Aqui pretendo analisar uma das problemáticas desse estudo: como, a partir do ano de 1950, em pleno adiantamento social do Recôncavo Sul, Juvenal Moreira Tupinambá consegue reorganizar a produção fogueteira e conduzir dezenas de pessoas a se arriscarem no trabalho com fogos de artifício.

Em primeiro momento falarei um pouco sobre a figura de Tupinambá e o contexto em que ele surge e, em seguida, como ele sistematiza a produção fogueteira na região.

Juvenal Moreira Tupinambá nasceu no ano de 1903 e é filho de um antigo fogueteiro da zona rural da cidade de São Felipe do Recôncavo Sul, Pedro Moreira Tupinambá. Desde a infância conduziu ao lado da sua família, a fabricação de fogos de artifício como foguetes, traques, espadas, buscapés, entre outros. E, quando adulto, por volta da década de 1930, passa a revendê-los na cidade de Nazaré.

Com base na documentação percorrida é possível dizer que essa cidade “quatrocentista” vivia, a essa altura, como nenhuma outra da região, os seus surtos de “progresso”. Tinha o privilégio de ser Considerada “A Porta do Sertão Baiano” e era destaque no cenário regional. Nas palavras de um memorialista da terra, era propícia para desenvolver qualquer plano de negócio.

Ela estava vivendo numa década em que o Brasil, através do governo do Estado Novo passava por profundas reformulações políticas, econômicas e sociais que incidiam sob o papel da indústria e conseqüentemente do trabalho e do trabalhador. Era preciso investir no progresso do país potencializando suas indústrias a partir do incentivo de um capital nacional desenvolvimentista. E assim, o conceito de trabalho e trabalhador também necessitaria se enquadrar a este pensamento ganhando um pouco dessas características.

Dentro do cenário estadual, na Bahia, essas idéias de progresso industrial se vincularão àquelas disseminadas desde o início do século XX com o desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil. O setor econômico tem como referência as manufaturas de fumo conduzidas por empresas em Salvador e, sobretudo, no Recôncavo Baiano como a Suerdick e a Danemann. Empresas que, como as demais do Brasil, caracterizavam-se, pela concentração e centralização de capital e mão-de-obra.⁶¹

Motivado, portanto, por esse cenário industrial e munido de todo um processo endógeno a que o historiador E. Thompson chama de experiência, Juvenal Moreira Tupinambá busca alargar a sua produção e dar uma nova feição

⁶¹ Sobre o cenário das indústrias e situação dos operários na Bahia na década de 1920 ver: CASTELLUCCI, Aldrin, Armstrong Silva. Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise [1914 – 1921]. Salvador: Fieb, 2004.

a existente, adequando-a a essa lógica social - política e econômica da época.⁶² Um primeiro passo seria “livrar-se” de uma feição puramente doméstica a que a fabricação de fogos se encontrava no Recôncavo Sul, reforçando a formatação de uma produção em série, desencadeada por operários reunidos num só lugar. E, por isso, mais tarde, em terreno próprio no Bairro do Apagafogo, fixa moradia e, através da construção de pequenas fábricas [tendas] procura também centralizar um pouco da sua produção de fogos de artifício.⁶³ A princípio, isso é feito com uma mão de obra-local e, mais tarde, com a alocação de alguns fogueteiros da zona rural como os pais, hoje falecidos, de S. Tonhezinho, ex – trabalhadores de fogos de artifício.

Sobre esse episódio S. Tonhezinho contou:

Meu pai trazia traque de São Felipe pra vender a Tupinambá aqui em Nazaré. Aí Tupinambá foi buscar ele lá. Trouxe pra cá. [...] quando eu cheguei de São Paulo eles já estavam aqui. Meu pai comprava a matéria-prima na mão de Tupinambá e vendia os fogos a ele.⁶⁴

A saída de diversas famílias da zona rural para a cidade em busca de melhores condições de vida parece ter sido um ato comum nessa época, no Recôncavo Sul. No caso da família de S. Tonhezinho, a roça que possuíam na zona rural de São Felipe era de 50 mil hectares e para consumo próprio. A produção fogueteira já se fazia “muito pouca” frente às mudanças de mercado, não permitindo os mesmos resultados de outros tempos. Aliado a isso, frente o crescimento dos filhos e a pouca condição de trabalho naquele local, ela teve que escolher: “trabalhar ali mesmo pra outra pessoa ou arranjar outro lugar pra trabalhar.”⁶⁵ A escolha então recai no convite feito por Tupinambá.

A instalação dessas famílias e de tantas outras pessoas em condições semelhantes ou não, em pequenas casas próximas ao Rio Jaguaripe

⁶² THOMPSON, Edward P. Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Para este autor, a experiência não é um conceito produzido por um único sujeito. Ele é construído por vários sujeitos a partir das práticas sociais, políticas e econômicas desenvolvidas em face das condições humanas e sociais palmilhadas em seu cotidiano.

⁶³ Estas são informações obtidas a partir de uma conversa com o filho de Tupinambá, Jurandir Moreira Tupinambá em janeiro de 2008.

⁶⁴ S. Tonhezinho, op. cit.

⁶⁵ Sobre os diversos motivos que conduziram os trabalhadores do Recôncavo Sul a migrarem do campo para a cidade ver SANTANA, op.cit., p.107 - 139.

no “Bairro proletário do Apagafogo,”⁶⁶ ou em outros bairros, a venda de matéria-prima e conseqüente entrega de sua manufatura ao produtor, a chegada de trabalhadores vindos de partes do Recôncavo e até mesmo de outros lugares da Bahia e a progressiva construção de galpões para o armazenamento de uma crescente produção, formariam, já na década de 1950, um “cenário industrial” peculiar a que se convencionou chamar “Fábrica de Fogos Tupy.”



Figura 2: vista parcial da distribuição da Fábrica de Fogos Tupy no Bairro do Apagafogo na cidade de Nazaré – BA – s/d (Acervo particular da Família Tupinambá)

⁶⁶ Expressão cunhada pelo Jornal O Nazareno, por ocasião de uma restauração da iluminação pública nos bairros proletários da Muritiba e Apagafogo. In Jornal O Nazareno, Nazaré, 2 de julho de 1955, f.4. A expressão subúrbio também foi usada, como pode ser visto logo mais abaixo, para denominar o segundo bairro.



Figura 3: vista parcial da distribuição da Fábrica de Fogos Tupy no Bairro do Apagafogo na cidade de Nazaré – BA – s/d (Acervo particular da Família Tupinambá)

Esta fábrica ficava situada no Bairro do Apagafogo entre dois outros bairros da cidade de Nazaré: a Cidade Palha e o Curtume. Ela era formada por uma casa de contagem, depósitos, escritório, serraria e algumas tendas espalhadas pela beira do Rio Jaguaripe. Mas não se pode negar: era de uma arquitetura intrigante. Seus primeiros núcleos se esparramavam de uma ponta a outra do bairro, como um verdadeiro “arruado” de casas a se equilibrar entre as partes alta e baixa da rua numa constante contemplação e vigiar de si mesmas.

Mas, essas não eram casas comuns. Nelas não se via o fervilhar das famílias em suas labutas diárias ou cheiro de comida. Eram casas ocupadas por inquilinos de “natureza explosiva”. Um pequeno desleixo dos homens e mulheres que, em nome da sobrevivência, expunham sua vida ao constante estado de espírito dessas construções predispostas a se voltarem contra eles e todos os que lhes rodeava, deixando-lhes marcas indeléveis.

As paredes dessas casas tinham a sobriedade da época e não estavam tão distantes do preto e branco revelado por esta fotografia. O tom branco evoluindo para um cinza - claro, às vezes ganhava certo rubor motivado pelas explosões dos seus inquilinos. E embora não houvesse luxo no seu interior

e dispusessem apenas do necessário para manter sua integridade física, uma exigência a quem fosse tratar-lhes era feita: sensibilidade de modos e rusticidade no seu ambiente.

Estas construções eram tão parecidas com aquelas habitadas por seres humanos que demonstravam intimidade entre si. Essa aparente harmonia entre o espaço em que estavam situadas, trabalhador e produção parecia conduzir a todos para uma política de boa vizinhança em que tudo fosse visto como o resultado natural da necessidade de produzir.⁶⁷ Mas o cheiro forte de pólvora que exalavam até a rua como uma chaminé em movimento, talvez levasse um observador a perceber ali uma estrutura planejada para forjar, através desse clima residencial, a finalidade a que se propunha.

A casa de contagem de ponta na primeira fotografia, colada ao escritório do proprietário, sublinhada por pratebandas arredondadas, ficava situado na parte baixa da rua. Era composta por chão socado, prateleira, tamboretas e uma bancada de madeira sempre aberta à recepção dos fogos a serem confiavelmente contabilizados por D. Nissu. Suas portas destrameladas, arreganhavam-se para a freneticidade de um vento contínuo de maré, corrigidas incansavelmente por uma escora de madeira: estar apostos para alguma emergência.

Por beirar, então, a maré, esse departamento ficava vulnerável a visita de caranguejos que, devido a sua vazante, saíam correndo atrapalhando-se nos pés dos trabalhadores em busca de novos abrigos. Presas fáceis, esses crustáceos eram capturados por eles através de latas vazias de gás e revendidos na feira-livre de Nazaré às quartas-feiras, constituindo-se numa outra renda para seus orçamentos. Na maioria das vezes era também um grande complemento do seu cardápio semanal.

Da direita para a esquerda da segunda foto, os depósitos podem ser vistos. Eles eram constituídos de grandes vãos e que pareciam pequenos quando os fogos por ali se instalavam até o teto. Suas calçadas bastante altas eram próprias para o processo de carga e descarga das mercadorias. A princípio elas

⁶⁷ RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 19. Segundo a historiadora Margareth Rago o modelo de fábrica instituída no final do século XIX tinha como um, de seus fundamentos, “anular” o controle sobre os trabalhadores. Mas, ao contrário, diversas estratégias para mantê-los sobre os mesmos continuaram a existir e, por isso, levaram-lhes as mais diferentes formas de resistência.

chegavam no lombo dos animais e, mais tarde, através dos caminhões que as escoava para a própria região, estados como o Ceará e até mesmo para o aeroporto de São Paulo e de lá serem transportadas para países como os EUA [Estados Unidos da América].⁶⁸

Em meio a esses núcleos mais burocráticos, a fábrica contava também com um pequeno número de casinhas de enchimento feitas com pouco custo espalhadas pela beira do Rio Jaguaripe. Do amanhecer ao anoitecer, famílias de sangue ou constituídas por laços de trabalho, se entregavam à lida da fabricação de traques, foguetes e tantos outros junto a melancolia de uma paisagem rotineira formada por coqueirais e o sussurrar desse rio.

Além de tudo isso esse cenário industrial era composto, pela residência do próprio Tupinambá ou o “bangalô” como os trabalhadores se reportavam funcionando, do alto, como uma espécie de observatório e pirâmide social de toda aquela estrutura. Uma serraria pronta a construir e reconstruir mesas, prateleiras e tamboretas quase sempre feitos sem nenhum esmero. Talvez, uma tática do proprietário dada a incerteza da sua durabilidade num lugar tão vulnerável a explosão de suas mais sensíveis construções.

Mas, segundo ainda a documentação da época, esta era uma “cidade industrial suburbana” que já contava com um bom número populacional. Pelo menos é o que se pode deduzir através do grande número de crianças apontado numa portaria baixada pelo Prefeito da época, Viriato Corrêa, que, respaldado nos dados da Agência Municipal de Estatística,

[...] resolve transferir do lugar chamado Araçá, na zona rural, devido ao grande êxodo de trabalhadores rurais, a Escola José Lemos para o lugar Apaga - Fôgo, subúrbio desta cidade [...] onde é grande a quantidade de crianças em idade escolar exigindo a instalação de novas escolas.⁶⁹

Tendo como base apenas a leitura desta fonte talvez seja possível pensar que esses trabalhadores em processo de êxodo citado nesse documento

⁶⁸ Ainda segundo o filho do Sr. Juvenal Moreira Tupinambá, Sr. Jurandir Tupinambá, os fogos eram transportados para esses lugares através da Empresa de Fogos Caramuru de São Paulo comandada na época pelo Sr. Biagginno Khief.

⁶⁹ Portaria expedida pelo Prefeito da cidade de Nazaré Viriato Corrêa em 30 de março de 1959, Arquivo Público de Nazaré, nº 18/59, fl. 34.

tenham de fato, como a família de S. Tonhezinho se incorporado ao trabalho dos fogos de artifício. Mas, nada, para além, disso, nos dá autoridade para afirmar que a formação “industrial” do Bairro do Apagafogo envolvendo a Fábrica de Fogos Tupy tenha sido composta por uma maioria rural.

O que esse documento permite, quando cruzado a outras fontes, é trazer o que mais nos interessa: ver o grande número de pessoas que, na década de 1950, possivelmente tenham aderido, por diversos motivos, ao projeto de Tupinambá. Pois, segundo alguns depoentes da cidade de Nazaré, inclusive os relacionados à família Tupinambá, esse era um bairro em que bem poucas pessoas, como D. Arlinda que “tinha uma venda que vendia de um tudo,”⁷⁰ não trabalhavam na fábrica de fogos. O grosso do seu contingente retirava dos serviços aí empreendidos o seu chamado “meio de sobrevivência” fabricando os mesmos fogos produzidos na primeira metade do século XX citados ainda pouco: traques, foguetes, buscapés e bomba de cordão.

A partir dessa época, quando a produção já tinha tomado esse perfil industrial, Tupinambá introduz, no Recôncavo Sul, a bomba chilena⁷¹ mexendo com toda a estrutura em que estava pautada a produção fogueteira e, sobretudo, a vida do trabalhador.

A grande produção oferecida pelo rendimento do trabalho com esse tipo de artefato, faz Tupinambá redesenhar o seu projeto de 1930 contrariando aquela formatação centralizadora da indústria brasileira. Ele desconcentra com mais força o processo produtivo do Bairro do Apagafogo para alguns de seus próprios bairros, a exemplo da Muritiba, para distritos de Nazaré como o Rio Fundo e outros lugares do Recôncavo Sul como a cidade de Santo Antonio de Jesus. Um projeto bastante extensivo e do qual S. Moreira, ex-dono de tenda, revela com muita exclamação:

Tinha os galpões, lá separado, pra escovar palito, pra fazer a pólvora. Vamos supor: você tem aqui dez pessoa, ali tinha mais outro. Era assim: trabalhava muita gente.

⁷⁰ D. Arlinda dos Santos, in entrevista de Adalice Santos (D. Nissu) entrevistada em 26 de março de 2008.

⁷¹ A introdução da bomba chilena significou um impulso para a pulverização da produção dos fogos na região. Contudo, outros elementos foram introduzidos ao longo desse empreendimento a partir da “vocação” que cada localidade trazia para a produção dos fogos de artifício.

A fábrica de Tupinambá era lá embaixo no Apaga - Fogo. Aquele mundo todo era a fábrica. Lá trabalhava por setor. Aqui [Rio Fundo] a gente fazia bomba, lá na Muritiba [Nazaré], fazia cobrinha, em outro lugar, outros faziam estalo, outros já faziam traque de massa. Era mei mundo, camarada!⁷²

S. João Moreira, popularmente conhecido como Moreira nasceu no seio de uma família fogueteira. Seus pais, Antonio Moreira e Vicembrina da Silva, como a maioria das famílias daquele tempo, “era um povo fraco.” E, por necessidade, empenhou a escritura do terreno e da casa onde moravam em troca de um empréstimo na mão de um conhecido. O tempo foi passando e, aos poucos, sem saber como, seu pai se viu sem terreno e sem casa. Este estado de vida levou-lhe a migrar do Alto da Boniteza, zona rural onde moravam, para o distrito a que pertencia, o Rio Fundo. Instalados na cabeceira da ponte eles recomeçaram suas vidas a partir do ofício que tinham: a arte de fazer foguetes e traques de massa.

Foi então nesse universo conceituado como uma “rumba de póva” que disse ter nascido. Ainda segundo ele, isso ganha sentido porque no dia 1º de junho de 1934, quando sua mãe sentiu as dores do parto e lhe deu à luz, as bombas já estavam todas amarradas, os foguetes já estavam brocados e escorvados. Enfim, tudo já estava arrumado para o mês das festas juninas. E, desde criança já trabalhava ao lado de seus pais ajudando-os a preparar a taboca, embuchar e enrolar foguetes. Na década de 1960 quando ele começou a ficar independente, trabalhou para Tupinambá e com ele ficou por 17 anos.

Cruzando as imagens do cenário do Bairro do Apagafogo com as informações obtidas no diálogo de S. Moreira, pode-se dizer, até com certa obviedade, que este modelo de fábrica potencializado na década de 1950 por Tupinambá, não pode ser comparado àquele instituído no século XVIII, com a “Fábrica Satânica” nem tão pouco àquela do século XX: a “Fábrica Higiênica”, racionalizada e moderna.

Para além de suas especificidades, estas fábricas tinham como referência um modelo produtivo convencionalmente abordado pela historiografia: feição e produção industrial tendiam a se concentrar num só lugar para responder

⁷² S. Moreira, op.cit.

à lógica do mercado capitalista.⁷³ O cenário industrial da Fábrica de Fogos Tupy, tinha, portanto, uma grande peculiaridade frente a este modelo: uma feição e organização descentralizadas. A fábrica materializava-se institucionalmente no Apaga - Fogo, mas, diluía-se em cada matéria – prima revendida às tendas para o seu manufaturamento e retorno a fábrica. Essa característica fazia com que o trabalhador se sentisse parte integrante de um modelo caricatural e mais ajustado das relações de trabalho. Mas, na verdade, ele funcionava como o corte, pelo produtor, de qualquer ligação que viesse a produzir um ônus no universo desse trabalho.⁷⁴

A introdução, portanto, da bomba chilena como um marco inaugural da nova fase desse projeto empreendido por Juvenal Moreira Tupinambá, não põe um corte no antigo modelo da produção de fogos de artifício no Recôncavo Sul. Ao contrário! Em primeiro momento há uma apropriação das técnicas e organização da produção familiar e em segundo momento uma reorganização desse modelo conforme as intenções de mercado.⁷⁵ Pois, para concretizá-lo foi necessário que ele se assentasse em alguns pilares: apropriação das técnicas fogueteiras a partir da fabricação de traques de massa, foguetes, buscapés e outros mais, uma lenta desapropriação dos meios de produção dos trabalhadores e do valor social do seu trabalho. Tudo isso foi sendo feito com a introdução de uma ideologia capitalista fundada no produzir mais para ganhar mais e a disseminação de uma idéia: a “vocaçãõ” que cada lugar tinha para a confecção de modelos únicos como a bomba chilena, outros modelos de fogos de artifício introduzidos ao longo de um tempo e, sobretudo, pelo uso da imagem do próprio Tupinambá como legitimador do seu produto nos jornais produzidos pela região.

⁷³ RAGO, op.cit. p. 19.

⁷⁴ Tratarei melhor desse assunto no próximo capítulo.

⁷⁵ Sobre a apropriação do trabalho também pela indústria, ver QUEIROZ, Virgínia Queiroz. Viver do barro: trabalho e cotidiano de oleiros. Maragogipinho – Bahia: 1970 – 1998. Dissertação de Mestrado em História da PUC. São Paulo - SP, 1999.



Figura 4 – Propaganda dos Fogos Tupy – Jornal O Alvitre – 1952
Acervo particular do Professor Lamartine Augusto

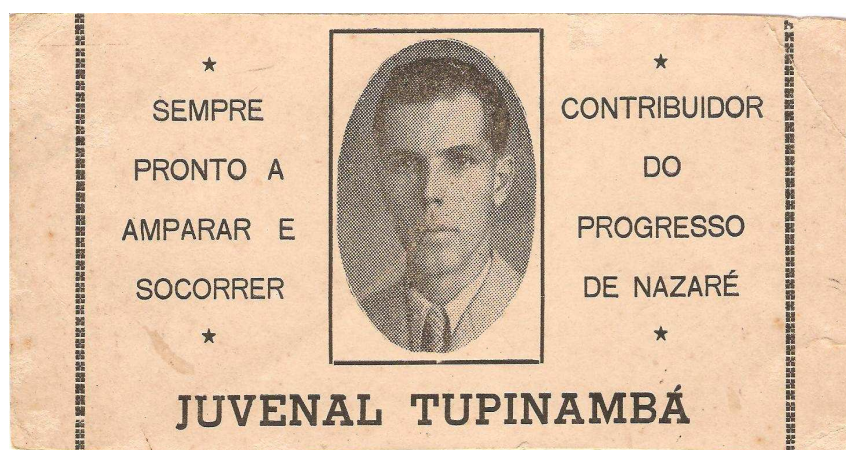


Figura 5 – Livro de canto [capa] preparado por ocasião da Missa festiva em homenagem ao aniversário de Juvenal Moreira Tupinambá.
Acervo particular da Família Tupinambá – s/d.

Esta imagem como tantas outras encontradas nos jornais da cidade de Nazaré, trazem sempre a imagem de Juvenal Moreira Tupinambá com uma feição mais jovial do que a que de fato teria nessa época.⁷⁶ Segundo o Professor Lamartine Augusto, dirigente do Jornal O Alvitre desta mesma cidade, devido aos poucos recursos da época, era difícil uma pessoa ter fotografias para cada fase de

⁷⁶ Nascido em 12/7/1903, em 1954, ele teria 51 anos, o que não condiz com sua imagem estampada na foto.

sua vida. As fotografias tiradas por um indivíduo com certa idade, muitas vezes lhes servia para a vida inteira. E nas gráficas dos jornais isso não se dava de maneira diferente. A foto usada num primeiro anúncio servia para muitos outros posteriormente. Imprimir um jornal naquela época era algo “extremamente trabalhoso”: primeiro, as notícias eram compiladas na cidade de origem e, em seguida, levadas para Salvador a fim de dar os ajustes finais. Dessa forma, a ausência de maquinário adequado para a disposição e exibição dessas imagens, tornava esse ato ainda mais freqüente.⁷⁷

David Harvey diz que o uso de imagens na chamada modernidade tem um conceito inverso do que sugeria em outras épocas. Mais do que informar ou promover comumente o seu produto, volta-se para o estabelecimento de uma identidade de mercado e para a manipulação dos desejos e gostos que podem ter ou não relação com o produto vendido. Ela pode tornar-se um investimento mais poderoso do que a aquisição de máquinas ou equipamentos no mundo capitalista. A imagem não vira mercadoria. Ela está associada a um conjunto de elementos que lhe dão legitimidade como respeito, qualidade, prestígio, entre outras. E é, sobretudo, a conservação do que ele chama de “aura de autoridade e poder”, representada na imagem, que garantirão a adaptação e, logo mais, a continuidade do que se deseja promover no futuro.⁷⁸

Procurando então analisar esta imagem no contexto das relações em que estava inserida, talvez se possa dizer que ela representava um novo sistema de signos que o espírito empreendedor capitalista de Juvenal Moreira Tupinambá sugeria a partir da introdução da bomba chilena e conseqüente descentralização de sua produção no Recôncavo Sul. Somado aos outros signos, esse aparato promovido por Juvenal Moreira Tupinambá fará dele uma figura expressiva frente a outros fabricantes de fogos expostos no tópico anterior. Por mais que a produção fogueteira fosse considerada perigosa, às vezes ficava livre de algumas “sanções” populares quando ligada à imagem de seu produtor: um entusiasta do universo trabalhista no Recôncavo Sul.

⁷⁷ Conversa informal com o Prof. Lamartine Augusto autor do livro Porta do Sertão.

⁷⁸ HARVEY, David. Condição pós – moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 259 – 261.

Mas, em meio a todas essas discussões, o que de fato teria levado Juvenal Moreira Tupinambá a levar à cabo todo esse empreendimento? E mais: o que teria conduzido tanta gente a disponibilizar sua mão – de – obra para a confecção de um material tão perigoso? Hipoteticamente seria Tupinambá o “detonador” de todo esse processo social desencadeado no dia 11 de dezembro de 1998? Talvez esta indagação encontre eco na própria conjuntura em que esses trabalhadores viviam. Vejamos.

ADIANTAMENTO SOCIAL, ECONOMIA E POBREZA DO RECÔNCAVO SUL

As fontes analisadas até o momento apontaram para a necessidade de um estudo da constituição e conformação da organização do trabalho com fogos de artifício no Recôncavo Sul, a partir da realidade - histórico - concreta em que os sujeitos envolvidos com esse tipo de trabalho estavam inseridos.

Na década de 1950 as cidades dos trabalhadores de fogos de artifício do Recôncavo Sul como Nazaré e Santo Antonio de Jesus eram consideradas consecutivamente, adiantadas ou em processo de adiantamento urbano e social. Nazaré, por exemplo, transportava pela sua E.F.N [Estrada de Ferro Nazaré] a Jequié a Tram - Road, passageiros e mercadorias. Ela se firmava, “através dos anos, desenvolvendo o progresso em Nazaré e levando-o através dos trilhos sudoeste a dentro até o alto sertão de Jequié.”⁷⁹

No seu porto, atracavam a navegação a vapor e os saveiros abarrotados de mercadorias para o abastecimento da capital baiana. Contava com um fluido setor industrial composto pela presença de Fábricas como a de Tecidos Sarapuú, de Calçados Stella, dos Cigarros British, de Curtume que exportava couro para o sul do país e para o exterior. Entre outros produtos, exportava em larga escala, café, fumo, açúcar, cacau e álcool.⁸⁰ Nas reuniões da Câmara Municipal, continuava despontando através da fala de seus representantes municipais como uma cidade do progresso. “Uma cidade com

⁷⁹ AUGUSTO, op. cit., p.148.

⁸⁰ Idem, op.cit., p.148.

mais adiantamento” do que a vizinha cidade de Santo Antonio de Jesus.⁸¹ Pois, além de grande fluidez comercial e industrial, esta cidade desfrutava de uma badalada vida social composta pela presença de academias como a Academia Tito, Clube Esperantista, circulação de três quinzenários como O Alvitre, O Nazareno e O Grito.

Além desses símbolos de “progresso”, contava com uma bomba de gasolina, o serviço urbano de telefonia, luz elétrica, hospital, correios e telégrafos, casa bancária, uma relojoaria, sociedades recreativas e beneficentes, Filarmônicas como a Erato e a Euterpe e cine - teatros. Já havia recebido próximo ao cais do porto, o pouso de um Hidro - Avião E-S.

Seus distritos também possuíam bom comércio a exemplo do Rio Fundo que os jornais intitulavam “próspera vila.”



Figura 6 - Cenário parcial do Rio Fundo (atual cidade de Muniz Ferreira)
Acervo particular da Família Flaviano, década de 1950.

No seu entorno, esta localidade contava com pequenas fábricas como o Alambique do Sr. Antônio Menezes produtor do “melhor aperitivo: Serenata”, o Alambique Rio Fundo do Sr. Olavo Barreto. No centro, a exemplo dessa imagem, lojas como a de S. Neco, Augusto Gago, Claudino Ribeiro;

⁸¹ Ata da 5ª sessão da Câmara Municipal de Nazaré, 24 de julho de 1957, s.f.

armazém de S. Manoel (Mané) de Flaviano e João Barreto; padaria de S. Silva e S. Theófilo, casas de negócios de S. Idaleu e Edvaldo. E, entre outros comércios, contava também, no dizer de muitos conterrâneos, com uma “excelente” feira livre que começava na última construção da parte baixa da foto, do lado esquerdo e ia até a porta da Igreja Matriz.

Segundo algumas pessoas desta comunidade, o movimento de transeuntes da zona rural para esta feira livre era tão grande, que às vezes, os próprios moradores, desse distrito, costumavam esperá-los, ainda pela madrugada, nas portas de suas próprias casas, abastecidos com latas de batata, jiló, aimpim, entre tantos outros produtos retirados de seus próprios quintais, a fim de vendê-los. Pois, segundo S. Moreira,

Hoje não existe a metade de Muniz Ferreira que era Rio Fundo antigamente. Da porta de D. Ângela, lá embaixo, até na porta da Igreja, aquele passeio [caçada] ali era verdura que vendia! Ali dentro era açougue, [...] os saco de feijão, farinha, tudo. Matava vinte a vinte e cinco boi só pra aí pra dentro. Ficava aí na faixa de quarta, sexta e sabo. Dia de sabo entrava muitos animá carregano açúcar, que aqui tinha armazém, né?⁸²

Santo Antonio de Jesus nesta época dava início a seu processo de adiantamento social. Era uma cidade fortemente marcada por uma composição de campo / cidade. Contava com os símbolos que sublinhavam esse processo como: serviço de energia elétrica popularmente conhecida como “Rosinha” por proporcionar uma luminosidade rosada na cidade, lojas, Agência de Correios e Telégrafos, cinemas como o Rex e o Glória, diversas Filarmônicas, escola de música, serviço de saúde como hospital, salões de beleza, clubes recreativos, sociedades beneficentes e tantos outros serviços que sublinhavam esse momento.⁸³

Num plano econômico mais geral, esta era uma fase em que o Recôncavo se assentava numa economia assinalada pelo comércio de café,

⁸² S. Moreira, op.cit.

⁸³ Algo mais sobre a década de 1950 na cidade de Santo Antônio de Jesus pode ser visto no surpreendente trabalho do historiador Hamilton Rodrigues sobre os feirantes desta cidade. In SILVA, Hamilton Rodrigues da. Vidas nas fronteiras: práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia. Santo Antônio de Jesus – 1948 – 1971. Dissertação de Mestrado em História da UNEB. Santo Antônio de Jesus – BA, 2007.

açúcar, cacau, couro, fumo, mas também, numa diversidade de produtos como a produção de cerâmica e de fogos de artifício. Um Recôncavo visivelmente próspero, sobretudo, pelo seu agraciamento natural como a riqueza do seu clima, solo, vegetação e paisagem preponderantemente agrícola.⁸⁴

Mas, todo esse Recôncavo pujante em economia, agricultura e crescimento urbano e social nem sempre foi desfrutado por completo pela maioria dos seus “filhos”. Ainda que também se caracterizasse por uma economia predominantemente de subsistência desde a época colonial,⁸⁵ através da plantação de mandioca, milho, entre outros produtos, guardava aquela tendência de cultivar os produtos ditados pelo mercado externo. A constância no cultivo dos produtos aqui mencionados, como café, fumo e outros mais, “negava outros plantios que a terra favorecia”, a exemplo do arroz, muitas vezes sublinhados pelos jornais da época.⁸⁶

Essas posturas geravam uma enorme crise na lavoura, pois trazia uma conseqüente sobra e perda da plantação. E, como disse S. Jacinto, “O consumo era pequeno. Tudo se tinha, mas, sobrou um pouco, não vendia.”⁸⁷

Guardadas as proporções de bens e valores circulados nessa época, talvez se possa afirmar que esta era uma economia sustentada por bases muito frágeis.⁸⁸ A fotografia de uma sociedade farta através dos seus recursos naturais e elementos de urbanização não batiam às reais condições da maioria da população noticiada pelos jornais da época. Ela era, para esta camada, um cenário bonito e positivo do lugar que se vivia, mas não era palpável nas suas reais condições de vida. O grosso dos rendimentos gerados por esta produção ficava nas mãos dos grandes produtores e de quem a controlava como os grandes comerciantes. Os chamados “ricos das cidades”: donos dos armazéns,

⁸⁴ MATTOSO, op. cit., p.66. Segundo esta autora o Recôncavo sempre apresentou frente as outras regiões do Brasil a exemplo do Sertão, uma singularidade no seu clima, facilidade de água, farta produção agrícola, entre outros.

⁸⁵ SCHWARTZ Stuart. B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1530-1835. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 83. Ao analisar a função agrícola do Recôncavo, este autor diz que mesmo fazendo “jus a sua reputação de região açucareira” esta região sempre foi marcada por uma predominante economia de subsistência.

⁸⁶ Jornal O Paládio, Santo Antonio de Jesus, 13 de outubro de 1951, f.1.

⁸⁷ S. Jacinto, op.cit.

⁸⁸ O historiador Walter Fraga Filho já apontava para este aspecto da Bahia no século XIX. In. FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. Salvador: Hucitec – Edufba, p. 21.

das vendas, dos armarinhos, das lojas, ocupantes dos principais cargos políticos, das casas bonitas da praça, dos pastos e os mercedores dos arrojos dos foguetes soltos pela população quando chegavam da “Bahia”.⁸⁹

Refém dessa base social, sua população, fazia o que era possível para acompanhar as regras impostas pela “vocaçãõ” dessa economia, vivendo das pontas que ela lhes oferecia.

A vida sempre foi difícil. Pra mim era difícil porque naquele tempo eu comecei andando. Patiando. Eu não tinha como, né? Mas tarde foi que eu comprei um burrinho, comprei outro burrinho (...) Eu saia daqui com dois burrinhos encangalhado. Ia pra São Felipe pra uma venda de um Sr. Chamado Bevenuto Nóia pegar quatro sacos de café: dois em cada burro. Trazer, botar aqui na estação e receber aquele frete.⁹⁰

S. Jacinto ainda hoje fica nostálgico quando fala dessa época. Ele disse que ela era tão difícil que ele “não tinha uma roupa boa, não tinha um sapato bom.” Demorou a chegar o tempo em que pode “andar direitinho,” conseguindo comprar um pano que chamava carrapicho, fazer com ele uma roupa para ser usado com um sapato pesado da marca “Dobro”.

Afora o sentimento de ser “um diferente”, “um matuto” que dizia compartilhar apenas com o seu violão quando “o pensamento estava lá no infinito”, o seu traje, nessa época, ajudava a legitimar estas qualidades. Ele se configurava como um elemento que o ajudava a distanciá-lo da sociedade em que vivia.⁹¹

Aliás, este era um sentimento tido também por muitas outras pessoas como o comerciante Olavo de Souza Barreto do distrito do Rio Fundo. Ao escrever sua própria biografia ele menciona como era difícil viver nessa época. A cada momento da sua vida descrito como “fase”, se refere a essas dificuldades usando expressões como: “puro de tudo”, “voltando a estaca zero”, “recomeçando” ou, contando “com a coragem e a força do glorioso Santo Antonio” para levar a vida em frente.⁹²

⁸⁹ Expressão usada quando alguém chegava da cidade de Salvador do Estado da Bahia.

⁹⁰ S. Jacinto, op.cit.

⁹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.93.

⁹² BARRETO, Olavo de Souza. História da minha vida: aos 80 anos, s.ed.,1972.

Outras visões afirmam, no entanto, que nesta época, “Os pobres viviam relativamente bem nessas localidades [e] até os mais humildes trabalhadores conseguiam sobreviver com o fruto do seu trabalho proporcionado pela existência da estrada de ferro.”

Não se pode negar, os beneficiamentos que esse veículo trouxera desde a sua fundação no século XIX para o Recôncavo, encurtando distâncias e, sobretudo, fortalecendo ao longo de um tempo, cidades como Santo Antonio de Jesus, Amargosa e Jequié. Com efeito, o delicado desta visão é ver num único elemento tido como “modernizador” o determinante do bem estar – social dos sujeitos no local em que vivem. Pois, como assinala Déa Fenelon, um dos problemas teóricos e metodológicos enfrentados pela História Social é justamente essa tentativa de determiná-la, e em especial aqui, a história humana, como o resultado apenas de forças externas. Ao tentarmos analisar a experiência do indivíduo na sociedade, é preciso ver todo o seu modo de vida inclusive os valores que são reelaborados no campo das transformações desencadeadas pela sociedade burguesa e capitalista.⁹³

Mas, folheando alguns jornais da época e atas das reuniões das câmaras municipais de algumas cidades do Recôncavo Sul, pode-se ver que nem tão pouco o chamado “adiantamento social e urbano” parece ter sido capaz de dar suporte a grande maioria de sua população. Numa primeira incursão a estes meios de comunicação, logo se pode visualizar o contraste social em que ela vivia.

Havia uma grande preocupação dos jornalistas e dos políticos com a cidade, com acontecimentos internacionais, visitas e condecorações de cidadão a figuras ilustres, falecimentos, datas cívicas do país em detrimento das poucas discussões que envolviam seus sujeitos sociais. Esta paisagem escondia, nas palavras de um jornalista, “maldito seja o progresso que traz a fome” e, como consequência, seu flagelo social.⁹⁴

⁹³ FENELON, Déa Ribeiro. “O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?”, nº 6. História e Perspectiva, jan. – jun., 1992, pp. 5-23, também nos propõe um questionamento quanto a nossa atuação política frente à “derrocada” das chamadas utopias do século XX, p. 15 – 18.

⁹⁴ Jornal O Grito, Nazaré, 24 de março de 1955, s.n.f.

Em 1956, autoridades religiosas de Nazaré também chamavam atenção para o quadro de pobreza existente no Recôncavo através de um “sermão original.”

Hoje não vos peço para gente estranha e remota; suplico uma esmola para muitos desgraçados, especialmente senhoras e senhoritas da nossa paróquia que não têm com que comprar um vestido que as cubra e se vêm obrigadas a andar pobrezinhas pelas ruas, sem mangas, sem meias, decotadas, com as espáduas ao ar, com perigo de apanharem algum resfriado ou pneumonia.⁹⁵

Outro indício de pobreza de parte dessa camada populacional eram as constantes denúncias e crônicas de furtos de objetos de pequeno valor monetário, mas indiciário de uma grande necessidade humana, como roubar uma trouxa de roupas de uma “pobre lavadeira” no Pasto da Serra em Nazaré.⁹⁶

Para completar, as constantes cheias do Rio Jaguaripe ajudaram a desenhar o quadro desolador em que vivia a população dessa região aprofundando a crise que vivia a sociedade. Suas águas arrastaram pessoas, parte de sua cultura bem como parte de seus armazéns de fumo, açúcar, café entre outros.⁹⁷ O Jornal O Grito da cidade de Nazaré trazia em letras garrafais a seguinte frase: “A maior enchente do Rio Jaguaripe” como expressão máxima desse momento. Entre suas manchetes, o quadro desolador de outros lugares: “Muniz Ferreira, a próspera Vila, ruiu e 200 e tantas casas foram levadas pela avalanche. Nazaré apresentava o mesmo aspecto desolador, vendo-se por toda parte prédios caídos, ruínas e mais ruínas.”⁹⁸

Através das Câmaras Municipais da região também se ouvia um pouco dessa crise social. Entre outros, havia um constante reclame feito pelos vereadores para a equiparação dos salários públicos pelo salário mínimo regional,⁹⁹ dos atrasos no pagamento dos funcionários da estrada de ferro e a constante oscilação dos preços dos produtos que regulavam a economia regional como a

⁹⁵ Idem, 28 de outubro de 1956, f.2.

⁹⁶ Idem, s.n.t 1950, f.4.

⁹⁷ A enchente que D. Bernarda se refere foi a de 1952, contudo outras abalaram o cotidiano de Nazaré e Muniz Ferreira como às de 1947 e 1960. Caderno de anotações de Anacleto Gregório de Brito, s.n.t.

⁹⁸ Jornal O Grito, op.cit., 08 de janeiro de 1953. p.4.

⁹⁹ Ata da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, 1 de outubro de 1959, f.f.62 - 65.

carne de boi e o pão.¹⁰⁰ Por outro lado, dos constantes apelos para a erradicação da crescente margem de analfabetos que se alastravam por toda a região.¹⁰¹

Mas esta era uma crise que sem sombra de dúvidas alastrava todo o Brasil. E, como anunciava um outro jornal da época,

Milhões de brasileiros, devido à situação de miséria que atravessamos no momento, passam fome, sentem frio, sofrem como se fossem excomungados, como se fossem filhos de uma pátria devastada pela guerra.¹⁰²

Dentro desse quadro de incapacidade do modelo de Estado paternalista prover a própria sociedade com o que lhe é de direito, Juvenal Moreira Tupinambá encontra subsídios para sistematizar o seu projeto e, conseqüentemente, arrebanhar inúmeras pessoas no trabalho a domicílio ou nas tendas com fogos de artifício. E, devido a uma progressividade das mazelas sociais e econômicas desse tempo, pode-se dizer que este era um projeto vulnerável a ser repensado a qualquer momento e até mesmo por uma outra pessoa.

Em meio a todo esse clima de desajuste social, político e econômico para grande parte da população, esse empreendedor será visto através do imaginário político e da imprensa como “Um contribuidor do progresso de Nazaré” e de toda região. E, como traduzem as palavras de uma depoente, na visão popular, tornava-se um homem que, “quando viu tanta gente vadiando, aí deu trabai mermo pro povo.”¹⁰³

Onde estavam localizados, como se erguiam e eram fiscalizados os lugares desse trabalho reorganizados por Juvenal Moreira Tupinambá? Esta é uma pergunta que tentarei refletir no próximo tópico.

¹⁰⁰ Ata da Câmara Municipal de Nazaré, de 11 de novembro de 1953, f. 152.

¹⁰¹ Ata da Câmara Municipal de Nazaré, 16 de outubro de 1957, f. 86.

¹⁰² Jornal O Alvitre, Nazaré, 7 de agosto de 1954, f.3

¹⁰³ Esta frase foi dita por D. Virginia Ramos (D.Viginha) enquanto entrevistava seu filho, Bertinho, op.cit.

LOCALIZAÇÃO, “VOCAÇÃO” E FISCALIZAÇÃO DAS TENDAS

Apagafogo ¹⁰⁴, Salto do Bode, Beco de Bigurriho: esses foram alguns lugares apontados pelos depoentes que compõem esta pesquisa onde as tendas se instalaram a partir da década de 1950, no Recôncavo Sul. ¹⁰⁵ E, como tal, faziam parte do processo de descentralização da produção fogueteira sistematizado por Juvenal Moreira Tupinambá. Eles formavam um exemplo de “cidades industriais” organizadas em torno dos lugares do trabalho, compostos pelas tendas de Ito, Caramba e D. Inacinha, Lesbão, Bigode, Bernarda, S. Moreira, Bigurriho, D. Lina e Ilário, e por tantos outros trabalhadores na luta por suas sobrevivências cultural e material.

E, para além de representarem a uniformidade das cidades em que estavam inseridos, esses lugares se apresentaram como partículas complexas de toda a problemática que as envolviam. Algo perceptível pelas suas diferentes tipologias de trabalho, endereço, relações interpessoais e, sobretudo, nas mais diversas expressões sócio-culturais de seus trabalhadores: sujeitos essenciais na composição da sua trama histórica. ¹⁰⁶

Nesses lugares, essas pequenas fábricas em potencialidade, eram erguidas nos quintais ou num terreno próximos a casa do tendeiro. E, a partir de um contrato informal entre este trabalhador e o empresário levava em conta alguns deveres:

Ele [Tupinambá] cedia o palito já pronto, escovado pra fazer as bombas, o papel, a cartolina, o clorato, o enxofre e o sulforeto. Ele cedia, notificava tudo e depois descontava. Tinha uma [caderneta] em Nazaré e uma com o tendeiro. Quando você dava

¹⁰⁴ Faço aqui pouca menção a localização do bairro do Apagafogo haja vista que ela já foi um pouco desenhada no segundo tópico desse capítulo quando me reporte sobre a função da Fábrica de fogos Tupy no Recôncavo Sul.

¹⁰⁵ Outros lugares como os bairros: Muritiba em Nazaré, Joeirana, Rua do Alambique, Andaiá, Mutum e Juracy Magalhães na cidade de Santo Antônio de Jesus, bem como lugares da zona rural foram mapeados por mim, mas, para dar um melhor recorte espacial a pesquisa, preferir centrar minhas atenções aos que foram sublinhados acima.

¹⁰⁶ Esta discussão esta ancorada na análise que Raymond Williams faz do romance de Dickens. Ele diz que este romancista “atingiu o âmago do problema” quando percebeu a cidade não apenas como reflexo da Revolução Industrial: uniforme, mas como algo complexo. Um paradoxo. In WILLÍAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 214 – 221.

a produção dos fogos a ele, dos fogos prontos, prestava conta. Ex: seu trabalho era X, mas ele entrou com Y no material que ele lhe cedeu. Ele descontava aquele total em dinheiro e lhe dava o que sobrava que era o seu lucro. Ele vendia pra você trabalhar com o material dele. Você não tinha condição de comprar.¹⁰⁷

Desde pequeno, Bertinho, ex amarrador de bomba, passara por diversas tendas no Salto do Bode, rua em que ainda reside. E como bom vizinho de todo esse cenário industrial sabe de cor tudo o que envolve a produção fogueteira no município. Mesmo sendo mais novo do que S. Moreira, D. Bernarda, entre outros moradores desse local, ele é tido como “um homem possuído pela memória” de alguns momentos da cidade.¹⁰⁸ Muitas vezes desprovidos de alguma recordação do seu próprio passado, alguns depoentes falavam: “aí só Bertinho pra dizer.” Isso se deve a seu envolvimento, desde criança, com trabalhos culturais na cidade de Muniz Ferreira quando ajudava S. Moreira a animar o bloco dos fogueteiros. Na fase adulta, por coordenar atividades como: Ternos de Reis, dramatização da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo realizado pelo “Grupo Jovem” da Igreja Matriz local, “primeiro” grupo de jovens dessa cidade. Por outro lado, também como grande prestador de serviços para a população local. Entre outros exemplos de sua vida, esse título foi legitimado através da expressiva votação que teve no ano de 2000 quando por volta da sua candidatura a vereador foi eleito com uma larga margem de votos frente aos demais candidatos.

Em se tratando da descrição da relação de trabalho do tendeiro com o empresário feita por Bertinho, pode-se dizer, com base em outras passagens do seu depoimento, que ela guardava ainda outras obrigações por parte do tendeiro. Entre elas, fazer funcionar esta “fábrica itinerante” a partir do contrato de outros trabalhadores, convocação da própria família até a fiscalização da integridade física da tenda. Nesse processo, o tendeiro possuía a técnica apreendida desde a época dos traques de massa na confecção dos canudos, base para a maioria dos fogos de artifício da atualidade. Ele gerenciava o processo produtivo, sobretudo a

¹⁰⁷ S. Tonhezinho, op.cit.

¹⁰⁸ Esta é uma expressão utilizada por Jacques Le Goff na sua análise sobre o desenvolvimento da memória da oralidade à escrita nas sociedades européias. Ele diz que para desenvolver a memória os gregos procuraram divinizar-la através do mito de Mnemosine. Esta deveria incitar “aos homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos” In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1992, p.433.

mediação do lucro da produção, mas não tinha autonomia sobre ele. Sua ação estava circunscrita a todo o trabalho desenvolvido na tenda.

Por outro lado, o empresário, o fogueteiro ¹⁰⁹ como se convencionou a chamar a partir dessa época, toda pessoa que era dona da matéria – prima ou revendia fogos, garantia o que está sublinhado no diálogo acima e, às vezes, construía a tenda.

Através desse contrato o proprietário dava início a uma grande produção descentralizada e de relações pré-capitalistas que tinha como grande escoadouro, a Fábrica de Fogos Tupy. Ele lucrava e a um só tempo livrava-se de alguns ônus, sobretudo, os direitos que por ventura fossem reclamados pelo trabalhador. Adianto aqui, a condição de trabalho do tendeiro somente como exemplo, assunto que tratarei durante a discussão das relações de trabalho tencionadas no espaço da tenda.

Junto a este “contrato,” o trabalho a ser desenvolvido numa tenda, estava, portanto, condicionado a idéia de “vocaçãõ” que cada lugar tinha para fabricar um determinado tipo de fogos. Como dizia S. Tonhezinho, era “cada macaco no seu galho”. ¹¹⁰

Santo Antonio de Jesus a esta altura além dos tradicionais foguetes, traques, etc., produzia também chuvinha e cobrinha e por isso deveria se limitar a fazer esses dois últimos tipos de fogos. Com efeito, eles não se misturavam num único local. A cobrinha podia ser encontrada, por exemplo, no Beco de Bigurriho, cenário exposto mais abaixo desse texto. E a chuvinha, no Andaiá na tenda de S. Ilário e D. Lina. O Rio Fundo, como tinha uma longa tradição na confecção de bomba de cordão e canudos para os traques de massa, passou a produzir apenas a bomba chilena de número um, dois, três, quatro, seis, dez e até vinte. ¹¹¹

Em Nazaré, segundo ainda S. Tonhezinho, na Muritiba, S. Vitoriano fazia traque, enquanto no Apagafogo se produzia além deste, os fogos

¹⁰⁹ Sobre o conceito das diversas categorias de trabalho a partir do estudo do léxico dos trabalhadores envolvidos na produção fogueteira na década de 1950, ver: LIMA, Evanice Ramos. O léxico dos trabalhadores na produção artesanal de fogos em Muniz Ferreira – BA. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística [Área Linguística Histórica] da UFBA. Salvador – BA, 2006, p. 88 - 100.

¹¹⁰ S. Tonhezinho, op.cit.

¹¹¹ No início as bombas eram feitas até o número seis. Num pedido especial do produtor ao tendeiro, ele confeccionava a bomba dez. Numerações excedidas a esta, foram sendo introduzidas a partir de uma curiosidade do tendeiro em experimentar o seu teor explosivo.

considerados mais leves como, bombinhas, entre outros. Como foi visto anteriormente, servia mais como uma espécie de depósito dos fogos produzidos nas outras cidades e até mesmo daqueles comprados na cidade de Santo Antonio do Monte no Estado de Minas Gerais como morteiro, girândola, etc. e que todos pensavam ser uma produção da Fábrica de Fogos Tupy.

Aliás, essa idéia de vocação da economia de uma região parece ter sido, há alguns séculos na história, um subterfúgio para a apropriação das riquezas econômicas de um lugar e imposição de regras mercadológicas como o foi o desenvolvimento da “grande lavoura” no Brasil colonial.¹¹² Por outro lado, esta idéia ainda persistia no desenvolvimento agrícola da região na década de 1950. Os agricultores aderiam aos produtos “chavões” da época em detrimento de outros produtos favoráveis a esta vocação. E, na produção de fogos de artifício ela não estava passível a este resultado. A peculiaridade desse novo formato industrial estimulado por Tupinambá, tem, portanto, na palavra “vocação” uma proximidade com o passado: desenvolvimento de uma produção em larga escala para o atendimento de um mercado interno e externo em detrimento da criatividade do trabalhador.

Dentro desse quadro, a tenda responderá, mediante uma organização coletiva de trabalho, por uma determinada espécie de fogos. Esta observação é importante porque é a partir dessa “nova” configuração industrial da fabricação de fogos de artifício que vão se distinguir, sobretudo, as formas de exploração do trabalhador de fogos de artifício daquelas instituídas num outro tempo. A potenciação de um modelo existente por Juvenal Moreira Tupinambá trará, então, uma mudança no conceito de trabalho, categoria social, gestão de tempo, ritmo, mercado, ganho e, sobretudo, na construção de “um novo” trabalhador e sua relação com o mundo desse trabalho. E, é a partir desse processo que fundará as matrizes do trabalho com fogos que conhecemos hoje na região: sua pirâmide social, articulação comercial e convivência com os espaços.

Ainda sobre a construção das tendas propriamente dita, pode-se dizer que a partir de 1960 quando o processo de adiantamento social do

¹¹² Uma abordagem semelhante a esta pode ser encontrada em PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 143, quando este autor analisa os objetivos e as conseqüências da “grande lavoura” no Brasil colonial.

Recôncavo Sul começa a tomar pulso, há o surgimento de leis e taxas que referendam o corpo administrativo de cada cidade. Por isso, em lugares como Santo Antônio de Jesus, o levantamento de uma tenda estava sujeito a observância do Código de Postura e das taxas de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante como também de localização e funcionamento.

O primeiro então prescrevia:

As pedreiras e oficinas de fogueteiros deverão situar-se fora da zona urbana e serem construídas, no mínimo, a duzentos metros das edificações e vias de trânsito mais próximas.

As fábricas de explosivos ou inflamáveis devem ser construídas, exclusivamente na zona rural, afastadas, o mais possível, dos núcleos residenciais em lugares previamente aceitos pela municipalidade.¹¹³

Os dados contidos no Código de Postura nos ajudam a entender como o poder público tentava lidar com as mudanças e permanências sofridas pelos embates da “nova” formatação da produção fogueteira no Recôncavo Sul. Em primeiro momento ela entende as tendas chamadas aqui de oficinas de fogueteiros e as fábricas de explosivos e inflamáveis como ambientes insalubres que devem ser afastados da cidade. E assim como os curtumes, fábricas de sabão, entre outros setores industriais, elas faziam parte de uma categoria insalubre, “devido aos inconvenientes e prejuízos que causam às residências [como] ruídos, fumaças, poeiras, odores [...] prejudiciais à saúde e ao bem estar dos residentes.”¹¹⁴

Porém, a exigência para com a fábrica de explosivos e inflamáveis que deveriam ser construídas, “exclusivamente na zona rural”, parece querer classificá-la como ambiente diferente e mais perigoso do que a primeira. Uma classificação sem precedentes se pensarmos como o código entendia o material explosivo: aquele que “por qualquer causa produzissem reações instantâneas [...]

¹¹³ Código de Posturas Municipais de Santo Antonio de Jesus, Lei nº. 66 de 4 de dezembro de 1965. Capítulo IV, Dos estabelecimentos industriais, artigos 114º e 115º. Arquivo Público de Santo Antonio de Jesus, p.16.

¹¹⁴ Idem, artigo 113º, p.15.

suficientes para destruir ou danificar as coisas, [...] ou ferir pessoas.”¹¹⁵ E, como ratifica quem presenciou a confecção de fogos no passado,

Era um material violento que não agüentava desaforo. Não agüentava arrocho, nada. Antes a gente trabalhava com dinamite e hoje se trabalha com explosivo. Por exemplo: uma bomba de cem grama que você aperta, um carro pode até passar por cima dela e não estoura. Se fosse naquele tempo com dinamite, ela explodia! O material era mais forte. Porque trabalhava com nitopônio, sulforeto e clorato.¹¹⁶

Para S. Tonhezinho, “a violência da pólvora era de acordo a pesada e o material” usado na sua fabricação, bem como na forma como eram armazenados os seus ingredientes. No passado, esses produtos chegavam ao produtor, embalados em caixotes e hoje são vendidos em sacos plásticos o que contribui para o seu resfriamento, empedramento e consecutiva baixa qualidade dos fogos. Um outro fator que também ajudava para que a pólvora não agüentasse “desaforo” era a utilização do sulforeto, sobretudo, daquele denominado “meia lua, considerado pelso trabalhadores de fogos de artifício como alumínio muito bom”. A princípio, a substituição deste produto pelo clorato foi satisfatória, pois, “Você pegava uma pedinha assim, batia na caixa de fósforo e ele estralava igual a um traque: tá, tá, tá!” Mas, atualmente, “quem disse que ele risca? Você bate dez vezes, descasca e ele não pega”.¹¹⁷

Mas toda essa contradição gerada pelo Código e rebatida pelo depoente, se refletia, sobretudo, na atuação do primeiro e na forma como as pessoas o viam:

Não vinha, [o fiscal] a gente que ia na porta dele. Não tá aí um carro de fogos? Pegava aquele carro de fogos, levava lá na porta. Eles tiravam a nota e dava aquela nota a gente dos fogos que tinha ali. Ele não ia contar os fogos, agente só dizia: - tem tanto, tem tanto, tem tanto. Ele tomava nota e a gente ia com aquela nota. A prefeitura não! Fiscal era do Estado: ele chegava, pedia licença, olhava e tal. Se encontrasse a mercadoria pronta, perguntava se ia vender ou a quem era. Aí cobrava um

¹¹⁵ Idem, Capítulo II, Título VI: Da segurança pública e polícia de costumes, artigos 143º e 144º, p.19.

¹¹⁶ S. Tonhezinho, op.cit.

¹¹⁷ Idem.

impostozinho e tal. E a Prefeitura ainda tapiava, levava a gente assim.¹¹⁸

A morosidade com que o Código é apresentado por D. Lina e S. Ilário, na ocasião dessa entrevista, donos de tenda na cidade de Muniz Ferreira, frente a fiscalização do Estado, sublinha uma quase banalização da lei municipal pelos envolvidos nesse processo. Apesar de apresentar todo um aparato legal, sua ação não legitimava a função a que era chamada a exercer. Ela se constituía numa espécie de “faz de conta” e com ela, todos os seus percalços humanos e sociais.

Toda essa fragilidade legal do município desde a sua redação à sua execução, talvez possa ganhar sentido se levarmos em consideração a presença de vereadores que também lidavam com fogos, nessa época, na Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus. É provável que suas presenças na bancada possam de alguma forma ter influído para que o código fosse redigido atendendo a um só tempo aos anseios da cidade, mas também, criando subterfúgios ao sabor de suas necessidades comerciais. Esta postura acabava abrindo brechas para que as tendas se instalassem por todo canto da cidade. Pois, as leis instituídas pelo código na maioria das vezes não eram atendidas. Mesmo carregando em si as características dos produtos inflamáveis e explosivos, essas tendas eram, portanto, erguidas, como já foi dito, através da ocupação de quintais “cada um fazendo o seu pouquinho [de fogos]. Todo mundo. Esses cumpade da gente, todo mundo fazia no fundo do quintal, com o material que Tupinambá dava.”¹¹⁹ Esse eventual alastramento de tendas proporcionava o acontecimento do que D. Lina, chamou de “acidente pra diabo.”¹²⁰

Um exemplo dessa brecha deixada pelo código talvez possa ser vista na construção das tendas no Beco de Bigurilho nesta mesma cidade de Santo Anotônio de Jesus:

¹¹⁸ D. Lina Costa e S. Ilário dos Santos, entrevistados em 23 de fevereiro de 2008.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem. Infelizmente as fontes escritas até aqui arroladas não dão conta do número de acidentados nas décadas de 1950 – 1970 com fogos de artifício. Pois, as pesquisas feitas nos livros de registro de notificações do Hospital Luís Argolo não revelaram se quer a sua procedência. Elas são apenas notificadas como: “queimadura de primeiro”, “segundo” ou “terceiro grau”. A estimativa dos mortos e feridos foi encontrada de maneira esporádica nas memórias dos depoentes que compõem esta pesquisa.

Isso aqui era tudo de Bigurriho. Isso aqui, do lado de cá, era tudo jaqueira e lá tinha uma tendazinha de lá de cima até lá embaixo: as casinhas, as casinhas. Era de Antonio Bigurriho, mas ele trabalhava pra Tupinambá também! Aqui tudo era mato ainda. Ali dentro era tudo pasto. Só tinha casa mermo ali no Calabá. No Calabá tinha umas casa velha. Ali era de Jaime, outro dono. Tinha cerca.¹²¹

As paredes das casa que a gente trabalhava fazia virada pro lado de lá. Quem passava sabia que era tenda, mas [...] ¹²²

S. Manoel Bispo dos Santos [Mané Cotó] como diz ser apelidado, não foi fácil de ser entrevistado. Mediante as constantes batidas do exército na região após a explosão de 11 de dezembro de 1998 nos galpões de fogos de artifício da cidade de Santo Antonio de Jesus, ele parece ter se tornado um homem cauteloso no que diz sobre o passado do seu trabalho com explosivos. E, por isso, necessitou ser “convencido” também, por sua esposa, D. Roxa, através de um argumento: esta entrevista seria tão natural como àquelas realizadas por estudantes conhecidos seus dos cursos de Letras, História e Geografia desenvolvidos na FFPSAJ [Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus], Campus V da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), a poucos metros dali de sua casa.

Através, portanto, da explicação do seu apelido ele deu início a sua narração: ele se deve a perda de sua mão direita devido a um acidente envolvendo fogos de artifício mais ou menos na década de 1960. Seu amigo Benedito fora cortar um pé de cajá no Areal distrito de Nazaré e ao invés da árvore cair no local previsto, caiu por cima da sua própria casa. O estampido o açoitou longe fazendo passar por uma cisterna e lhe dando, de saldo, o “esfarelamento” do dedo e perfuração da barriga. A revolta que guarda desse momento, foi perder, o que considera sem precisão, toda a sua mão. Pois, naquela época os médicos se preocupavam mais em mutilar do que conservar. E, motivado, então, pela esposa, na varanda de sua casa [de faixa preta à esquerda da segunda foto a seguir] S. Manoel foi me revelando, através de sua memória, um pouco do cenário em que trabalhava: o Beco de Bigurriho.

¹²¹ S. Manoel Bispo dos Santos (Mané Cotó) entrevistado em 5 de maio de 2008.

¹²² Idem.

Situado no antigo “Beco da Bosta” e atual Segunda Travessa do Calabá, no Bairro do Calabá, na cidade de Santo Antônio de Jesus, o Beco de Bigurriho, segundo S. Manoel, recebeu esse nome, devido à existência, até mais ou menos a década de 1970, de inúmeras tendas de fogos de artifício, comandadas pelo tendeiro Antonio de Bigurriho, irmão do Sr. Vado, um dos maiores empresários de fogos da região, na atualidade.



Figura 7: O Beco de Bigurriho atual Rua do Calabá em S.A.J
(Fotografia de pesquisa - 2008)



Figura 8: Em outro ângulo, o mesmo Beco de Bigurrião
(Fotografia de pesquisa, 2008)

Numa época em que os serviços de saneamento público se faziam carentes no Recôncavo, este era um local, segundo o depoente, totalmente insalubre. Sua localização tornava-se vulnerável para que grande parte dos seus moradores ou transeuntes o utilizasse como banheiro público capaz de abrigá-los nos momentos de suas necessidades físico-biológicas.

E, em se tratando do contexto legal do trabalho com fogos em que o Beco também estava inserido, S. Manoel me contou que as tendas começavam a partir da jaqueira, à esquerda da segunda fotografia da página anterior. Esta informação é intrigante porque ela mostra a discrepância entre o que a lei diz e aquilo que realmente era feito. Fosse este local considerado urbano ou rural pela municipalidade, a metragem entre as “casinhas” e as “casas velhas” visualizadas sob o ângulo permitido pelo Beco, não fazem jus aquelas exigidas pelo Código.

Este possível forjamento da postura municipal parece ser mais explícito ainda quando S. Manoel se reporta a direção tomada pelas tendas: elas eram construídas com suas frentes voltadas para onde é na atualidade o Ginásio de Esportes nesta mesma cidade. Quem passava por ali podia até saber da existência das tendas, mas não as via por causa da cerca de Jaime que cobria a

visão que hoje se tem do Beco. Dessa forma, o proprietário “burlava” a lei sem, contudo, afrontá-la diretamente.

Neste local as tendas chamadas aqui de “casinhas” por S, Manoel, inicialmente produziam foguete de flecha, bomba de cordão e cobrinha. Depois, “só cobrinha, somente isso, mais nada!”¹²³ E, encurraladas no Beco, contavam com a presença da linha do trem que passava a poucos metros do Calabá, as casas de alguns poucos moradores, a casa “grande” de Bigurriho e as casinhas de adobe feitas por este mesmo tendeiro para abrigar alguns trabalhadores solteiros. Este era um ambiente para pessoas de sua confiança como S. Manoel e os amigos Pedrinho e Agapito que por ali residiram até o dia de seus casamentos. Era como ele mesmo dizia: “um lugazin pra dormir.” Tinha uma cama velha, um banco e a mala que cada um trouxera de suas casas.

A não existência de utensílios como fogão ou mesa foi explicado, no diálogo, pela constância da comida fornecida todos os dias pela família do próprio Bigurriho. Por ali os trabalhadores não dispunham de nenhum tipo de serviço que pudessem ajudá-lo em seu cotidiano. Qualquer coisa de que necessitassem era esperado para o dia de sábado, dia de irem à rua comprar carne, fazer a barba, cortar cabelo, passar em alguma loja como a de Diguinha que vendia “tergal”, “linho”, tecidos que costumava comprar, mas também, vendia o “diagonal”, este, considerado pelos depoentes como um tecido para “os ricos da cidade”.

Como foi dito anteriormente, algumas taxas também deveriam ser observadas antes da abertura de uma tenda, como as taxas de localização e funcionamento da mesma:

Comércio	1966 – 1970	Porcentagem sobre o salário mínimo regional
Oficina de fogueteiros		10%
Casa de farinha movida manualmente		1%
Fábrica de amido de mandioca, milho, etc.		20%
Beneficiamento de fumo		30%

Tabela 2 – Taxa anual de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais.¹²⁴

¹²³ S. Manoel, op. cit.

¹²⁴ Livro de leis, decretos e portarias da cidade de Santo Antônio de Jesus 1966-1970. p.31.

E também, durante a sua estada, como a taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante:

Produto	Mês/Ano	Porcentagem sobre o salário mínimo regional
	junho / 1960	
Fogos de artifício		15%
Artigo de papelaria		0,5%
Artigos de jogos considerados de azar		0,5%
Confecções de luxo		10%

Tabela 3 – Taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante. ¹²⁵

Segundo as fontes disponíveis, essas taxas eram cobradas na cidade de Santo Antonio de Jesus desde o ano de 1942 quando “a viúva do Sr. Gustavo Andrade pede licença para o funcionamento de f. de fogos,” pagando por ela a quantia de 50, \$00. ¹²⁶ Contudo, apenas D. Lina, moradora desta mesma cidade falou a respeito delas como taxas que recaiam sob as obrigações do tendeiro e deveriam ser quitadas por ele a fim de que os fogos chegassem às mãos do grande proprietário livres de qualquer alíquota.

Mesmo sem saber aqui o critério usado pelo município para majorar os valores dos produtos expostos em cada tabela, pode-se ver que os fogos refletiam uma grande expressividade comercial e fiscal na região. Por outro lado, não fossem as facilitações da prefeitura referidas ainda pouco por D. Lina, como órgão que “tapiava [na cobrança] de um impostozinho,” as taxas prescritas nas tabelas acima, colaborariam para uma completa desvantagem do tendeiro nesse processo produtivo. Pois, enquanto a base de cálculo das taxas era feita sobre a totalidade da produção, o tendeiro tinha apenas, como lucro, uma parte dela.

Infelizmente as fontes disponíveis não permitem grafar as cifras do real ganho pelo tendeiro nesse processo. Mas, por outro lado, talvez as queixas feitas por eles acerca de seus próprios lucros como “merreca”, “besterinha”, “mirréis” ou “não tinha lucro nenhum”, sirvam como estimativa para uma análise desse processo. Se entendermos o vocábulo “merreca” ou quaisquer adjetivos

¹²⁵ Idem, ibidem.

¹²⁶ Jornal O Paládio, op. cit., 13 de outubro de 1942, f.4.

dados acima como um montante abaixo ou de igual valor ao salário mínimo regional fixado na década de 1959 em CR\$ 3.600,00, veremos o quanto elas seriam impossíveis de serem quitadas por esse trabalhador.¹²⁷ Aqui, a fragilidade da lei contribui para que ele se mova no terreno pantanoso de suas finanças enquanto garante, mesmo por um valor módico do aferido nas tabelas acima, uma arrecadação, para os fundos municipais.

No local onde a fiscalização não se efetivava através de nenhuma lei municipal, as tendas eram também construídas no formato exposto no início desse texto. Elas ficavam vulneráveis a presença da fiscalização do Estado. Em Nazaré e num de seus distritos como Muniz Ferreira, por exemplo, “Oxen, quando chegava [a fiscalização] em Nazaré, um avisava o outro ai vinha nas portas!”¹²⁸

Não dispondo de uma documentação fornecida pelo exército devido a uma burocracia e sigilo que move o processo de seus trabalhos, infelizmente não tenho condições de traçar aqui sua ação para além das que foram ditas pelos depoentes. O que se pode dizer, portanto, é aquilo que os depoentes se referem sobre a presença de um fiscal numa dessas cidades: ela gerava um “corre-corre danado” por parte dos tendeiros. Na chegada da fiscalização, muitos deles se valiam das casas dos seus trabalhadores domiciliares para guardarem a sua produção. D. Filinha, ex – trabalhadora domiciliar que “enrolava”, “amarrava” e “cortava bomba” sem materiais explosivos, guardara por quase dois anos as bombas que produzia dentro do seu próprio quarto: “do pé da parede ao telhado”.

O critério de conferir apenas a tenda como único local do perigo produzido pelos fogos de artifício, acabava livrando o domicílio das batidas policiais e, com isso, continuasse também sendo um grande subterfúgio para que os proprietários fugissem às malhas da lei.

Aliás, o insucesso do ato de fiscalizar por parte do poder público parece ter tido precedentes ao longo de um tempo na história. Na França desde o século XVII, por exemplo, a polícia não conseguia conter a clandestinidade dos livros tidos como ilegais pelo Antigo Regime. Sua ação era muitas vezes refém da própria fragilidade do seu aparato legal. Ela ia desde a camuflagem por parte das autoridades livreiras desses livros até a impossibilidade de fazer uma

¹²⁷ Ata da 4ª sessão da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, 1 de outubro de 1959, f.64.

¹²⁸ D. Maria Judite Santana Santos (D. Filinha), entrevistada em 4 de maio de 2008.

estimativa completa da sua clandestinidade. Esse quadro permitia, portanto, o uso pelos contrabandeiros dos mais variados artifícios para burlar a lei como a construção de novos códigos que garantissem a sua veiculação no mercado “por baixo do pano”.¹²⁹

Assim como nos outros lugares, no Salto do Bode, localizado no distrito de Muniz Ferreira, as tendas eram erguidas distantes da “Rua” nos fundos dos quintais dos tendeiros a poucos metros de suas casas ou até mesmo coladas a elas como uma desinência de sua estrutura. Neste local, essas pequenas fábricas surgem através das memórias dos depoentes como edificações “desbravadoras” de caminhos nunca percorridos pela sua população por serem tidos como: “lugar perigoso”, “mata triste”, “baixa de tiririca de trançar”, “baixa de água”, “pasto”, “mato”, e até mesmo um espaço místico tido como “encruzilhada.”

Porque esse Salto do Bode todo era do meu pai e acontece que ele foi vendido. Do Cruzeiro até essa divisa de Dr. Plínio vindo com Rua do Cemitério com tudo. Não existia Rua do Cemitério. Ali, tudo era baixa de tiririca de trançar. Era baixa de água mesmo! Muito quintal!¹³⁰

Somadas a tantas outras questões, essas edificações contribuíram também para que esta área do Recôncavo, aos poucos fosse perdendo suas antigas configurações. Jaqueiras, mangueiras, pés de fruta – pão, entre outras frutas que no passado também serviram como moeda para o pagamento de terrenos arrendados pelo pai de Bertinho, S. Eustáquio no próprio Salto do Bode a antigos moradores como S. Alfredo, às vezes são derrubados. Seus troncos e espaços servirão, consecutivamente, como materiais de construção e terrenos favoráveis para o seu levantamento.¹³¹

Ainda contendo algumas frutas, o quintal como lugar da economia de subsistência e de lazer de cada família perde um pouco a sua funcionalidade e torna-se o lugar do perigo. E, em meio a isso, o sumiço de sapos que viviam a coaxar por entre as baixas de água e tiririca, borboletas que bailavam

¹²⁹ DARTON, Robert. Os best-sellers proibidos na França pré - revolucionária. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

¹³⁰ Bertinho, op. cit.

¹³¹ Sobre o arrendamento de terras no Recôncavo Sul desde o período colonial ver OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: terra, homens economia e poder no século XIX. Salvador: UNEB, 2002. P. 26 – 27.

cotidianamente junto a uma nuvem de insetos como “joaninhas” que hoje raramente são encontrados na região e elementos naturais como as contas de leite com que se faziam pulseiras, colares e enfeites para o carnaval.

As tendas colaboravam para uma feição diferenciada do lugar em que eram erguidas. Elas permitiam uma nova configuração de cores, endereços, ritmos apontando contornos que hoje visualizamos no presente. E, sobretudo, nos mais diversos embates entre sujeitos sociais na sua relação com o universo do trabalho com fogos. Onde estivessem, conviviam com tantas outras construções, monumentos e toda a movimentação de sua vizinhança.

Essas tendas se localizavam na parte plana do Salto do Bode, avizinhandose umas as outras. De um lado estavam as tendas de S. Moreira e S. Elesbão. Do outro, as de D. Bernarda, irmã do primeiro, D. Inacinha filha do segundo e Bigode, um conhecido de todos. A tenda mais distante desse circuito era a do finado Ito, cunhado de D. Inacinha. Ela estava localizada na “Ladeira de Dr. Plínio” um antigo dentista da cidade de Muniz Ferreira.

E, mesmo ligados por esses laços de parentesco e amizade os tendeiros não se referiram a momentos de solidariedade em relação ao desenvolvimento de seus trabalhos. Estas relações foram vistas através de combinações para festas, passeios ou defesa de algum morador mediante a alguma agressão física ou moral por parte de uma outra pessoa. Ações e reações a serem vistas no terceiro capítulo.

Voltando a localização dessas tendas, com o advento da “Estrada Nova”, a BA 001 que liga Bom Despacho a Santo Antônio de Jesus, a configuração deste local sofre algumas mudanças, pois: “vei um trator acabando com tudo ali. Tirou o dendezeiro, dividiu aquele terreno de Zuquinha, passou a estrada ali no mei e desceu.” Retirou “a avenida de palha” formada pelas casas do sapateiro Astério, das donas de casa D. Bine, e D. Julia.

Algumas casas como a de D. Inacinha e de D. Bernarda tiveram que se locomover um pouco mais para frente. “Só ficou da casa de Moreira pra baixo. Pra cima tirou tudo!” Como as tendas eram contíguas as casas dos tendeiros, “Virou um atoleiro! Um barro que entrava dentro de casa e saia do outro lado.

Entrava nas tendas saía de um lado, entrava na outra, ali na baixa.”¹³² Para livrarem-se do perigo que a estrada oferecia, os moradores deveriam ocupar, portanto, apenas a parte baixa do terreno. Mas, com a indenização recebida pelo Estado, alguns moradores compraram os terrenos que sobraram na mão do Sr. Tupinambá. Uma grande parte “foi invadindo e fizeram de novo” no antigo local. E, ainda hoje, estão de costas para a rodovia disfarçando-se entre os pés de andus plantados como lavoura de subsistência nas encostas desta rodovia.¹³³

Neste local as tendas eram recortadas, via Santo Antônio de Jesus, pela Ladeira da Cruz, atual Alto das Pombas. No sentido centro desta mesma cidade e a de Nazaré, pela Ladeira das Três Bocas, estrada responsável pela passagem de uma “Rural” uma vez por semana. Nesses circuitos, elas conviviam com outras construções, como a casa do lavrador Ambrósio, a casa e a venda de Nem de Ataíde e a “palhoça” de Viginha e Eustáquio. No pé da Ladeira da Cruz, solitária e rodeada pelo imenso matagal que cobria o Salto do Bode, estava a casa do comerciante Chico Sabiá, logo mais vendida e reformada por Tupinambá para sua esposa Lurdes. Esta era uma residência que se diferenciava das demais existentes por ali, sendo “uma das primeiras casas que teve banheiro. Que foi pintada com tinta pra gente ver: tinta óleo. Essas coisas todas. O chão era cimento. Não existia piso. Tava na moda.”¹³⁴

Para além de ser uma casa diferente entre as demais, ela parecia guardar em si uma função: ser talvez um “bode expiatório” e, sobretudo, modelo de trabalho a ser seguido pelos tendeiros: Ah!, tinha um rapaz contratado que contava a bomba de uma em uma que era pra dar conta tudo certinha” até chegar na fábrica na cidade de Nazaré.

Com o advento da luz elétrica, este era um espaço em que os trabalhadores podiam contar para assistirem televisão à noite, escorando-se como podiam. “Até assim [por cima da] parede sentavam, de tanta gente que tinha.”¹³⁵

¹³² Todas as citações do parágrafo são de D. Inácia Rosa dos Santos Almeida (D. Inacinha), entrevistada em 7 de setembro de 1999.

¹³³ Sobre o problema da terra no Recôncavo Sul, ver OLIVEIRA, op. cit., especialmente o capítulo A propriedade da terra: história e historiografia, p.23 – 46.

¹³⁴ Bertinho, op.cit.

¹³⁵ Idem.

Do lado direito, via-se Ladeira das Três Bocas. Elas conviviam com a casa de S. Anísio, Firmínia e a do Pai de Maneca. E, mais abaixo, segundo Bertinho, morador desse bairro, “só existia André Nery com a casa dele e a venda onde Bigode mora atualmente. A frente [da casa] é a mesma. Bolacha, pão, carne – sertão: comprava tudo ali.” Sobretudo, o bico que sua mãe todas as tardes precisava repor devido ao que considera “mania” de chupa-lo e em seguida rasga-lo, parece ter sido a mercadoria que mais lhe chamou atenção nesta venda.

136

Perto delas também era possível ver o cruzamento de construções que problematizavam o passado com o presente dessa região: o antigo engenho e depois alambique da família Menezes, atual Fábrica Jaguaripe Agroindustrial S/A com suas pilastras enormes e antigas. O dono deste alambique era um antigo administrador do Rio Fundo antes da sua municipalização e revezava a cada tempo o cargo com o seu adversário político, Theófilo Amâncio. Sua fábrica era um local em que as pessoas tinham também como opção de trabalho no gerenciamento e lavamento de garrafas, destilação de cachaça e colocação de tampas. D. Bernarda mesmo trabalhara por ali com seu marido desde “a primeira enxadada” que deram no terreno para ativá-lo. Ele destilava cachaça e viajava com uma tropa de barris ceia deste produto entregando pelo Recôncavo a fora. Ela “lavava garrafa, currigia as mulê que lavava a garrafa. Dava conta de tudo.”

¹³⁷ Este foi um serviço responsável por sustentar toda a sua família com um soldo de treze mil réis mensais até a morte do marido e começo do gerenciamento do trabalho com fogos na sua tenda no Salto do Bode.

Mesmo distantes da “rua”, eles quase não precisavam se deslocar para comprar o básico do seu cotidiano. Pois, ainda na Ladeira da Cruz, podiam encontrar a já mencionada venda de Nem e S. Ataíde. Um lugar que D. Inacinha sempre se valia quando seus trabalhadores, dizendo não terem o que comer em casa, se valia dessa venda propondo-lhes: “Vão lá em Chico! Pede, [...] baleia ou espetinho e leva pra casa e lá vocês come, que no sábado a gente paga a ele.”

¹³⁸ Estes eram complementos alimentares típicos para um pobre “inteirar o seu

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ D. Bernarda Costa, op.cit.

¹³⁸ D. Inacinha, op.cit.

pirão” substitutos da cara carne de boi, um produto sempre reclamado por baixa de preço nas discussões das atas das Câmaras Municipais da região.

Mas, além de ser um ponto comercial, esta era uma venda que adultos e crianças gostavam de ir também para ouvir as brincadeiras e piadas de S. Ataíde, “Vô”, como é chamado por muita gente na comunidade. Por sua simplicidade e bom humor, aos 98 anos de idade e bastante debilitado pela velhice, ele é o que talvez se possa chamar de verdadeiro patrimônio humano dessa cidade. Na juventude tocava viola e, na vinda de uma festa, sentado na ponta da carroceria de um caminhão, desequilibrou-se e este passou por cima de uma de suas pernas, levando-lhe a amputação. Esse estado não mudou o seu humor. Ao contrário! Adorava fazer piadas com a própria muleta de madeira que lhe servia para a locomoção, adivinhações ou travalínguas, como esta que pouca gente conseguia acertar: “Fui a Constantinopla me constantinapolizar. Em Constantinopla me constantinapolizei e voltei constantinapolitanizadorientadíssíssimo.”

Para além de ser o endereço do trabalho, o Salto do Bode era também um local que provia seus moradores do que precisavam no imediatismo do seu cotidiano. Fazer uma barba ou cortar um cabelo, como comumente as pessoas mais idosas falam no Recôncavo, com os cabeleleiros Máximo Sátiro e Bil, por exemplo. Um pouco acima do Salto do Bode, nas Três Bocas, era possível encontrar, como dizia D. Bernarda, “um vendão de Zé de Chico” e a do “Vei Silva”. Esta, só vendia cachaça. Seu principal comércio ficava na praça: uma padaria que fabricava apenas “a bolacha de S. Silva. Uma bolachinha de coco tão gostosa. Uma delícia [...] famosa!”¹³⁹

A primeira venda era um local onde os trabalhadores se dirigiam nos dias de sexta-feira ou qualquer outro dia da semana para comprarem a carne de sertão que, junto a temperos como: cominho, corante, cebola - roxa, alho, sal, alfavaca grossa e vinagre, eram responsáveis por darem mais sabor ao feijão comumente degustado em seus cotidianos. Ou ainda, ser degustada frita junto ao próprio feijão, farofa de água quente, banana da terra ou pirão de café. Além disso, a venda era o local onde os trabalhadores compravam o gás dos fífós que iluminavam suas casas, o sabão de massa para lavar suas roupas. Enfim,

¹³⁹ Bertinho, op.cit.

comprar café, açúcar, tomar uma dose de pinga para “esquentar o sangue” antes de tomarem o banho de rio após um dia de trabalho na tenda e tudo o que mais necessitassem. Encontrar amigos, deixar um recado para alguém que há dias não se via e também prosear.¹⁴⁰ E, mais do que isso: era um local em que se podia contar com a solidariedade do seu dono, pois, “As vez não tinha a mercadoria que eu fosse comprar, ele abria a gaveta, tirava o dinheiro e me dava pra eu comprar fora o que na venda não tinha” sem juro ou correções.¹⁴¹

Mas, se necessitassem, por exemplo, de tecidos para fazerem suas roupas ou coisas desse tipo, se deslocavam até a “Rua”. Um local que nem todos gostavam de ir por não se adaptarem. Àquela época, seus moradores não se davam bem com os do Salto do Bode, por não gostarem do cheiro de pólvora entranhado em seus corpos até mesmo após o banho.

A importância de se ressaltar aqui a presença desses pontos comerciais ganha força também naquilo que o historiador Hamilton Rodrigues pensa sobre eles. Estudando as práticas sociais e culturais dos feirantes na cidade de Santo Antônio de Jesus, este autor os vê como reveladores de práticas culturais e sociais dos indivíduos que por elas circulam. Pois, a partir da alimentação e da sua vida material é possível entender como os homens se relacionavam com o meio em que viviam e, sobretudo, como sobreviviam.¹⁴²

Em meio a construções, patrimônios e pessoas, as tendas também conviviam com a insalubridade de seus locais. No Apagafogo, além da constante invasão da maré nas tendas a que fiz referência no segundo tópico deste capítulo, um enorme lamaçal tomava conta da parte baixa de sua rua. Isso permitia uma constância de frieiras nos pés e rachaduras dos calcanhás de uma população que por necessidade ou hábito, andava constantemente descalço por essas vias. No Salto do Bode, S. Moreira mesmo, quando foi cavar uma lagoa existente em frente a sua casa, caiu nela: “isso foi dez horas, quando foi onze horas, bateu uma febre braba da lagoa!”¹⁴³

¹⁴⁰ Sobre o papel social das vendas ver: REIS, Sylvia Maria dos. Dependency and survival fo Sapeaçu small farmers – Bahia, Brazil, 1985. Tese de doutorado na Boston University (mimeo), Apud, SANTANA, op.cit. p. 82.

¹⁴¹ D. Bernarda Costa, op. cit.

¹⁴² SANTOS, Hamilton op. cit., p.55.

¹⁴³ S. Moreira, op.cit.

Por outro lado, os lugares das tendas eram lugares também de endereçamento peculiar. Eles eram construídos a partir de um léxico próprio como justificativas de alguns elementos de seus trabalhos.

Ainda pouco sublinhei a formação do Beco de Bigurrilho na cidade de Santo Antonio de Jesus. Um outro lugar que parece ter tido essa tendência foi o Bairro do Apagafogo na cidade de Nazaré. Segundo o filho de Tupinambá, Jurandir Tupinambá, esse nome de registro vem da seguinte lenda: como de costume, algumas mulheres estenderam suas roupas na cerca para secar e, sem saber a causa, elas pegaram fogo. A corrida da população local gritando: “apaga o fogo!”, teria então gerado o nome desse bairro: Apagafogo. De outro modo, seu nome tem uma outra conotação para grande parte do povo da cidade: ele fora dado devido aos constantes acidentes provocados pelas tendas ali existentes até mais um pouco da década de 1970.

Mas o Salto do Bode de certo nos chama mais atenção pelo teor mítico e conflituoso que ele carrega. Esta rua que um dia fora Rua do Cruzeiro, Theófilo Amâncio, nome do primeiro prefeito de Muniz Ferreira e hoje se chama Treze de maio, segundo S. Moreira, recebe esse nome por quê:

[...] isso aí era perigoso, né? O trem passava aí. (fundo de sua casa). E aqui era uma encruziada aí. E diz o povo que pulava o bode aí na encruziada. Dizia que descia não via, subia não via. Passava um bode preto e aí botaram o nome de Salto do Bode. Chamam Salto do Bode ou Rua do Cruzeiro.¹⁴⁴

Adentrando no universo do trabalho com fogos, nesse lugar, um outro caminho parece possível para este nome. Pois, quando Tupinambá ainda dominava a produção fogueteira na região, algumas estratégias por parte do trabalhador parecem ter marcado as relações deste empreendedor com os tendeiros. Entre elas estava o chamado bode: estratégica maneira de o trabalhador acender a vida profissional. Analisarei em breve estas relações.

Neste espaço entrecortado por lendas, o sagrado também se fazia presente. Há por ali uma cruz de madeira que no passado ficava fincada na frente da casa desse mesmo André Nery, mas ninguém soube dizer o motivo de ter

¹⁴⁴ Idem.

mudado para o lado em que está hoje. ¹⁴⁵ Talvez, ela esteja pautada nos resquícios de um messianismo guerreiro dos portugueses colonizadores, em que a cruz, como diz Eduardo Honaert, era considerado um símbolo para afugentar o mal. ¹⁴⁶

Dentro desse quadro, uma hipótese pode ser levantada: teria sido construída por ali também para afastar os maus agouros descritos ainda pouco por S. Moreira, representado pela existência de uma encruzilhada? Ou fora mudada de lugar em função, também da mudança do perigo com a extinção dessa encruzilhada a partir da vinda do asfalto e concentração das tendas de um outro lado?

Afora isso, o certo é que esse patrimônio ainda serve muitas vezes como lugar de respeito por uma parte dos transeuntes. Eles parecem conservá-lo como amuleto de fé curvando levemente suas cabeças para um sinal de reverência a Trindade quando em frente dele passam. Um local, também, em que a mulher de S. Moreira, “a finada Olga, depois de pedir a São João, a Deus que trabalhasse todo mundo em paz e que não acontecesse nada, mandava celebrar uma missa quando passava o São João.” ¹⁴⁷ E, marco para a partida, ainda hoje de muitos eventos da Igreja Católica local como a Procissão de Domingo de Ramos, Procissão do Encontro de N. Sr. dos Passos e N. Sra. das Dores, realizado pela comunidade todas as quarta – feiras da chamada Semana Santa do calendário católico nacional e qualquer evento de que necessite uma partida para a [rua] praça.

Mas, esse monumento também já sofrera alguns vandalismos como: depósito de lixo ao seu redor, escora para longas conversas, bebedeiras e outros mais.

Em qualquer um dos lugares aqui mencionados vale dizer que as tendas formavam um cenário industrial bastante peculiar desenhado por uma arquitetura simples formada por casas de taipa ou galpões sem paredes, cobertos inicialmente com palha, lona e, mais tarde, com telha de cerâmica ou amianto,

¹⁴⁵ Esta cruz a que todos na cidade de Muniz Ferreira chamam de Cruzeiro está instalada com a frente voltada para o centro da cidade e já fora mais a frente do espaço em que está hoje.

¹⁴⁶ HOORNAERT, Eduardo. Formação do catolicismo brasileiro: 1550 -1800. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991, p. 43.

¹⁴⁷ S. Moreira, op.cit. Há alguns anos devido a postura da Igreja Católica de não celebrar missas fora do templo, esta promessa foi levada ao fim.

chão socado e móveis rústicos como mesas feitas a partir da introdução de quatro troncos ao chão e tábua presa sobre eles; bancos feitos também de madeira presa a quatro pés e tamboretos improvisados dos caixotes que vinham a matéria - prima para o preparo dos fogos.

Apesar de uma ausência dicotômica entre o urbano e o rural, visíveis através do cotidiano das cidades, a exemplo da circulação de porcos e cavalos que andavam soltos pelas ruas,¹⁴⁸ pela ação de alguns indivíduos que insistiam em matar “suínos e caprinos nos passeios públicos”¹⁴⁹ de suas próprias casas situadas, por exemplo, na Rua Rui Barbosa” na cidade de Santo Antonio de Jesus, a estética das tendas não deixava de discrepar com o pensamento de adiantamento social e urbano dessa época no Recôncavo Sul. Pois, prédios como os da Caixa Econômica Federal e o do Banco do Brasil eram tidos como alguns de seus maiores símbolos de modernidade. Algo intrigante se pensarmos que ainda assim elas exerciam um grande papel social nessa sociedade: ser o lugar do trabalho e da sociabilidade para dezenas de pessoas com carências diversas.

Mas, em meio a esta nova sistematização da produção fogueteira no Recôncavo Sul, a tenda não foi o único espaço em que o trabalho com fogos se deu. Ele também esteve em diferentes proporções espalhados pelos domicílios dos mais variados sujeitos nesses e em tantos outros espaços através da sua distribuição pelo tendeiro, demandando certa engenharia no seu trato, condensação espacial e temporal. Bem como uma completa sistematização e definição de novos contornos da sua organização e vida social de seus artesãos.

Como tantos sujeitos vão trabalhar no domicílio ou nas tendas espalhadas pelo Recôncavo Sul, confeccionado fogos de artifício, a partir dessa descentralização da produção fogueteira realizada por Juvenal Moreira Tupinambá, eis a questão que tentarei responder no próximo capítulo.

¹⁴⁸ Ata da Câmara Municipal de Santo Antonio de Jesus, 4 de novembro de 1971, f. 55.

¹⁴⁹ Idem, 6 de maio de 1964, f. 156.

CAPÍTULO II

O TRABALHO: ESPAÇOS, TRABALHADORES E TENSÕES

Tensões socioculturais do trabalho - o tendeiro e a tenda.

O trabalho a domicílio: novas relações, novos personagens.

Outros trabalhadores na tenda.

Crianças e adolescentes “cinzentos” nas “tendas”.

TENSÕES SOCIOCULTURAIS DO TRABALHO – O TENDEIRO E A TENDA

Após a reorganização da produção fogueteira dada por Juvenal Moreira Tupinambá, o trabalho da tenda sofreu adaptações. De acordo com as fontes obtidas, foi neste espaço que as tensões entre trabalho e trabalhador puderam ser melhores visualizadas. Pois, dentro dele, antigos sujeitos como os fogueteiros ou pessoas ligadas a confecção dos traques de barro, foguetes entre outros tipos de fogos de artifício, puderam ser encontrados. E, num conjunto de mudanças e permanências foram vistos, processualmente, “gerentes” de uma determinada produção: tendeiros.

Alguns desses trabalhadores notificaram suas experiências nessa nova performance do trabalho com fogos de artifícios. Algumas notificações foram conduzidas através de uma sensação que misturava estranheza e embevecimento frente a novidade desse empreendimento. Em especial, do manuseio com a bomba chilena.

A maioria se reportou a este modelo de fogos como algo que “ninguém nunca tinha ouvido falar” trazido de São Paulo da Fábrica de Fogos Caramuru para o Recôncavo Sul. E, mesmo se sentindo, na expressão de muitos deles, um “escolado” na lida com os fogos de artifício, esta expressão denotava um momento de grandes rupturas nas vidas desses trabalhadores: “hábitos e costumes são deixados para trás, restando-lhe apenas as lembranças” deles.¹⁵⁰ E, por isso, diante desse novo empreendimento, o trabalhador necessitou se incorporar às suas expectativas mercadológicas através da reelaboração de suas técnicas.¹⁵¹

Esse modelo [da bomba chilena] foi criado aqui. No lugar do papel a gente botava um papel maior, largo e colocava a cartolina de esportiva [jogo da loteria federal]. Cortava a cartolina e quando enrolava a bomba já enrolava com ela. Enrolava de uma a uma. Até aí se trabalhava com canudo. Daí em diante todo mundo ficou fazendo palito. Aprendeu a pesagem da pólvora. Aí a produção cresceu. A bomba já não era mais enrolada.

¹⁵⁰ SANTOS, Daniel Francisco dos. Experiências de Migração de trabalhadores nordestinos – Rondônia 1970-1995. Salvador: EGBA, 2003, p.89.

¹⁵¹ Antonio Pereira Nascimento [S. Tonhezinho], entrevistado em 1 de maio de 2008.

A bomba de cordão a que S. Tonhezinho se refere no depoimento acima, também foi um dia pensada a partir dos canudos usados para o imbicamento dos traques de massa e, segundo o depoente, dava um “trabalho danado”:¹⁵²

Antes da bomba – chilena a bomba enrolada era assim: você fazia um tubo, cortava os pedaços do tamanho da bomba, virava o fundo. Botava pólvora, virava em cima, furava e botava o bico. Chamava cravar a bomba. Enrolava ela com aqueles novelos de algodão. Toda bomba era enrolada de cordão. Sabe por que enrolava? Porque era só papel. O cordão servia de entretela. A resistência da bomba era o cordão. Chamava bomba – de – cordão. Era um trabalho danado!

Desde que veio de São Paulo trazido pelo próprio Tupinambá, pelos motivos já expostos nesta pesquisa, S. Tonhezinho disse ter acompanhado de perto a evolução desses artefatos. Lembra-se do dia que este produtor se dirigindo a alguns trabalhadores lhes disse: “Agora nós vamos passar a fazer bomba.” Esta decisão de Tupinambá foi dita de forma tranqüila por S. Tonhezinho. Mas sua resposta dada através de um “Tá certo!”, foi seguida por frases como: “aí ficou mais fácil. Aí a produção cresceu!”

Mas, ele lembra, sobretudo, das histórias de suas viagens pelo Brasil na revenda dos fogos de artifício ao lado deste produtor. Algo frequentemente dito como motivo de orgulho. Pois, devido ao seu envolvimento com esses artefatos pelas cidades que passou, garante: “se alguém der o meu nome em qualquer uma delas, todo mundo sabe quem eu sou.”¹⁵³

S. Tonhezinho mostra propriedade naquilo que fala, mas, não se pode deixar de ver a centralidade que ele busca ter nessa história a partir da possível criação desse produto pela Fábrica de Fogos Tupy, local em que estava intimamente ligado pelo seu trabalho.

Não fosse o meu “corte” durante alguns momentos da entrevista, ela tenderia a tornar-se uma longa gravação da história de sua vida. Em todo o momento ele procurou fazer um registro minucioso de sua existência. Após a

¹⁵² Idem, op. cit.

¹⁵³ Todos os diálogos aspeados do parágrafo são de S. Tonhezinho, op.cit.

contagem de um fato os anteriores recebiam um acréscimo sem, contudo, lhe permitir um ponto final.¹⁵⁴

Por outro lado, também não se pode deixar de perceber no seu depoimento, as mudanças e permanências ocorridas em meio à reinvenção do elemento econômico apresentado. Suas implicações para o mercado e, sobretudo, para a vida do trabalhador.

A princípio, ele mostra a transição da bomba de cordão para a bomba chilena através da introdução do palito escovado e certa pesagem da pólvora como algo harmonioso e sem nenhum embate na vida desses agentes. Isso é ratificado pela forma simplificada com que fala sobre a confecção desse segundo artefato. Pelo que pude vivenciar e ouvir sobre sua confecção, este é um produto tão artesanal e complexo como o anterior. E para além das etapas expostas, demanda outras tantas como: espalmar papel, amarrar, cortar, colocar na roda, desentupir o fundo, encher de pólvora, colocar o bico e, por fim, cortar novamente. Etapas a serem vistas num próximo ponto deste capítulo.

Talvez essa aparente harmonia apresentada por S. Tonhezinho venha da esperança de dias melhores que muitos trabalhadores tenham depositado em meio ao imaginário de um produto novo que trazendo grandes resultados de forma imediata para o mercado, conseqüentemente pudesse também lhes trazer benefícios.¹⁵⁵

A imersão no trabalho terceirizado trazia, para muitos deles, a idéia de uma projeção social, ancorada a produção de um artefato e a imagem do seu produtor como unidades refletidas no âmbito nacional e internacional.¹⁵⁶ Esta idéia, capaz até mesmo de sucumbir, alguns sentidos pejorativos, apresentados na nova feição do trabalho, parece ser uma das conseqüências deixadas pelo capitalismo na vida do trabalhador.

¹⁵⁴ Segundo Maria Isaura, “a diferença entre história de vida e depoimento está na forma específica de agir do pesquisador [...] se o narrador se afasta em digressões, o pesquisador corta-as para trazê-lo de novo ao seu assunto.” In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais do “indizível” ao “dizível”; In: SIMSON, Olga Moraes Von (org.). Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988, p.20.

¹⁵⁵ Uma análise semelhante a esta é feita pela historiadora Virginia Queiroz ao analisar o papel dos atravessadores no trabalho do artesanato com barro em Maragogipinho.

¹⁵⁶ Sobre a fabricação da imagem de um sujeito histórico, ver BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

No caso de S. Tonhezinho, o sentimento de inclusão a “fama” dos elementos citados, o fazem abordar com veemência esse estado também em sua vida, deixando de lado, em muitos momentos, as reais condições do trabalho palmilhadas em seu cotidiano. Uma postura sintomática da real importância que a promoção da imagem do produtor e do produto pelo próprio empresário tinha nesse processo.

Ao invés da salubridade e previdência social, o produtor, como foi visto anteriormente, investia na sua marca. Um signo importante para o fortalecimento de uma identidade coletiva, flexibilidade e amenização de possíveis conflitos das relações trabalhistas.¹⁵⁷

Esse novo contexto do trabalho trouxe uma verdadeira revolução na produção fogueteira: a universalização do trabalho pelo manuseio de um único produto pelos trabalhadores para o atendimento de uma lógica empresarial: produzir em larga escala para um mercado cada vez mais exigente por quantidade, qualidade e boa feição dos seus produtos.

Por outro lado, a transformação do fogueteiro em tendeiro passou por uma construção em que antigas e novas relações na tenda são personificadas na sua própria pessoa e na relação com o objeto do seu trabalho. Paulatinamente, um e outro são configurados segundo as regras do produtor. Pois, como já foi dito, para que Juvenal Moreira Tupinambá pudesse sistematizar o seu projeto foi necessária uma apropriação de suas técnicas. Por mais que o tendeiro, processualmente, lidasse com um novo tipo de artefato e ritmo do trabalho, necessitava recorrer a elas para confeccioná-los. No caso da bomba chilena, chavinhas ou cobrinhas, o conhecimento com os canudos, por exemplo, era indispensável, pois formava a base desses tipos de fogos.

Esta observação é importante porque nos livra de pensar esse fato histórico como algo cabível nas premissas: “ele era assim e ficou assim.” Mas, como algo que se gesta a partir de uma tensão social, política e econômica tecida pelos seus próprios sujeitos. Aqui a apropriação de um novo elemento foi, portanto, efetuado não sobre um antigo sistema, mas entrelaçado e sustentado por suas raízes. E, de certa forma, para legitimar suas intenções de poder,

¹⁵⁷ Tomo aqui como referência a discussão que David Harvey faz acerca da imagem como um das maiores táticas capitalistas para conquista de espaços no mundo moderno. In: HARVEY David. Condição pós – moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 260 – 261.

“inventava” uma tradição que tentava, a todo custo, se estabelecer como a continuidade de um passado histórico envolvendo a produção fogueteira.¹⁵⁸

Nesse processo, as estratégias usadas pelo capitalismo para acomodar possíveis entraves nas relações de concorrência do capital teve no tendeiro uma peça fundamental. Enquanto ele era expropriado de seus costumes, outros tantos, possíveis de criar-lhes sensações para um mundo de relações até então não experimentadas, lhes era oferecido. Apropriar-se de suas técnicas sem, contudo, apropriar-se de seu tempo, talvez pudesse lhes conduzir, mesmo em parcas condições financeiras, a uma consciência mais plena do papel social e econômico a que eram chamados a exercer, no lugar em que viviam e, consecutivamente, minar as bases de quem se fazia pioneiro no processo.¹⁵⁹

Para além das sensações apresentadas por S. Tonhezinho, S. Moreira também trouxe um outro exemplo dessas sensações causadas na relação com uma nova organização do trabalho. Reportando-se ao lugar em que morava, ele falou: “eu era o xerife daqui de cima, tinha dinheiro, né?”

Repensando a situação da maioria dos tendeiros no primeiro capítulo e até mesmo daquelas relações materiais e humanas deficitárias apresentadas por este último depoente no decorrer de sua entrevista, fica difícil compreender esta sua afirmação. Talvez ela fosse apenas uma projeção criada pelo próprio trabalhador a partir de um referencial simbólico que fugia a maior parte de seus testemunhos. Uma alusão ao que realmente gostaria de desposar no mundo social.

Outras implicações desse trabalho também foram visíveis na vida do tendeiro, sobretudo, aquelas relacionadas à sua jornada de trabalho e todo o processo desencadeado por ela.

¹⁵⁸ Para Hobsbawn, algumas tradições são inventadas para legitimar um determinado tipo de poder na sociedade. In: HOBSEBAWN, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9 - 23.

¹⁵⁹ Tomo aqui como referência a discussão que Sidney Schalhoub faz sobre expropriação e apropriação do trabalhador livre nas leis de mercado no início do Regime Republicano. Para este autor, a imersão desse trabalhador expropriado no trabalho assalariado se deu sob a égide de uma nova ideologia do trabalho, vigilância e constante repressão. In: SCHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 47 – 54.

Comandante desse processo, eis um exemplo dessa performance do tendeiro através da imagem, do corpo, gestos e vestes no cotidiano do seu trabalho.



Figura 12 – O tendeiro e a confecção da pólvora na tenda [Fotografia de pesquisa, 2008].

Este tendeiro não quis ser identificado na fotografia. Ele é um exemplo de muitos homens e mulheres que mesmo sendo uma categoria à frente dos trabalhadores comuns na pirâmide social da produção fogueteira, nem sempre gozava de privilégios nos seus horários de trabalho.

Com vestes simples ou às vezes, no caso dos homens, busto, que, fazendo sol ou chuva, mediante ao vai e vem de sua lida, era coberto apenas pelo prateado do alumínio que salpicava em seus corpos durante o preparo da pólvora, formava um conjunto acinzentado. E, nesse clima, esse trabalhador realizava, na maior parte do tempo, tarefas introdutórias para a confecção dos fogos. Suas responsabilidades não se limitavam apenas à coordenação das várias etapas dessa fabricação, mas até mesmo lidar diretamente com o perigo, quando, preparando a pólvora, chegava a fazer vinte e cinco quilos de dinamite por dia até a responsabilidade com o pagamento dos trabalhadores.

Geralmente por volta das quatro horas da manhã já estavam de pé para que, quando os demais trabalhadores chegassem encontrassem a pólvora feita. Nesse ritmo, varavam o dia e, muitas vezes, a totalidade da noite na tenda, dormindo “três a quatro horas da manhã”.

Raros eram os momentos em que, tendo uma pessoa de sua confiança, podiam deixar sua coordenação para se deter a outros afazeres. D. Inacinha mesma se reportou a esse estado de ocupação dizendo: “eu só tinha confiança em mim na tenda. Não gostava de deixar o trabalho na mão de ninguém.”¹⁶⁰

Esta forma de trabalhar era lembrada por muitos trabalhadores como algo que “só [lhes] fartava sortar o coro” e pouco lhe permitia escolhas. D. Inacinha mesma lembrava: “Podia tá da moda que tivesse, tinha que tá com a cara no trabalho”. Ele exigia que o trabalhador o conduzisse conforme o ritmo que os artefatos iam sendo produzidos por outros trabalhadores na tenda, para que os fogos chegassem ao grande produtor pronto para o trato final.¹⁶¹

Se compararmos um pouco a jornada desses trabalhadores desvencilhada em outras épocas na confecção de traques e foguetes, veremos que ela discrepa um pouco desta primeira. Pois, mesmo usando grande parte do seu tempo neste trabalho, o fogueteiro podia gerenciar sua produção e dividi-lo com outras atividades. Diante de tantos outros fatores, isso se dava mediante a uma divisão social do trabalho constituída ao lado de sua família. Antes então de começar a trabalhar, ele podia, por exemplo, tirar o leite de sua vaca criada no quintal, nos pastos alugados ou na beira da estrada; cuidar de uma horta ou, ainda assim, se ausentar para qualquer outra coisa da casinha de trabalhar sem nenhum prejuízo para a sua produção.

Segundo Edward Thompson, esta é uma das características que marcam o controle da vida produtiva pelos homens quando eram guiados pelo costume. Em meio a suas atividades cotidianas eles podiam trabalhar intensamente, mas também reservar um tempo para o que necessitavam diante da vida.¹⁶²

D. Lina trouxe um pouco desses momentos ao lado de seu pai:¹⁶³

¹⁶⁰ Inácia Rosa dos Santos Almeida [D. Inacinha], entrevistada em 7 de setembro de 1999.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 280.

¹⁶³ Maurina de Jesus Costa Santos, [D. Lina], entrevistada em 23 de fevereiro de 2008.

Às vezes ele dizia: vocês fica aí que eu vou no mato, se eu achar uma jaca eu trago pra vocês. Ele trazia tudo já tirado o bago na capanga. Quando não era isso, era coco de pindoba: partia e trazia tudo. Araçá, o que ele achasse no mato ele trazia. Quando chegava dizia: trouxe um bocado de merenda pra vocês. A gente tava tudo trabalhado. Agente ficava trabalhado e ele tava pelo mato. Quando ele chegava tava tudo pronto.

Nesse novo contexto da produção fogueteira, muitos desses trabalhadores disseram ter saudade do tempo em que faziam traques, foguetes, entre outros tipos de fogos. D. Bernarda, irmã desta depoente, me disse, no tempo de sua entrevista, que se pudesse ainda abriria uma tenda de foguete com o irmão Moreira “só para matar a cegueira[vontade]”.¹⁶⁴

Não resta dúvida que D. Bernarda tinha vontade de lidar com o antigo artefato. Mas não se pode deixar também de grafar que o contato com esse tipo de elemento de certo a remeteria a um tempo que lhe era considerado “bom”. Pois, todos os momentos remetidos a sua vida com esse tipo de fogos, trouxe colada a esta experiência, as histórias de quando era criança: tempo em que trabalhava, mas também brincava; ou “muderna”, quando pode viver as emoções dessas fases. Uma época bem diferente do tempo dessa entrevista quando, de alguma forma, afirmava não agüentar mais trabalhar.

Nesse novo contexto da produção fogueteira, vários foram os espaços que ela ocupou. Em cada um deles o trabalho e os trabalhadores se apresentaram como um extrato vivo de tensões socioculturais diversas.

Visitar o trabalho a domicílio pode ser um bom convite para entendê-las.

O TRABALHO A DOMICÍLIO: NOVAS RELAÇÕES, NOVOS PERSONAGENS.

Como foi dito anteriormente, a tenda não foi o único espaço onde homens e mulheres desenvolveram a produção de fogos de artifício a partir da

¹⁶⁴ D. Bernarda Costa, entrevistada em 14 de setembro de 1999.

sistematização fogueteira no Recôncavo Sul dada por Juvenal Moreira Tupinambá. Nem tão pouco os agentes históricos arrolados até aqui foram os únicos a experimentar a dinâmica desse processo. Além da tenda, o trabalho com fogos também fora desenvolvido no domicílio e por trabalhadores que, acometidos por circunstâncias também diversas, experimentaram, pela primeira vez, ser trabalhadores de fogos dentro de uma completa reorganização e definição de novos contornos das suas relações sociais, temporais e espaciais.

Para começar pode-se dizer que a antiga estrutura patriarcal centrada no fogueteiro como “detentor” da cultura de fogos no domicílio, dá lugar a uma estrutura matriarcal de vieses bem intrigantes. E, mesmo que esse estudo não contemple uma análise de gênero, é preciso iniciar essa discussão dizendo: o trabalho a domicílio com fogos de artifício, especialmente da fabricação das caixas de bomba chilena nesse novo contexto da produção fogueteira, começa a ser conceituado como um trabalho especificamente feminino. Ou, como muitos tendeiros disseram, “era um trabalho lá das mulheres.” Segundo eles, isso se devia a exigência de gestos como destreza, sensibilidade e repetição de movimentos no seu manuseio, algo comumente pensado como uma predisposição feminina.¹⁶⁵

Para situar o meu raciocínio e o do leitor em volta desse enunciado, talvez a discussão que a autora Joan Scott faz em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, possa ajudar a esclarecer as matrizes em que ele está assentado. Ela diz que há muito tempo a posição historiográfica patriarcal enxergou a presença feminina como algo predisposto a uma sujeição social. Um elemento fixo de desigualdade que não era relacional a nenhum conflito socialmente produzido entre a posição dos gêneros. Uma codificação dos sexos masculino e feminino associado às suas qualidades humanas e psicológicas, totalmente desarticulada de um debate que sinalizasse o porquê da sua posição, da sua história e das suas conseqüências na sociedade.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Outros fogos de artifício como cobrinhas e chavinhas muitas vezes contaram com o domicílio para a confecção dos seus canudos. Contudo, de acordo com as fontes arquivadas só foi possível sublinhar aqui, o trato com a bomba chilena.

¹⁶⁶ [http:// www.dhnet.or.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html](http://www.dhnet.or.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html). GÊNERO: uma categoria útil para a análise histórica. Joan Scott – professora de Ciências Sociais no Instituto para estudos de Princeton. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

Cruzando, portanto, a posição dos tendeiros através da expressão grifada acima, mais a necessidade de observar o contexto histórico social concreto em que as mulheres estavam inseridas, proposto por Scott, o trabalho domiciliar com fogos de artifício apareceu como mais um sinalizador do desajuste sócio-político e econômico que ajudou Juvenal Moreira Tupinambá a fortalecer o seu empreendimento. Segundo os depoentes, se a vida se apresentava caótica para alguns seguimentos sociais, isso se potencializava quando se tratava de algumas mulheres.

Mesmo que D. Bernarda e D. Nissu tenham conseguido se manter mediante as brechas deixadas pelo sistema trabalhista dessa época, consecutivamente: através da lavagem de garrafas num alambique da cidade de Muniz Ferreira e da confecção de velas para os saveiros do Porto de Nazaré, numa pequena fábrica da Rua da Lama desta mesma cidade, diversos fatores continuavam impedindo-as de ingressarem no mercado de trabalho. O primeiro deles parecia estar assentado numa moral machista de que o trabalho fora de casa era exclusivo do homem. Este pensamento os levava a engrossar os cargos de despachantes de vendas, lojas, armazéns e de tantos outros pontos comerciais das cidades em detrimento da presença feminina.

O analfabetismo, fenômeno político e educacional constantemente estampado nos jornais e atas como uma preocupação das autoridades da região, certamente teria firmado como um outro fator. Por outro lado, o medo também que muitas delas tinham de ir às tendas e, sobretudo, a necessidade de conjugarem trabalho e tarefas domésticas, ajudava a aumentar o contingente de mãos especializadas para atividades como: domésticas, lavadeiras de roupa, costureiras, artesãs de jererés, comerciantes de janela através da venda de pirulitos de açúcar queimado feitos em casa, pastéis e algumas frutas dos seus quintais como araçá, manga, jaca, carambola, banana, roletes de cana, etc. Nos tempos de energia elétrica, abafabanca e geladinho.

De outra forma, uma mão de obra disponível para a especialização de atividades como a confecção de caixas de bombas chilenas no próprio domicílio como nos revela D. Filinha, ex - trabalhadora domiciliar.¹⁶⁷

¹⁶⁷ D. Maria Judite Santana Santos (D. Filinha), entrevistada em 4 de maio de 2008.

Além de ter medo [...] Eu não ia pra tenda, sabe por quê? Porque naquela época eu tinha minhas filhas tudo pequena. Saudade [o esposo] era empregado no alambique de S. Olavo [...] então eu ficava em casa pra lutar!

Dentro de todo esse contexto em que a produção de fogos estava inserida a partir da sistematização feita por Juvenal Moreira Tupinambá, a oficialização do trabalho com as caixas de bombas era feita através de uma relação terceirizada do trabalho entre o tendeiro e a dona de casa.

Ao contrário de deter, como no passado, o controle de todo o processo produtivo, a família produtora recebia no domicílio a matéria-prima para trabalhar através de acordos orais e alguns dispostos em cadernetas como a quantidade do material a data e o valor a serem recebidos. E, mesmo que esse trabalho já suscitasse uma alteração do tempo e do espaço familiar, nenhum outro acordo que levasse em conta a razão social do trabalho era promulgado. Nenhuma reivindicação de seus direitos trabalhistas era feita diante do tendeiro como “chefe imediato” ou ao proprietário dos fogos como instância mais longínqua das relações de trabalho.¹⁶⁸ Este contrato levava em conta apenas a atividade desenvolvida e a sobrevivência material das partes envolvidas.

Questionado acerca de como este contrato se dava, S. Moreira resumiu: “A gente dava o material, ela enrolava lá, amarrava o fundinho, separava de uma em uma e entregava pra gente.”¹⁶⁹ Na verdade, esta era uma relação que se intercambiava através dos fogos produzidos, mas se mantinha distante ao passo que, através da pulverização da produção instituída desde as tendas, custos e obrigações contratuais eram conseqüentemente suprimidos.

Após este “contrato”, parte da tenda, então, penetrava no domicílio dos trabalhadores. Ela se fazia presente através dos milheiros de papéis, cartolinas, cordões de algodão ou nylon, ceras, formas, resíduo de mandioca ou farinha de trigo para a fabricação da goma, palitos e tabelas. O recebimento dessa matéria-prima no domicílio o constituía, assim como em épocas anteriores, em fábrica e depósito. Pois, desde a chegada até o seu manufaturamento neste ambiente, os elementos que as compunha eram amontoados em sacos ou caixas

¹⁶⁸ Sobre a perda da razão social do trabalho pela terceirização do processo produtivo ver DRUCK Graça e FRANCO Tânia et al (Orgs.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹⁶⁹ João Moreira (S. Moreira), entrevistado em 24 de fevereiro de 2000.

debaixo de mesas e camas, num canto da sala, atrás dos guarda-roupas ou até mesmo dentro de algum móvel com espaço vazio como os armários da cozinha. Esta disposição volumosa dos materiais proporcionava uma invasão na esfera privada dos trabalhadores, modificação dos seus espaços e conseqüente tolhimento de suas liberdades. De outra forma, eram também condicionados pelos trabalhadores de acordo às suas necessidades. Enfim, o tempo da vida começa a ser partilhado com o tempo do trabalho.

Dentro desse contexto, a imersão da produção fogueteira no domicílio, encontra eco numa situação semelhante ao que a autora Maria Izilda percebeu ao analisar o trabalho domiciliar de agulha das sacarias para o café: ele estava delineado “no campo de conexão entre os trabalhos domésticos e assalariado, numa constante interpenetração do público e do privado.” Esta situação lhes permitia viver duas situações: desposar do “conforto” do seu próprio espaço, conciliar atividades do lar ao trabalho assalariado e, a um só tempo, livrar-se do perigo e do cheiro da pólvora gerado nas tendas.

Por outro lado, não se pode deixar de pensar também nos déficits ocasionados por esta interpenetração, como a superposição, para as mulheres, dos tempos doméstico e fabril e a superposição de tempos do trabalho comercial e o do trabalho remunerado domiciliar no caso dos homens quando retornavam para suas casas.¹⁷⁰

Dentro de casa, portanto, as trabalhadoras necessitavam vencer os constantes “apitos” de um relógio responsável por demarcar os horários e as performances de suas atividades de modo a não ficarem em falta com nenhuma delas. Esse ritmo alucinante imposto a grande parte das mulheres pela conciliação do trabalho doméstico e assalariado, foi visto pelo historiador Edward Thompson como algo ainda suportável por estas mulheres devido a uma necessidade natural de terem que cuidar dos filhos e da própria casa. E, com toda essa ausência de medida, ele ainda acaba discrepando a qualquer noção

¹⁷⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. Trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café. (1890 - 1930) p. 68. In ABREU, Rangel de Paiva Alice e SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente. In ABREU, Rangel de Paiva Alice e SORJ, Bila. (orgs) et al. O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1993, p. 68.

mecânica do tempo aproximando-se, assim, de um outro, com caracteres semelhantes aqueles do período pré-industrial.¹⁷¹

Mas, com todos esses impasses, a família produtora procurava ajustar, nesses espaços, suas lides domésticas as do trabalho como bem nos diz D. Glória:¹⁷²

Eu varria a casa, lavava os pratos, aí começava a enrolar bomba. Quando era dez horas eu largava. [Após enrolar] dois milheiros de bomba eu ia fazer a comida: botava um arroz, fervia um feijão. Se fosse pra botar o feijão, [para cozinhar] botava logo cedo. Aí eu tava enrolando bomba e olhando a panela. Quando não era assim, era só ferver o feijão, cozinhar o arroz. Carne, eu sempre deixei de sábado temperada para a semana. Cozinhava, fazia a carne frita, deixava e ia pegando os pedaços e esquentando. Ai era ligeiro! Mas, quando era pra fazer! [estala os lábios].

D. Glória, tinha 62 anos de idade na época dessa entrevista. Ela reside na cidade de Muniz Ferreira e por não se ajeitar “ficar parada de forma nenhuma”, atualmente ainda exerce a função de trabalhadora domiciliar de caixas de bomba. Ela disse que começou a trabalhar com fogos aproximadamente no ano de 1963, por volta dos seus 25 anos quando já era casada. Por “ter um medo grenado da tenda”, preferiu o trabalho domiciliar. Essa atitude foi tomada devido a necessidade de aliar um ganho mais significativo ao do marido. Ele era caldeireiro de um alambique nesta mesma cidade, mas, devido ao vício da bebida levava alguns dias sem trabalhar. Em detrimento disso, os descontos no final do mês de um salário tido como parco, deixava-o ainda abaixo dessa qualificação.

Ao introduzir sua experiência com fogos de artifício no domicílio, D. Glória dizia se lembrar, “como se fosse hoje”, quando tomou nas mãos de um tendeiro, “cinco milheiros de bomba” para treinar junto a sua irmã e, “num instante” começou a enrolá-los. Em meio a essa trajetória ela fez questão de

¹⁷¹ Sobre o ritmo do trabalho feminino na sociedade industrial ver THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.288. Ver também, HOGGART, Richard. As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p.52. PRIORE, Mary Del. [org] História das mulheres no Brasil. Texto: ser mulher, mãe e pobre de Cláudia Fonseca. Editora Contexto, São Paulo. S.P.P.516.

¹⁷² Maria da Glória Santos Mota [D. Glória], entrevistada em 23 de fevereiro de 2000.

dizer: “Eu já trabalhava, mas era fazendo jereré! O trabalho mesmo foi quando eu comecei nas bombas!”

A priori, a diferença que a depoente fazia da antiga e da nova atividade, encontrava eco na própria expressão com que ela seguidamente conceituou o primeiro trabalho. Ela o tinha como “coisa assim de casa mesmo.”¹⁷³ Ou seja: por mais que essa atividade fosse remunerada ela se consubstanciava na sua vida como o reflexo de uma tradicional formação familiar e, por isso, uma extensão de seus afazeres domésticos.

Por outro lado, ainda que realizado dentro do próprio domicílio, o trabalho com fogos de artifício talvez lhe trouxesse uma idéia diferenciada do primeiro, devido as sensações que ele promovia: ausência de uma herança familiar, poder de negociação, amplitude das relações interpessoais. E, ao contrário de se concretizar apenas como uma “virtude” tipicamente feminina, ser um instrumento de libertação, permitindo a emancipação de uma outra condição junto a de dona de casa: ser uma mulher trabalhadora com um ofício e relações extra - domiciliares.¹⁷⁴

Assim como D. Glória, muitas mulheres falaram dessa conciliação entre atividades do lar e do trabalho assalariado com fogos de artifício. D. Filinha mesma se reportava a preparação do almoço como algo demorado. Frequentemente ela se valia do uso de panelas de barro, fogão a lenha ou a carvão e conservava os alimentos, sobretudo as carnes, “moqueadas” ou a base de sal. Todos esses arranjos da vida doméstica, somadas ao tempo gasto com o marido, o cuidado com os filhos e as constantes levantadas para ir ao fogão colocar água na panela, renovar o tempero e ver o ponto do alimento, vinha em detrimento do trabalho assalariado e num aumento do desgaste físico e psicológico da trabalhadora. Pois,

Nós enrolava bomba pra S. Moreira. Eu acordava cedo: quatro horas da manhã. Dava o café do vei, fazia a marmita dele. Botava feijão no fogo, arrumava tudo. Depois que eu arrumasse tudo, eu ia sentar pra enrolar bomba. De vez em quando levantava pra olhar a panela.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Baseio-me aqui na reflexão que a autora Helena Scarparo faz sobre a condição do trabalho feminino na sociedade. In SCARPARO, Helena. Cidadãs brasileiras: o cotidiano de mulheres trabalhadoras. Rio de Janeiro: Revan, 1996, especialmente o capítulo III.

Como se pode ver no discurso de D. Filinha e de D. Glória o tempo assalariado do trabalho com fogos aparece totalmente fragmentado pelo tempo doméstico. Esta situação as levava a uma conseqüente extensão da sua jornada de trabalho e sensível perda financeira. Harvey qualificou ações como estas de escamoteadoras do real processo em que tempo, espaço e relações trabalhistas deveriam ser desencadeados. Enquanto elas permitiam ao trabalhador a sensação de domínio do seu próprio tempo e espaço, esta jornada tornava-o preso “as regras do jogo” consubstanciadas ao longo do contrato de trabalho.¹⁷⁵ Um quadro aparentemente invisível aos seus próprios olhos já que as levava ao acúmulo de tarefas e a tantas outras implicações na evolução do seu trabalho.¹⁷⁶

Um outro exemplo dessas implicações enfrentadas pelo trabalhador como extrato do processo de escamoteação das relações de trabalho pode ser visualizada através das “barganhas” processadas pelo grande produtor através do tendeiro no trabalho a domicílio. Uma delas estava em reforçar esta atividade para o artesão como vantagem frente ao trabalho da tenda. Essa qualidade funcionava como um terreno fértil para a imposição de um baixo salário, sobretudo, quando comparado aos trabalhadores deste último ambiente. Enquanto estes ganhavam pela conclusão de um elemento preeconfeccionado, através do desempenho de um ofício, os trabalhadores domiciliares ganhavam pela produção de um artefato que na sua fase inicial passava por várias etapas a ser concluído e, conseqüentemente, necessitava também do desdobramento de muitos ofícios por parte do trabalhador.

Ainda dentro desse contexto de escamoteação das relações de trabalho no próprio domicílio, é preciso dizer que a conciliação do trabalho doméstico com o remunerado não se encerrava na relação entre o tendeiro e a dona de casa. Ele ainda implicava em desdobramentos no seio da própria família. Pois, a partir da sua estada no lar, impunha uma série de regras que se

¹⁷⁵ HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*, Edições Loyola, São Paulo, 1992. P.214.

¹⁷⁶ Tomo como base neste parágrafo a discussão que as autoras Rangel e Bila fazem sobre o trabalho a domicílio a partir de uma revisão da literatura contemporânea. ABREU, Rangel de Paiva Alice e SORJ, Bila. *Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente*. In ABREU, Rangel de Paiva Alice e SORJ, Bila. [orgs] et al. *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1993, p. 23-24.

adequavam ou ultrapassavam as vividas no contexto familiar. Uma delas era a transferência ao produtor de artefatos de fogos o compromisso de controlar a própria família através de mecanismos desencadeados no processo produtivo. Sutilmente a presença do tempo de fabricação personificava-se nos familiares, principalmente na figura da mãe ou até mesmo do pai conduzindo o restante da família a uma rígida disciplina.¹⁷⁷ Comportamentos a serem visualizados no quarto tópico desse capítulo através do trabalho infantil.

Ainda assim, vale dizer que a postura austera e severa do pai em relação à mulher e aos filhos, sublinha o poder disciplinar a que todos estavam submetidos. Apresenta-se, portanto, como um poder oculto que não triunfa frente aos trabalhadores, mas descentraliza-se discretamente no seio familiar e personifica-se indiscretamente na figura paterna. Sua presença toma aos poucos os indivíduos. Através do olhar, das palavras e gestos vão se legitimando numa hierarquia disciplinar controlando aqueles que se tornam responsáveis por controlar. E, muitas vezes, retira deles a condição de ser pai, mãe e crianças.¹⁷⁸ O sentimento de afeto e a prática do diálogo não aparecem como dimensões importantes nas relações entre pai e filho. A figura de gerente do trabalho predomina.

No contexto, portanto, dessas relações, cada membro familiar passava a ter um papel social.¹⁷⁹ Devido a necessidade daquelas qualidades já mencionadas anteriormente de leveza e destreza na sua confecção, o trabalho de enrolar bombas encontrava nas mulheres o seu artesão preferencial. Por ser considerado um trabalho que não necessitava de tanta delicadeza e às vezes necessitar exclusivamente de força física como o ato de amarrar bombas de número vinte ou quarenta, o papel de “amarradores” e “cortadores” de bomba era desempenhado pelos adultos do sexo masculino.

¹⁷⁷ As relações de trabalho aparecem sendo mais conduzidas pelo pai dentro do domicílio quando este ambiente é contíguo a tenda. Nesse sentido, o pai personificava uma posição de produtor enquanto sua família era vista, na maioria das vezes, como uma extensão desse processo. As idéias contidas nesse parágrafo estão baseadas na discussão de Foucault sobre a disciplina como poder oculto dissipado entre os homens. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p.158.

¹⁷⁸ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p.158.

¹⁷⁹ Esta é uma expressão usada pelos sociólogos correspondente a “Padrões ou normas de comportamento que se esperam daquele que ocupa determinada posição na estrutura social.” É tomada por Burke para assinalar a identidade de cada indivíduo como algo móvel e que está em constante negociação com o meio em que vive. In: BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 71.

As bombas consideradas mais comuns como as de número um até seis eram também amarradas e cortadas por mulheres e crianças.

Dentro desse contexto, a jornada de trabalho da fabricação de fogos no domicílio, geralmente se dava do amanhecer até o anoitecer num desenvolvimento de trabalho por etapas em algum dos cômodos escolhidos da casa.



Figura 9 - D. Maria da Glória Santos Mota na "terça": um de seus espaços de trabalho. [Fotografia de pesquisa, 1999]

Este, por exemplo, foi o último ambiente desposado por D. Glória no tempo do trabalho com suas três filhas. Antes de chegar nele, ela disse ter passado por vários outros: "A gente trabalhava na sala de jantar, passou para cozinha, da cozinha passou pra terça." Essa trajetória dos espaços do trabalho, se deveu, segundo ela, ao incômodo exercido pelo próprio trabalho dentro do lar, inutilizando primeiro, as cadeiras da sala de jantar que "soltou as capas", e as da sala de visitas que "era meia dúzia," despesas não ressarcidas pelo dono dos fogos. Neste lugar chamado terça ou área de serviço no Recôncavo, mesa e cadeiras, aparecem como registros do lugar em que junto as suas três filhas desenvolvia seu labor. ¹⁸⁰

¹⁸⁰ Todos os diálogos do parágrafo são de D. Glória op.cit.

Mas, os espaços do trabalho se diversificavam mediante as condições apresentadas pelos domicílios. D. Filinha, mesma, contando apenas com “uma mesa de perna bamba na cozinha” não podia expor esse móvel aos solavancos do vai e vem produzido pelo ritmo do seu trabalho. E, para isso, trabalhava na sala com suas três filhas improvisando alguns instrumentos: “pegava um caixote, firmava ele assim [entre as pernas] e pegava outro que desse para ficar na altura [dos braços].”¹⁸¹ Daí em diante, colocar um lenço ou toca na cabeça e retirar as sandálias antes de começar a rotina do trabalho, era uma forma de deixar o corpo confortável para enfrentar as longas horas que ficariam sentadas.

Comumente, essa rotina de trabalho consistia em revestir didaticamente suas “estações de trabalho” de caminhos de papéis espalmados proporcionados pela fricção dos seus dedos indicador, anelar e pequenas fôrmas a fim de serem lambuzados de “goma” com uma “ponça”. A partir desse momento, a confecção das caixas de bomba chilena, exigia da trabalhadora uma maior atenção. Ela necessitava ter um bom ângulo deste instrumento de trabalho entre o papel e a cartolina como também da quantidade da goma a ser passada na sua borda. Esta atenção servia como um controle de qualidade para que este artefato não “bufasse” e, sobretudo, não “fizesse bico”. Tais situações provocariam, consecutivamente, o desmanche da bomba e a dificuldade de manter o palito escorvado visível na fissura proporcionada para ele. Uma das maiores causas de acidente ao consumidor.

A atividade de enrolar bombas era considerada uma atividade a ser mais desenvolvida no período do dia, sobretudo, no tempo em que a única luz que iluminava seus domicílios a noite era a dos candeeiros. Para além de outras questões, a debilidade dessa luz, permitia a confecção de bombas defeituosas e ilusões de ótica como aquelas que foram apresentadas a D. Filinha por sua própria filha: ô mãe, eu tô vendo um bocado de vaga-lume na minha frente, óia!

182

Assim, após a realização de algumas tarefas domésticas, mães e filhas sentavam-se para trabalhar e ali produzirem aquelas caixas, milheiro por

¹⁸¹ D. Filinha, op.cit.

¹⁸² Idem.

milheiro. Independente de qualquer condição, o ritmo desse trabalho às vezes era tão intenso que o mover incessante dos seus instrumentos produzia um ruído capaz de anunciar, a quem estivesse de fora daquele reduto, o que se estava fazendo. Ele fazia par com rápidas conversas e brincadeiras permitidas entre as trabalhadoras. Na maioria das vezes, unia-se a um preponderante silêncio quebrado pelo rangido das desconfortáveis cadeiras ou caixotes de madeira, às vezes amaciada, no seu assento, por um travesseiro; das esticadas da coluna, pernas e mãos nos momentos de relaxamento do corpo ou de investidas deste último membro sobre as pernas no picar de algum pernilongo.

Junto a essa rotina o rádio podia lhes servir de companhia embalando-lhes com programas musicais e noticiários que serviam de condutores para um mundo além do seu. Mas, muitas vezes, em face do ruído do próprio trabalho mesclado ao da programação das “vozes da cidade” distribuídas pelos serviços de autofalantes, eram desligados.¹⁸³

Já a tarefa de amarrar bombas era considerada algo para ser executada no turno da noite. Isso se devia a alguns fatores como: a presença de toda a família no domicílio e principalmente dos homens como força motriz desse trabalho. De outra forma, como foi dito anteriormente, devido também a ausência de uma luminosidade mais potente do que aquela proporcionada pelo uso de candeeiros para o trato com atividades mais meticulosas como a de enrolar bombas.

Nesse período, geralmente, a sala de visitas, era a “oficina” escolhida pelo trabalhador para dar seqüência a sua jornada de trabalho. Ela era movida pela acomodação daquela gente e de seus peculiares instrumentos de trabalho.

Um pouco desse ambiente pode ser visualizado na imagem da sala de D. Dazinha:

¹⁸³ Por diversas vezes as Câmaras Municipais locais foram porta-vozes dos reclames do povo contra o volume extremado das bocas de autofalantes dispostas pelas ruas. Ata da 5ª sessão da Câmara Municipal de Nazaré, 28 de outubro de 1957, p.88.



Figura 10: Domicílio de D. Paulina Santana Santos: a sala como espaço de trabalho. Destaque para o cavalete e as bombas amarradas. [Fotografia de pesquisa - 4 de maio de 2008].



Figura 11: Em outro ângulo, o domicílio de D. Paulina Santana Santos: a sala como espaço de trabalho. Destaque para o esticamento das cordas de bombas. [Fotografia de pesquisa - 4 de maio de 2008].

Se a fotografia é o reflexo da relação que o fotógrafo tem com o pequeno orifício ou, em tempos digitalizados, com a tela de uma câmara fotográfica, esta fotografia captou justamente o que eu desejava mostrar: o

espaço, o instrumento de trabalho e a ação do trabalhador em alguns de seus momentos.¹⁸⁴ E por isso, de um lado, cavaletes revestidos com pregos sobrepostos de cordões encerados. Do outro, longas tiras de bombas, procuram se aproximar de como eram compostas as estações desse trabalho em outros tempos.

Na primeira fotografia, o cavalete aparece como um dos principais instrumentos para amarrar bombas a ser usado pelo trabalhador. Este instrumento era, muitas vezes, construído por ele mesmo ou emprestado pelo tendeiro. Neste instrumento, a amarração das bombas era conduzida por um ou dois trabalhadores. O movimento incessante de suas mãos sobre os cordões entrelaçados sobre pregos produzia um bailado de voltas, esticadas e nós sobre as bombas até o surgimento de longas tiras que se esparramavam pelo chão.

Quando não dispunham desse instrumento, os trabalhadores utilizavam um tronco pesado, o “cepo” ou o batente de madeira da própria janela de suas casas. Este último recurso era mais utilizado para o trabalho com bombas superiores ao número dez. Seu tamanho e rusticidade careciam de um maior apóio para que o trabalhador dispusesse ali sua força e não a deixasse folgada, ofuscando o seu controle de qualidade.

O ofício de cortar bombas executado também num dos cantos da sala começava com o gesto feito por D. Dazinha na segunda imagem: as esticadas das cordas das bombas produzidas no dia anterior para que o trabalhador pudesse manejar com precisão a faca entre elas. Este instrumento de trabalho era o único a ser usado nesse momento. Geralmente ele era revestido com pano a fim de evitar os famosos “pitongos” nas mãos. E, dependendo da intimidade do trabalhador com este ofício, ele poderia executá-lo sem ao menos olhar para o que estava fazendo enquanto o intenso repicar das bombas encerrava mais um trajeto do trabalho a domicílio.

D. Dazinha, desenvolve o ofício de trabalhadora domiciliar desde que Juvenal Moreira Tupinambá aparecera pela cidade de Muniz Ferreira e ainda mantém o costume de enrolar bombas durante o dia e amarrá-las, como mesma diz, “a boquinha da noite”. Durante a entrevista, ao cair de uma tarde ensolarada

¹⁸⁴ BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.21.

de domingo, ela manteve o seu rádio ligado na escuta de mais uma partida entre o Esporte Clube Bahia, seu time predileto e o Esporte Clube Vitória na disputa por mais um título, enquanto, sem interrupções, amarrava bombas de número quatro. Ela tinha um televisor à sua frente, mas, talvez pelo costume de outros tempos não desposá-lo nos momentos de trabalho, ela o mantinha sempre longe da tomada.

Um gesto diferente, por exemplo, da família de D. Glória e de D. Inácia que, no tempo da chegada da energia elétrica, costumava ligar este aparelho no momento do trabalho. A partir da década de 1950, a TV como um veículo de comunicação, se firmou também entre os trabalhadores como fio que os ligava a outros indivíduos dentro de suas casas e, conseqüentemente ao trabalho.¹⁹ Todos atraídos pelo aparelho, principalmente à noite, se enfileiravam em suas casas. Com o olho na tela, encontravam sempre algo para fazer. Para os que iam assistir TV, oferecer ajuda no trabalho, significava uma recompensa por terem assistido algum tipo de programa. Para os que eram ajudados, significava um adjutório importante na aceleração do trabalho.

Assistir TV a noite não atrapalhava o trabalho “porque a gente tava ali amarrando bomba e com o olho na novela. De dia não, que era enrolar bomba, ela atrapalhava, aí era o rádio”. Segundo esse depoimento, a televisão constituía-se, portanto, numa companhia, às vezes regulando os horários da noite. Muitas vezes se começava a amarrar bomba “na novela das seis” e encerrava na “novela das oito”. Outras vezes, ela se tornava uma presença a mais no momento do trabalho, pois: “a televisão ficava ligada porque a gente tava trabalhando. Tinha dia que a gente ia até dez, dez e meia, umas onze hora. Quando tinha mais bomba para amarrar, ficava mais.”²⁰ Em meio a tudo isso o trabalho era o grande regulador dos horários do descanso da família.

Talvez por as vezes não se envolver com material de risco, o trabalho domiciliar permitia, como o fez D. Dazinha, receber visitas enquanto trabalhava. Em outros momentos, a visita ultrapassava a conversa e a escuta e, como eu mesma fiz, no corpo a corpo dessa entrevista, incorporava-se à rotina daquele trabalho. Sendo assim, algumas pessoas que chegavam às suas casas,

¹⁹ Sobre o papel da televisão na vida da sociedade ver FILHO, Marcondes Ciro. Televisão: a vida pelo vídeo. São Paulo, Moderna, Coleção Polêmica, 1998.

²⁰ D. Glória, op.cit.

para visitá-los e percebiam movimentos constantes dos membros da família em torno do trabalho sentiam-se intimidadas em conversar com eles sem ao menos contribuírem um pouco no serviço. Esta mão de obra gratuita ajudava-lhes a “aumentar” o trabalho em meio ao prazer de uma conversa.

Muitas vezes o ambiente escolhido para amarrar ou cortar bombas era a varanda, o passeio ou o próprio terreiro das casas dos trabalhadores. Isso se dava mediante a necessidade de uma conciliação entre o apreciar de uma noite enluarada e conversa com algum ente querido. Desta forma, um simples par de pregos ao lado de um outro fincado num pequeno cavalete como exposto na primeira imagem acima, ainda segundo D. Glória, “era bom porque botava dois a três pregos, vinha outro menino já tava ali ajudano.”²⁴ Ou o empréstimo de uma pequena faca podia ser um convite para que alguém chegasse perto dele e introduzisse ali, não somente sua força de trabalho, mas a partilha de algum sentimento, já que os encontros com outras pessoas que não fossem do domicílio eram sempre adiados por conta do trabalho.

Além de todos os fatores apresentados, a evolução desse trabalho a domicílio dependia de diversos fatores: primeiro daquela conciliação vista anteriormente entre trabalhos domésticos e remunerado; em segundo lugar, da disponibilidade do material pelo tendeiro e, em terceiro, da própria sazonalidade da produção.

Chamar atenção desses aspectos e, sobretudo, do segundo como um dos fatores da evolução do trabalho a domicílio, é importante porque põe em xeque uma das vantagens do trabalho no espaço domiciliar: sua plena autonomia por parte do trabalhador.

Por mais que este fosse um processo natural proporcionado pela inserção do trabalho no seu próprio espaço, dentro do contexto exposto acima, seu ritmo de trabalho estava condicionado também as “regras do jogo” impostas no processo produtivo. Pois, segundo D. Glória, “tinha vez que faltava material aí quando chegava era uma bomba apressada grenada!”¹⁸⁵ A evolução ou retração do seu trabalho acabava dependente do gerenciamento da matéria-prima pelo tendeiro. Esta ação desencadeava um duplo processo: agressão ao ritmo do

²⁴ D. Glória, op.cit.

¹⁸⁵ Idem.

trabalhador e chance para a vivência do seu tempo doméstico. D. Filinha, por exemplo, “quando faltava cartolina ou coisa assim”, aproveitava para fazer renda e boneca para as crianças.¹⁸⁶ Problemáticas que se cruzam e trazem implicações no orçamento familiar a partir do planejamento do trabalhador e superposições de ritmos.

Mas esse ritmo também podia ser intensificado mediante os reclames mercadológicos subtendidos nos festejos juninos, campeonatos ou quaisquer outros. Nesses períodos, os trabalhadores necessitavam alongar ainda mais as suas jornadas de trabalho. Este era um momento em que o trabalhador aproveitava para aumentar os seus soldos, e, como consequência, elevar o índice do seu stress a ponto de reconhecerem: “Foi uma vida! Eu não sei como tô viva!”

187

Voltando a questão da autonomia do trabalho no próprio domicílio, pode-se dizer que, por outro lado, o contexto onde ele era recepcionado ajudava a pressionar as relações entre trabalhadores e fogueteiros no sentido de se tornarem mais distantes do que dos trabalhadores das tendas. Sendo o lugar do trabalho o seu próprio teto, sentiam-se com maior liberdade frente à produção e a fiscalização. Por vezes, quando, sentiam-se sutilmente vigiados no seu próprio espaço de trabalho, exerciam sua autoridade repreendendo até mesmo os fogueteiros: “Tu tá aí, disfarçando, pra ver se eu vou jogar material fora, é? Eu não vou não! Eu sou uma pessoa honesta!”¹⁸⁸

Experiências desse tipo marcaram a vida dos trabalhadores e de suas famílias no Recôncavo Sul a partir da sistematização da produção fogueteira conduzida por Juvenal Moreira Tupinambá. E, guardadas as suas especificidades, o trabalho a domicílio, a partir da especialização de uma mão-de-obra “disponível” feminina, ajudava para que o produto chegasse ao seu local de destino numa quase totalidade da sua execução, diminuindo possíveis custos num outro espaço. E, salvo as questões até aqui levantadas, este trabalho não era melhor nem pior do que o trabalho da tenda. Mas, enquanto se configurava como um grande justificador das virtudes femininas contribuía como estratégia de sobrevivência para muitas mulheres que, reféns de uma condição econômico,

¹⁸⁶ D. Filinha, op.cit.

¹⁸⁷ D. Glória, op.cit.

¹⁸⁸ Idem.

social e cultural de uma época, conseguiram estrategicamente conciliar trabalho doméstico e assalariado. E, sobretudo, funcionar como um canal para que o grande produtor, apropriando-se do tempo e do espaço do trabalhador, o convertesse em lucro.

OUTROS TRABALHADORES NA TENDA

Ao passo que a produção fogueteira foi sendo reorganizada no Recôncavo Sul, a imposição de uma nova dinâmica nas relações de tempo, espaço, ritmo e tantos outros elementos também foram notórios. Assim como no domicílio, a tenda enquanto parte integrante desse processo também sofreu suas sanções. Além do tendeiro, homens, mulheres e crianças, desvencilharam ritmo e relações interpessoais diferenciadas. E, através do manejo com novos artefatos, em especial da bomba chilena, puderam também experimentar, mudanças e permanências ao longo de seu devir.

Alegres, rápidos, sisudos, encantadores, brigões. D. Lina da Paixão, Bertinho de Viginha, Mira, Tonhe de Astério, Mário, Renato de Mariquinha, D. Nissu, Nem da Uva, Mané Cotó, Flávio Mota, Jão, Tonhe, Borote, Bel de Martin, Mundinho de Alfredo, Renato, Canela, Bine, Sequinha, Dário, Vei da Galinha, Miúda, Nativa, Di, irmão de Zelito, Zelito de Antonhe Bom, Fofa, Lúcio, Toinho e Gilson de Paco - Paco, Alexandre, Luís de Iaiá, Jai, Janilson, Senir, Rosa Preta, Santana, Xin e tantos outros trabalhadores. Um grande contingente de homens e mulheres que, sem nenhum vínculo empregatício garantido por lei, firmavam através de perguntas como: - “tem um prego lá pra mim” o início de um contrato de trabalho na tenda.¹⁸⁹

Mas, é preciso que se diga: estes indivíduos não se enquadravam num título genérico qualquer. Eram sujeitos “com um trabalho específico”:¹⁹⁰

¹⁸⁹ Tanto os trabalhadores como a expressão aspeada nesse parágrafo, foram encontrados nos diversos depoimentos coletados.

¹⁹⁰ Segundo Raphael Samuel é o debruçar-se do historiador sobre o estudo de uma história local e oral que permitem “o achado” de diversos sujeitos históricos e suas peculiaridades. In: SAMUEL, Raphael. "História Local e História Oral". Revista Brasileira de História, nº19, São Paulo: Marco Zero, 1990, p.219.

“amarrador”, “cortador” e “botador de bico” de bomba; “enchedor de roda”, “encerador de cordão” e tantos outros ofícios construídos a partir de uma opção pelo trabalho com materiais explosivos.

Alguns sujeitos chegaram a notificar esta opção. Ela foi dada em meio a diversas sensações como: desespero, medo, ansiedade, emancipação, entre outras visualizadas na performance de seus depoimentos. E muitos gestos a sublinharam: estalos dos dedos, balanço incessante das pernas, arrepios, sorrisos, voz aguda ou reticente; olhos arregalados, tristes, fechados, lacrimejados, perdidos ou resolutos. Através de qualquer um deles a opção pelo trabalho com fogos apareceu como o resultado da conjugação de diversos fatores que inflamavam a sua vida no corpo social.

Dona Lina, amarradeira de bomba da cidade de Muniz Ferreira, tratou dessa opção: ¹⁹¹

Mas o trabalho de casa eu não sei fazer que é enrolar bomba. Eu não sei fazer aí eu trabalhei na, no perigo porque arrumava mais dinheiro, num sabe? [...] porque na tenda nós recebe por semana e em casa, quando terminasse de enrolar aquela bomba toda e que entregasse, não tinha dinheiro [risos]. É, o negócio é esse: demorava [...] não tinha ôta coisa pra fazer, porque antes eu trabalhava em casa, costurava, lavava roupa de ganho, num dava pra sobreviver [...] na saúde do marido tudo isso eu fazia. O marido ficou daquela situação [doente mental], me abandonou. Logo ele ficou dependendo de mim. Aí tive que trabalhar na tenda pá arrumar o jeitinho, graças a Deus.

D. Lina já estava fora do trabalho da tenda e aposentada na época dessa entrevista. Os únicos fogos presentes em sua casa eram aqueles manejados por sua neta nas horas vagas de estudos: papéis e cartolinas para a confecção de bombas. Como não sabia lidar com esse trabalho [enrolação], sua ajuda era oferecida no momento da amarração e corte desses artefatos, ofícios bem próximos àquele desempenhado e visto por ela na finalização da bomba chilena.

O seu diálogo se baseia numa época em que, ir para tenda, “amarrar bico de bomba”, era uma forma de resolver a atormentada tríade econômica,

¹⁹¹ D. Maria Eulina da Paixão dos Santos [D. Lina], entrevistada em 7 de setembro de 1999.

social e pessoal que lhe acompanhava: a conquista de um soldo mais promissor, serviço adaptável a seu manejo e assumir o matriarcado familiar. Estas dimensões da vida com fogos, permitiam, de alguma forma, uma maior aceitação pela trabalhadora das condições de trabalho neste espaço e uma maior reação de investidas do produtor na ampliação da exploração em torno da sua organização.

Por outro lado, o seu depoimento também oferecia para a atualidade um cruzamento com alguns acontecimentos envolvendo estes artefatos. Ele distava alguns meses apenas do acidente que mencionei na introdução desse trabalho: o de 11 de dezembro de 1998 nos galpões de fogos na cidade de Santo Antônio de Jesus. Essa notificação é importante porque ajuda a entender a postura da depoente em diversos momentos do seu depoimento, sobretudo daqueles defensivos de toda a estrutura fogueteira na qual trabalhava.

Mesmo trabalhando num espaço denominado por ela mesma como “perigo”, em todos os momentos fez questão de se reportar a este trabalho como algo dado por Deus e os homens que os dirigiam, merecedores de desculpas por algum incidente nos espaços da sua produção.

Em todo o processo trabalhista nas tendas, as condições de trabalho proporcionadas a qualquer um de seus trabalhadores, era de chamar atenção. Em meio a longas jornadas de trabalho, estes indivíduos também experimentavam situações diversas. Fosse dentro de um clima de descontração geralmente embalado por um rádio, “os menino levava rádio, a gente ouvia, tudo alegre tudo dano risada. Se tinha notícia, aparecia ali e nós tava ouvindo. Dias que não levava, nós passava cantando”; ou, dentro de um clima de intrigas desencadeados por ciúmes em relação ao ritmo do trabalho de algum artesão: “brigava dizem que um amarrava mais do que o outro, óia, pegava uma briga danada”.¹⁹² Esses freqüentes desentendimentos muitas vezes também tinha raiz na idéia que cada um fazia do perigo no espaço da tenda. Aliás, algo tão constante entre os trabalhadores como o próprio trabalho. Para fazer qualquer tipo de fogos, o trabalhador expunha, por exemplo, suas mãos diretamente ao produto e mantinha seu corpo próximo a ele. O perigo era um dos companheiros mais imediatos desse trabalho. Eles lidam com o perigo a todo o momento, pois

¹⁹² Todas as expressões aspeadas do parágrafo são de D. Maria Eulina da Paixão Santos, [D. Lina] entrevistada em 7 de setembro de 1999.

têm constantemente um arsenal de pólvora pronta a espera de seu manejo ou que já foram manejadas sob as capas dos artefatos que fabricaram ali perto.

Junto a isso, em algumas oportunidades, situações tensas eram proporcionadas na tenda. A presença de galinhas era uma delas. Não podendo ciscar no seu interior por causa do atrito de suas unhas na pólvora, eram constantemente vigiadas. Quando apareciam, eram olhadas como verdadeiros monstros em miniatura e “tangidas” com uma dose extrema de paciência. A própria ação da natureza manifestada através de calor ou vento também proporcionava riscos aqueles trabalhadores. Um possível abafamento desse material inflamável e a mistura de qualquer grão a pólvora, causavam enormes estragos. Em outras oportunidades, até a farinha servida como merenda aos trabalhadores e deixada cair ao chão, oferecia risco. Enfim, qualquer atrito com a pólvora podia trazer a mutilação não só do corpo como também da alma do trabalhador.

Em meio a toda essa problemática do trabalho, a maioria dos artesãos preferia ir às tendas, especialmente nos tempos de verão, durante as primeiras horas do dia quando recebiam o frescor das madrugadas ou das manhãs no Recôncavo. Em horários alternados eles tomavam seus assentos e preenchiam aquele espaço. A predileção em “pegar” o trabalho cedo, se dava sob a condição de poder executar suas atividades com antecedência para que num turno oposto pudessem fazer outras atividades. Neste período, a "moleza" promovida por um calor de verão ou por terem despertado muito cedo, fazia-lhes sentir “preguiça”. O sono, um dos grandes perigos para um lugar coberto de pólvora e bombas prontas para explodirem, certamente dificultava o trabalho.¹⁹³

Mas, muitas vezes, necessitando vencê-lo,

O ritmo do sono, do sistema nervoso [eram] violentados para seguir os vetores desse tempo sem margens. O operário mergulha[va] na vertigem do tempo vazio em que sua vida se

¹⁹³ Para Edílson Almeida, uma das maiores causas de acidentes ainda hoje nas indústrias são as excessivas cargas horárias de trabalho desempenhadas pela maioria dos trabalhadores. ALMEIDA, Edílson. Terceirização: Uma epidemia de perdas de direitos trabalhistas. In DRUCK Graça e FRANCO Tânia et al (Orgs.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p.194.

decompunha para que o objeto da indústria se integre[asse] e se compunha.¹⁹⁴

No mais,

Uma hora da manhã nós saía: cumade Rosa, todo mundo saía uma hora da manhã. Eu ficava daqui olhando na hora que eu chegasse ali na estrada e olhasse a luz lá, [na tenda] é que todo mundo estava lá. Até que um dia enfrentei um ladrão, invés de eu correr, foi o ladrão que correu de mim [risos] Evem aquele carro naquela violência horrível e eu fiquei assim um pouquinho, daqui a pouco, quando ele entrou na avenida [...] ôta vez iam roubar um bujão, quando viram a zuada cá nossa na tenda, esses home correram e filizmente os ladrão corre da gente. E vinha trabalhano, lutano mermo, graças a Deus!¹⁹⁵

O ingresso no trabalho descrito por D. Lina era o tempo em que a cidade “dormia” e que a sua vida tem início. A tenda previamente iluminada, funcionava como uma espécie de relógio ou “apito de uma fábrica” a sinalizar o início do trabalho.¹⁹⁶ E, o lugar em que residia tornava-se um espaço legitimado em cada canto por suas reminiscências.

Para reconstruir o seu passado ela se utilizava de vários “pontos de referência”, convidando, suas raízes sócio-culturais a se locupletarem com a dimensão histórica do seu trabalho.¹⁹⁷ Mais do que algo projetado, o espaço foi vivenciado pela trabalhadora, durante os trinta anos que esteve ao lado da produção fogueteira na tenda, através de suas caminhadas pela cidade.¹⁹⁸ A exposição a algumas situações de risco nesse percurso ou no próprio local de trabalho, dá um exemplo das outras dificuldades vividas por estes trabalhadores. Enquanto todos dormiam, a luz acesa e o mover incessante dos seus instrumentos de trabalho eram as únicas companhias daquela gente. Muitas vezes, por estarem ali altas horas da noite, amedrontavam algumas pessoas por se constituírem testemunhas do sono intranquilo da cidade.

¹⁹⁴ BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 417.

¹⁹⁵ D. Maria Eulina, op. cit.

¹⁹⁶ Esse é o contexto de uma canção de Noel Rosa intitulada Três apitos.

¹⁹⁷ MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995, p.31.

¹⁹⁸ Para Certeau, os espaços sociais não são dados aos homens, mas criados a partir da sua própria interferência neles. In: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Ephraim Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p.169-172.

A presença de amigos ajudava a diminuir algumas intempéries desse caminho. Residindo mais distante da tenda, na chamada “Rua do Sapo”, na cidade de Muniz Ferreira, D. Lina e seus companheiros não contavam, àquela altura, com energia elétrica e por isso, enfrentavam uma “escuridão horrível”! Lanternas e candeeiros se constituíam como faróis a iluminar sapos e poças que insistiam em driblar seus pés. Talvez por ser de um lado entrecortada pelo Rio Jaguaripe, do outro, por um riacho, ambos propícios à lavagem de roupas, pratos e tomada de banhos por todos daquele e de outros locais, estas situações fossem sempre freqüentes.

Por outro lado, estas luzes ajudavam a firmar também os passos de quem tinha algum problema de locomoção. D. Lina mesma se apresentava dentro deste quadro. No passado, tivera um de seus joelhos ironicamente contundido: carregando uma bacia de roupa sobre a cabeça, do rio para sua casa, ouvira uma forte explosão ocasionada por uma tenda de fogos a mais ou menos dois quilômetros de onde morava. Assustada, foi ao chão batendo-o numa pedra.

No local de trabalho, as tendas eram, portanto, abertas pelo trabalhador com as “chaves” de complexas relações firmadas com o próprio espaço e com o ritmo condicionado pelo ganho da sua produção. E, independente do sexo ou da idade, seu tempo era movido por extensas jornadas de trabalho e por uma lógica comum aos trabalhadores: “quanto mais fizessem, mais ganhavam”.

Nesse processo os trabalhadores então terceirizavam sua mão-de-obra tendo como bandeira a luta pela sobrevivência. Por ali, eles eram assistidos pelo tendeiro na entrega do material e demais ações desencadeadas pelo processo produtivo. Enveredando por um dia inteiro de trabalho ou turnos alternados, os trabalhadores do Salto do Bode, por exemplo, segundo S. Moreira, produziam, no caso da bomba chilena, “uma média de oitenta milero por dia, [totalizando entre as tendas], uma média de trezentos a quinhentos milheiros de bomba por semana.”¹⁹⁹

Todo esse processo era dado dentro de uma divisão social do trabalho. Mas, dependendo da astúcia de seus trabalhadores, a forma de trabalhar discrepava bastante de uma tenda para outra. E, através de um trabalho

¹⁹⁹ S. Moreira, op. cit.

seriado, era possível visualizar como eles se distanciavam, se atraíam ou se submetiam em suas relações.

Tinha as enchedeiras: elas enchiam [a bomba] na mão, fazia um punhado na mão e punha no tabuleiro e ali distribuía pros seus amarradores. Elas ganhavam por quantidade, por exemplo: você era uma enchedeira, era paga pra encher, aí você tinha três, quatro que amarrava bomba pra você. Aí vamo supor: aqueles três, quatro, amarravam cento e cinqüenta milero de bomba, então o tendeiro, o dono da tenda, pagava pela quantidade que ela enchia. Então as enchedeiras eram assim: tinha enchedeira esperta que pegava amarradores que amarravam bastante bomba.²⁰⁰

Um pouco da arte de narrar certamente está com Bertinho. Ele contou essa e outras histórias guiando-se por uma organização mnemônica de sua memória. Em todo o momento, os fatos pareciam se esquematizar sobre a mesa através da manipulação constante de objetos que estavam à sua frente ou atrito das próprias mãos sobre ela.²⁰¹ Sem titubear, tecia-os cronologicamente, pontuando-os e dando emoção a cada um deles sem perder a tônica do que os envolvia.

Num espaço a parte de sua própria casa, Bertinho revestiu uma pequena mesa com vaso de flores, toalha branca, duas cadeiras e uma pequena Bíblia que dizia sempre buscar, durante o seu cotidiano, para a leitura do Livro dos Salmos. E, junto a janela desse ambiente, me convidou a sentar e a sentir a beleza de um outro cenário oferecido pela natureza: uma linda manhã de vinte de junho marcada por uma paisagem verde e constantemente temperada por um clima descrito no Recôncavo como “sol e chuva: casamento da coruja”. Pela imagem serena da fazenda, casa – grande e engenho pertencentes à família do falecido Dr. Plínio, entrecortadas pelo desfilar murmurante do Rio Jaguaripe. As flechas das canas balançando ao longe por um vento leve, faziam Bertinho lembrar de uma época em que, se utilizando desses artefatos, papel crepom, papel lustre e goma, “a mãe da gente fazia aquelas fogueirinhas e botava na mesa para a festa de São João”.

²⁰⁰ Bartolomeu Ramos Lima [Bertinho] entrevistado em 20 de junho de 2007.

²⁰¹ Sobre os fenômenos e técnicas utilizadas pela memória ao longo dos tempos históricos, ver: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 419 - 471.

No mais, este colaborador aparentava tranquilidade, sentimento de importância e felicidade para contar uma história através da sua entrevista. Dentro de todo esse preparo, a narrativa se apresentava como um momento especial e por isso, precisava de fineza no seu trato. O aconchego do ambiente e o preparo deste narrador se faziam indispensáveis para a leveza e autenticidade de sua entrevista. Pois, mesmo presente fisicamente, ele não estava junto a mim, “em sua atualidade viva”. Suas reminiscências o transportavam para um passado que se intercambiavam constantemente com o presente.²⁰²

Certamente, a experiência com tantos outros contadores de história, ao longo de sua existência, também contribuíram para a construção da sua qualidade de “narrador”. Durante toda a entrevista ele trouxe momentos seus com diversos deles. Lembrou-se de seu pai: um lavrador, amante dos livros, escrevedor das cartas de pessoas da comunidade e contador também de muitas histórias. Da existência de uma senhora cega e em tenra idade, Vanges a quem todos adjetivavam carinhosamente “Tia Vanges”. Em noites enluaradas ela costumava colocar crianças na esteira e os adultos ao seu redor para narrar algumas histórias.

Fundamentado por toda essa trajetória, ele apresentou, então, um lado amplo das relações trabalhistas no processo da produção fogueteira nas tendas. Elas não se encerravam no vínculo empregatício entre o trabalhador e o tendeiro, mas iam além do tendeiro com o trabalhador e deste com seus parceiros. Um processo em que a remuneração necessitava ser negociada a partir de um traquejo na escolha de seus pares mediante a um ritmo que atendesse as expectativas do lucro.

Neste lugar do trabalho, homens e mulheres apareceram, portanto, subdivididos conforme suas “espertezas”. Havia através delas uma forma de conversão da força do trabalho alheio a seu favor. Sem talvez entender, este gesto, o trabalhador acabava legitimando um processo indireto de “quarteirização” das relações desse labor. Se as enchedeiras já se encontravam distantes da razão social do trabalho mediante a relação terceirizada com o tendeiro, os amarradores submetidos a subcontratação desta artesã, ficavam

²⁰² Tomo aqui como referência os conceitos que Walter Benjamim tece sobre a figura de um narrador. In: BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994 [obras escolhidas; v.1], p.197.

ainda mais descobertos de qualquer formalidade desencadeada nesse processo produtivo.²⁰³

Outros exemplos da divisão social do trabalho, na tenda, também pode ser visto através do labor desempenhado por D. Lina:²⁰⁴

Na tenda trabalhava muita gente. Muita gente. Trabalhava mais mulé, mas trabalhava home também. Mulé e home. O trabalho de póva era lá dos home. Era dois: um pra fazer a póva, ôto pra encher as roda. As mulé batia o cordão, encerava tudo direitinho e tal ai nós começava a amarrar bomba, num sabe? Botano ali: [imita o som] e vamo nó, vamo nó [risos].

Não resta dúvida: a tenda era um espaço composto pelo fervilhar de homens e mulheres. Ao tratar, contudo, sobre o assentamento da mão de obra “fogueteira” no seu espaço de trabalho, D. Lina, ao contrário de Bertinho, deixou claro a prevalência do sexo feminino na condução de todo o seu processo. Mas, de acordo com as fontes obtidas, esta não era uma marca da divisão social do trabalho presente em todas elas.

Na verdade, a maioria das estatísticas apresentadas pelos tendeiros sobre o número dos sexos masculino e feminino nestes espaços sempre foram dadas através de diversas expressões como os “minino”, os “trabalhadores” ou “o pessoal da tenda”. Com base nelas se pode afirmar que o trabalho desenvolvido neste espaço por uma maioria de homens ou mulheres, variou de depoente para depoente. Alguns diziam que ela era ocupada mais pelos homens e outros, como um lugar em que trabalhava “homem e mulher, tudo misturado”. Atualmente, no momento do registro desse trabalho por fotografia numa das tendas, foi possível flagrá-los em quantidades compatíveis.

205

²⁰³ Sobre a perda da razão social do trabalho mediante seus processos de terceirização e quarteirização, ver: BOAVENTURA, José. Experiências com a terceirização. In DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia et al [Orgs.], op.cit., p.199.

²⁰⁴ D. Lina, op.cit.

²⁰⁵ Faço referência aqui a tenda produtora de chavinha e cobrinha de S. Flávio Mota próxima ao Projeto Fenix na Br 001 pertencente a cidade de Santo Antonio de Jesus. Pela nova exigência do Exército, as tendas são formadas por núcleos e por isso os trabalhadores estiveram compartimentados, sendo difícil, portanto, a demonstração deles num só lugar através da fotografia referida acima.

Talvez a imprecisão desta estimativa fosse pautada no quadro de relação que os próprios trabalhadores tinham com a sistematização do trabalho neste espaço. Muitos deles ficavam vários dias sem ir à tenda em que tinham começado algum tipo de serviço, retornando dias ou meses depois para ela.

Esta “quebra” de ponto do serviço, às vezes era dada mediante a não disponibilidade de material para dar continuidade a seus serviços no decorrer de alguma semana, pela vontade de juntar-se a outros companheiros em outras tendas; ou, simplesmente, pela ausência de um contrato empregatício legal, sentirem-se livres para transitarem como quisessem no universo desse trabalho. Esta situação, certamente colaborava para que o tendeiro e os próprios trabalhadores não tivessem uma estimativa real do número desses sujeitos na tenda, levando-lhe a fazer uma análise sorrateira de suas presenças.

Contudo, essa transitoriedade do trabalhador na tenda, não quer dizer ausência de fiscalização no devir do seu trabalho. Frequentemente eram vigiados pelos tendeiros por qualquer gesto que denegrisse a imagem dos demais trabalhadores, inclusive daqueles pertencentes a sua família e pelo uso de qualquer objeto que trouxesse perigo a tenda. E, ainda que fosse uma vigilância esporádica, ela também era realizada pelo próprio Tupinambá quando conferia anéis, pulseiras, correntes, corte das unhas e tantos outros indícios de perigo carregados pelos trabalhadores. Alguns depoentes lembraram que, muitas mulheres, preocupadas em conservar suas unhas compridas, se “esbandeiravam” quintal a fora para se resguardar dessa revista.

Esta presença do grande produtor entre os trabalhadores no espaço da tenda marcava o que Robson Santana chamou de autonomia controlada da parte de um contratante sobre os terceirizados. Levando-se em conta essa organização da produção de fogos de artifício, os tendeiros eram os chefes imediatos desses trabalhadores. No entanto, Tupinambá aparece como a legitimação do poder de um contratador sobre os contratantes. Apesar de não ter ligação direta com os trabalhadores da tenda, exige deles o cumprimento de regras como se fossem contratados diretos da Fábrica Tupy. Pois, mesmo que custos e obrigações fossem entregues ao tendeiro no processo de terceirização

do trabalho, certamente um acidente traria custos materiais e, sobretudo, danos humanos e morais irreparáveis.²⁰⁶

Conduzido por homens e mulheres, o que se sabe é que o processo de finalização da bomba chilena exposto por D. Lina, ia além dos nós que sorridentemente dizia dar nelas. Sua produção ainda passava por diversas etapas e trabalhadores. Era preciso preencher os tabuleiros com as caixas fabricadas no domicílio, enchê-las de pólvora de acordo com a medida que lhe era cabível, amarrar os palitos previamente escorvados junto a pólvora e cortar as cordas de bombas produzidas no momento da sua amarração.

Mas, devido a um processo de aceleração da produção reclamado pelo próprio sistema capitalista, tanto esse tipo de trabalho como seus utensílios, aos poucos foram sofrendo algumas adaptações.

Bertinho fala melhor como isso se deu:²⁰⁷

A forma de encher é a mesma: enchia com a palheta depois da palheta, tem um outro processo: a ruma de pólvora tá aqui [...] perdeu-se a palheta. Ela foi exonerada e veio pegando a caixinha e fazendo isso oh, oh [gesto de como se fazia] Aqui não tá uma ruminha de pólvora? Aí faz isso oh, com a mão. Vai enchendo uma a uma. Enchendo os punhados e pondo no mesmo tabuleiro dentro das caixinhas de bomba. [...] A palheta era um pedacinho de palheta de bambu. Fazia como uma colherzinha de chá, aí você tinha certinho. A palheta perdeu.

Tanto no desenvolvimento do trabalho trazido por Bertinho como por D. Lina, a lida com fogos de artifício era conduzida pela separação das bancas de homens e mulheres, o material e os utensílios a serem utilizados no desempenho de seus ofícios. No tempo pautado por esse discurso, mulheres com um ofício próprio, “enchedeiras” se encontram sobre suas bancadas dispondo de caixas de bomba, tabuleiro e pequenas quantidades de pólvora, “ruminhas”, constantemente guarnecidas sobre um papel por quem fazia a pólvora. Por outro lado, elas também estão convivendo com as tensões do seu trabalho. Antigos instrumentos como a palheta, usada para encher as caixas de

²⁰⁶ SANTANA, Robson. Práticas de terceirização nas empresas industriais. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia et al [Orgs.], op.cit. p.199.

²⁰⁷ Bertinho, op.cit.

bomba, são intrigantemente substituídas por um instrumento que lhes ofereceria mais perigo do que o anterior: suas próprias mãos.

A palheta era um tipo de medida da pólvora no preparo da bomba de cordão. Ela era feita da própria taboca encontrada na mata e lapidada conforme o grama que o fogueteiro desejava para cada tipo de fogos.

Não havendo, contudo, no depoimento de Bertinho um exato momento em que esse instrumento teria sido deixado de lado pelas enchedeiras, talvez se possa dizer que sua exoneração esteja fundada na própria precarização das relações de trabalho vivenciadas pela trabalhadora. A repetição desmedida do enchimento da palheta versus caixa de bomba, certamente, produzia no trabalhador um stress físico e mental sem conta. Uma alienação e condicionamento ímpares de seus movimentos. Ou, a imposição de um ritmo cada vez mais intenso para atender as expectativas mercadológicas fez com que a trabalhadora, inconscientemente, liquidasse um movimento que precisava ser repetido tantas fossem as bombas produzidas.

D. Lina não deixou claro como se enchia as caixas de bomba na sua tenda, mas, possivelmente, elas estariam dentro desse mesmo processo colocado por Bertinho. Ao invés da acomodação das caixas de bomba para a recepção da pólvora pelo trabalhador com o tabuleiro, a depoente trouxe o uso da roda pelos trabalhadores. Este é um instrumento de trabalho evoluído do tabuleiro e do qual Bertinho ainda se remeteu após o diálogo anterior:²⁰⁸

Veio a roda pra bomba um e dois que tinha na época. A bomba quatro, a bomba seis também foi pra roda, mas a bomba dez, não. Hoje a bomba dez ainda tem uma quantidade, uma palheta que é uma quantidade de pólvora que ela não pode ser assim alheatoriamente pra você fazer isso porque não vai ser a quantidade de pólvora certa.

O uso da roda não significou um total abandono do tabuleiro. Junto dele esse novo instrumento permitia mais apoio para o enchimento das caixas de bomba e conseqüentes ganhos de tempo e material para as partes envolvidas no trabalho da tenda.

²⁰⁸ Bertinho, op.cit.



Figura 13 – A roda
[Fotografia de pesquisa, 2008].

Por ser uma espécie de haste quadrada e fechada ao fundo, o instrumento anterior não permitia uma aderência entre as caixas de bombas. Lado a lado, estes artefatos careciam de serem preenchidos pelas enchadeiras, além de ficarem vulneráveis ao desprendimento e derrame da pólvora.

A junção da roda ao tabuleiro trouxe também uma divisão mais seriada da confecção da bomba chilena. Ao invés de seguirem para as tendas após serem amarradas no domicílio, as caixas de bomba, através da condução do tendeiro, seguiam para outros domicílios. Lá eram “enchidas”, “apertadas” e “desentupidas” neste cilindro pelos trabalhadores.

Na tenda, ao invés de encher as caixas, uma a uma com pólvora, o tendeiro ou pessoa de sua confiança, passa as enchê-las de uma só vez mergulhando a roda completamente preenchida das caixas de bomba sobre a “raque, peça oval com cabo de madeira” cheia de pólvora e virando-a em seguida, permitia o enchimento desse material nas caixas.²⁰⁹

Este uso desregrado da pólvora nas bombas, concorria para uma banalização da medida da pólvora. Nesse sentido, o trabalhador ficava cada vez mais exposto, como costumavam qualificar a tenda, a um “barril de pólvora”. E o

²⁰⁹ Sobre “Os processos específicos de alguns tipos de fogos” no Recôncavo Sul, ver: LIMA, Evanice Ramos. O léxico dos trabalhadores na produção artesanal de fogos em Muniz Ferreira – BA. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística [Área Linguística Histórica] da UFBA. Salvador – BA, p.38.

consumidor conseqüentemente também era convidado a participar desse risco, pois poderiam comprar uma bomba de qualquer numeração, com uma carga de explosivos superior ao que lhe era permitido.

Finalmente, as etapas descritas anteriormente por D. Lina como “vamo nó, vamo nó” se dará após toda a execução explicitada acima. Assim como ainda pouco vimos D. Dazinha se servindo de um cavalete para amarrar bomba em sua sala, na tenda, os trabalhadores também desvencilhavam de um momento parecido a aquele. Ao invés de cavaletes, na maioria das vezes, contavam com pregos enfiados e encerados de cordão em cada lado das bancadas dispostas para o trabalho. Tendo as caixas cheias de pólvora e palitos previamente escorvados como os flagrados nas extremidades da imagem da página anterior, junto a roda, eles se preparavam para de fato finalizarem a bomba.

Em meio a tantos outros, este era um momento em que o trabalhador construía o perigo e o tinha em toda a extensão daquele espaço. Isso fica mais difícil de ser entendido quando pensamos que, além dos adultos, crianças formaram um contingente considerável de trabalhadores das tendas no Recôncavo Sul.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES CINZENTOS NAS *TENDAS

Além da presença de homens e mulheres nas “tendas”, também foi registrada pela memória dos depoentes, a presença de crianças e adolescentes neste espaço. Eles eram filhos dos tendeiros, dos demais trabalhadores ou de pessoas não relacionadas a estes. Artesãos mirins que, como adultos precoces, eram aproveitados nas várias etapas da produção fogueteira.

A partir de uma análise da documentação oral e escrita, arquivada durante a trajetória dessa pesquisa, talvez se possa afirmar: a fixação desses menores às atividades com fogos de artifício nestes espaços, se deu, em grande

* O termo tendas aqui se refere tanto aos domicílios quanto as tendas propriamente ditas. Entretanto, para que o leitor não tenha dificuldade em distingui-las no texto, foram conservadas com o termo que lhes são próprios: domicílio e tenda.

parte, sob a égide da regulação dos seus comportamentos familiares ou sociais e, sobretudo, de se ter uma mão de obra rentável para o provimento familiar.

Algumas incursões aos jornais do período em estudo, e talvez possamos compreender um pouco da regulação sofrida pelos menores no espaço social. Nessa época, os jornalistas já apontavam uma crise “social e moral” sofrida por grande parte do Recôncavo Sul. Entre outras coisas, ela tinha como precedente, a presença auspiciosa de jogos clandestinos e, principalmente, do jogo de bicho.

No ano de 1959, a Câmara Municipal de Nazaré solicitava “união contra a corrupção indecorosa, visto em visitas às casas de jogo da cidade, nela encontrar na sua maioria crianças.”²¹⁰

De outra forma, o Jornal O Alvitre dessa mesma cidade, através da coluna “Vendo, ouvindo e anotando clube de mães”, ainda chamava a atenção para esse quadro:

“Não é possível que continuemos a assistir menores debruçados nas bancas de jogo, metidos em ‘catuas’ ou empenhando um talão de ‘bicho’, quando o lugar onde deveriam estar era na escola ou em uma oficina qualquer, aprendendo um ofício que pudesse, no futuro, transformá-los em cidadãos úteis à pátria.”²¹¹

Frente a isso, todos eram convidados a olhar, melancolicamente, “para o drama presente e pensar o futuro de seus filhos [...]”.²¹²

Àquela altura o poder público parecia ouvir esses clamores produzidos pela imprensa para uma assistência ao menor. No ano de 1957, o Prefeito da cidade de Nazaré, Viriato Corrêa, destinou um auxílio de \$ 10.000,00²¹³ para a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância desta mesma cidade. E em 1960, \$ 5.0000,00²¹⁴ para uma outra do seu segundo distrito, o Onha. Soldos módicos quando comparados àqueles dedicados mensalmente ao setor particular de educação como o Educandário de Nazaré, que, também, no

²¹⁰ Ata da Câmara Municipal de Nazaré, 29 de maio de 1959, f.79.

²¹¹ Jornal O Alvitre, Nazaré, 26 de dezembro de 1954, f.4.

²¹² Jornal O Grito, Nazaré, 14 de maio de 1953, f.1.

²¹³ Ata da Câmara Municipal de Nazaré, de 28 de outubro de 1957, f. 90.

²¹⁴ Portaria expedida pelo Prefeito da cidade de Nazaré Viriato Corrêa em 25 de novembro de 1960, Arquivo Público de Nazaré, nº 18/59, fl. 97.

ano de 1957, recebera, do mesmo prefeito, um auxílio de 15.000,00 para ajudar em seus provimentos.²¹⁵

Despertando ou não algum resultado social, o que se pode dizer destas associações está vinculada à quantidade de informação obtida nos documentos encontrados. E, até onde foi possível examiná-los, elas não passaram de uma prestação de serviços sociais. Um programa assistencialista desvinculado de qualquer problemática que respondesse aos reclames expostos até aqui.

Por outro lado, a família também se imbuía no esforço de ajudar essas crianças. O trabalho com fogos no domicílio ou na tenda podia muitas vezes servir como um freio para aqueles menores persuadidos a desfrutar da marginalização apresentada pelas ruas.

Contagiadas por todo esse clima social, muitas mães, sobretudo, as que trabalhavam na tenda, preferiam levar seus filhos para seu espaço de trabalho a ter que deixá-los sob os cuidados de vizinhos ou sozinhos em suas casas. E assim, mulheres como D. Nissu, ex – contadora da Fábrica de Fogos Tupy em Nazaré, assumia: “Quando ele [seu filho] vinha do colégio, se é de tá na rua [ela] botava pra trabalhar” junto dela na tenda.²¹⁶

Aliás, esta forma de retirar as crianças das ruas a partir de sua absorção pelo trabalho, já fora sublinhada por alguns historiadores.

Segundo Vera Lúcia Braga de Moura, “O trabalho em estabelecimentos particulares era uma das formas de absorver o menor que perambulava pelas ruas, a criança escrava ou mesmo a solução para criança pobre que tinha família.”²¹⁷

O autor Walter Fraga Filho, também assinalou que para os meninos vadios, moleques e peraltas que viviam neste espaço, “Ao Estado cumpria assumir a implementação de medidas para a formação de homens amestrados para o trabalho”, através da formação do seu caráter.²¹⁸

²¹⁵ Ata da Câmara Municipal de Nazaré, de 28 de outubro de 1957, f. 90.

²¹⁶ Adelice Santos [D. Nissu], entrevistada em 26 de março de 2008.

²¹⁷ MOURA, Braga Lúcia Vera. Pequenos aprendizes: assistência a infância desvalida em Pernambuco no século XIX. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, p.124-125, 2003.

²¹⁸ FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. Salvador: Hucitec – Edufba, p. 127 e 128.

Com base nos documentos orais, a idéia de retirar o menor da rua através da fixação ao trabalho com explosivos foi mais destacada pelos pais que trabalhavam na tenda do que no domicílio. Mesmo entendendo que a disciplina fosse uma das bases fundamentais para ligar o menor às atividades com fogos, ela mudava de acordo com as necessidades temporais e espaciais que a sua família tinha com o universo do trabalho. Pois, ao contrário dos filhos daqueles trabalhadores da tenda, as crianças que trabalhavam no domicílio, eram por natureza candidatas potenciais à sua incorporação. De alguma forma eram mais assistidos pela família e por isso, dificilmente tinham permissão para saírem.

Ainda assim: diferente das crianças que trabalhavam nos seus próprios domicílios, aquelas que trabalhavam nas tendas, mesmo não aproveitando do “conforto” dos seus lares durante o dia, acabavam tendo mais liberdade do que as primeiras, “podendo” escolher o tempo de trabalhar e o de brincar.

Exemplo disso está presente na diferença do comportamento de Nem e uma de suas amigas neste diálogo: ²¹⁹

Quando era pequena, brincava. [...] Para a gente poder sair tinha que ajudar Zizi marrar duas latas de bomba que a mãe dela botava pra amarrar, depois agente corria esse Muniz Ferreira dento de um segundo. [...] Se a mãe dela dissesse: - é duas lata! Era duas lata mesmo que a gente ajudava ela a amarrar para poder sair.

Por outro lado, quando o trabalho desenvolvido por crianças na tenda era controlado por seus próprios pais, sofria, como a amiga da depoente acima, os mesmos efeitos da personificação sutil do tempo de fabricação dos fogos. Pois, eram conduzidos segundo uma rígida disciplina e gestos extremados à rotina de trabalho:

Eles não tinha direito de brincar não, menina! O pai chegava, tomava as gude deles, e tomava badogue, cortava. Eu ficava com uma pena! Ele pegava o badogue dos menino e cortava tudo: [e dizia] ali, ó, vombora tudo trabalhando. Encher o palito! Já enfiaram o palito? Ai eles disseram, baixaram a cabeça. ²²⁰

²¹⁹ Maria das Neves [Nem], entrevistada em 17 de setembro de 1999.

²²⁰ Inácia Rosa dos Santos Almeida [D. Inacinha], entrevistada em 7 de setembro de 1999.

Constituindo-se o que Foucault chama ainda de poder múltiplo, automático e anônimo, esse poder disciplinar, através da vigilância hierarquizada também se dava de uma forma circular.²²¹ Ele podia partir até mesmo dos próprios filhos. Não tendo o direito de brincar, por conta de qualquer fugida no momento do trabalho, um irmão poderia repreendê-lo com voz adulta e apressada. Esta ação tomava para si a responsabilidade da sobrevivência, constituindo-se em fiscais permanentemente fiscalizados: “ôh mainha, fulano tá vadiano, oia!”²²² Analisarei mais a frente a penúltima expressão.

Mas é preciso também que se diga: nem sempre as crianças tinham esta mesma reação. Algumas vezes resistiam à imposição do trabalho. Como ainda dizia D. Incinha a cerca de seus filhos na tenda, “era só facilitar e eles se danavam”.

O início do trabalho infantil no domicílio se dava quando, bastando mostrar alguma coordenação motora, como dizia D. Incinha, “com a idade de cinco anos, [já era tempo de dar] dez tabelas a cada um dos filhos”.²²³ Ou, estarem “mais espertinhos”, para também encerarem cordões, amarrarem e cortarem bombas.

A primeira tarefa citada pela depoente, faz jus a uma das atividades incorporadas ao domicílio ao longo do processo produtivo sistematizado por Juvenal Moreira Tupinambá. Quando os palitos responsáveis pelo “estopim” da bomba chilena, ao invés de serem disponibilizados aos tendeiros já escorvados, passaram a ser produzidos na própria tenda, demandou uma nova etapa do seu processo produtivo: a “enfiação de tabelas”.

Imbuídas pela idéia de angariarem algum soldo para suas rendas familiares, muitas pessoas, como comumente se fala no Recôncavo Sul, passaram a procurar, na mão do tendeiro, “tabela [ou palito] pra enfiar”. Nesse processo, caixas de papelão amontoadas de palitos e diversos pedaços de borracha perfurados do início ao fim, também foram introduzidos nos seus domicílios como um trabalho a ser vencido.

²²¹ Idem

²²² Idem.

²²³ D. Incinha, op.cit.

À priori, ele era feito por todos da casa, mas, na maioria das vezes, era tomada concomitante a outros artefatos, para ser lidado por crianças. E por isso, numa expressão de suas próprias mães, era possível flagrá-las “sentadinhas” no chão de pernas esticadas e com o trabalho sobre seus colos. Aos poucos, sob o rubor da ponta de seus pequenos dedos, a geometria traçada nas tabelas se definida.

Quando a televisão se fez uma realidade nos lares dos trabalhadores ou no de seus vizinhos, "Ali botava os palito pra enfiar e eles ficava intistido [entretidos] na televisão. [...] Aí juntava: a gente botava a esteira e quando via tava todo mundo dormindo".²²⁴

Estes ofícios desempenhados por menores no domicílio, podiam servir como “ensaios” para a ascensão da sua carreira de trabalhador no universo fogueteiro. Pois, crescendo, sob o teto desses ensinamentos, as crianças tornavam-se adolescentes. Para alguns deles, principalmente os meninos na idade de quinze anos, já se fazia tempo propício para procurarem “um trabalho” fora de casa e, comumente, enveredarem no trabalho das tendas. Voltarei em breve a este assunto.

Mas, se pensarmos ainda nas crônicas dirigidas as crianças através dos jornais da região, sobretudo no mês de outubro, em que se celebra o seu mês no calendário nacional, tanto o domicílio quanto a tenda propriamente dita, não eram espaços moralmente pensados para elas. Ela contrariava os cuidados que a sociedade, pelo menos no pensamento de seus ilustrados, deveria lhes oferecer nesta época.

Numa primeira folha do Jornal o Paládio circulado por toda a região, o jornalista Oswaldo Freitas chamava atenção para o que de fato deveria ser feito com os menores do Brasil: era “necessário cuidar da alma e do caráter da infância”, através de elementos que fundamentassem a sua educação, ajuste familiar e religião.²²⁵

Na tenda, sobretudo, elas compunham uma outra imagem dessa possível realidade: eram miniaturas maquiadas pela cor cinza da pólvora sob

²²⁴ Idem.

²²⁵ Jornal O Paládio. Santo Antônio de Jesus, 8 de outubro de 1948, f.1. Sobre a construção da imagem histórica dos sujeitos sociais ver: Burke, Peter. A fabricação de um rei: a construção da imagem pública de Luís IV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

traços de idades que lhes permitia debruçar sobre a infância através de brincadeiras e experimentos próprios dessa fase, mas com uma responsabilidade que as ultrapassavam, como sublinha Nem: “Onze anos, doze anos, sempre marrei bico [...] corria várias tendas”.²²⁶

Em se pensando na estrutura física que dizia ter nesta época e na sua idade, custa crer a jornada de trabalho desenvolvida por Maria das Neves, conhecida popularmente como Nem, vista ainda pouco ajudando sua amiga Zizi no trabalho de seu domicílio. Mas esta era a opção que lhe restava frente a pouca condição financeira de sua família. Embora tivesse onze anos, procurou resolver a limitação desta idade a partir da seguinte expressão: “era magrinha, mas era altinha”. Sua altura se configurava como uma identidade, um passaporte para a entrada no mundo do trabalho.

Aliás, estar “com uns dez anos”, “uns oito pra dez anos”, estar “grande”, “dono de si”, “espertinho” ou também “já estar indo para o colégio”, foram expressões apresentadas pelos trabalhadores, além da revelada por Nem, responsáveis para o ingresso de um menor na tenda.

E com estas “idades”, a jornada de trabalho desempenhado por eles neste espaço,

[...] Ah, começava de manhã: quá, cedo!! Quatro, ou cinco ou seis da manhã e amanhecia o dia. Amanhecia: marrava bomba a noite toda. Amanhecia o dia aí, ia em casa: cinco, seis horas, tomava um banho, tomava um café, voltava [...] No tempo de São João mesmo, a gente varava o dia e a noite na tenda.²²⁷

Bertinho, por exemplo, disse que quando Tupinambá chegou à cidade de Muniz Ferreira ele ainda era criança. Ele é filho de “D. Viginha” e “S. Eustáquio”. Sua mãe foi referida pela maioria dos tendeiros como uma mulher que, “bastasse ter trabalho” prestava serviços em qualquer uma das tendas. Já seu pai, “tinha muito medo da pólvora”. Em seu leito de morte pedira que sua esposa tirasse esse filho da tenda.

O diálogo acima se refere a uma época em que, dizendo já estar mais grandinho, o depoente já trabalhava amarrando bomba numa das tendas da cidade de Muniz Ferreira. Ele fez questão de frisar, em meio a minha pergunta

²²⁶ Nem, op.cit.

²²⁷ Bartolomeu Ramos, [Bertinho] entrevistado em 20 de junho de 2007.

acerca de como se dava o seu trabalho nesta fase de sua vida, que eu tinha chegado “num ponto muito bom”. Pois, lhe dava a oportunidade de recordar momentos inusitados na tenda: o conto de histórias por seu tendeiro. Ele lembrou: enquanto os trabalhadores “teciam e fiavam”²²⁸ o seu trabalho neste espaço, aprendiam a arte de narrar ao lado de seus mestres tendeiros. Um marca, como disse ainda pouco, que acompanha o depoente até hoje.

E uma dessas histórias ele nunca esqueceu:²²⁹

Vicente, o rei dos ladrões: ele se apaixonou por uma donzela, por uma moça, aí ele não conseguia aquela moça que era filha de rei. Era princesa, certo? Ai o que foi que aconteceu? Ele se infiltrou, trabalhou no palácio do rei. Aí eu sei que a história vai por aí adentro. Ele vai conquistando, trabalhando no palácio do rei, aí ele consegue fugir com a princesa. Ito [tendeiro] contava muitas histórias. Ele ia trabalhando, amarrando a bomba e contando a história. E a gente pedia pra contar mais!

Contar histórias no momento do trabalho, além de afugentar o sono dos trabalhadores, afugentava também o perigo, tão próximo quanto o candeeiro e a pólvora ao seu lado. E, por mais que as jornadas de trabalho fossem escolhidas por esses sujeitos, esta era, sobretudo, uma estratégia usada pelo tendeiro para que os trabalhadores, numa expressão, a qual Bertinho dizia ser muito sublinhada pelo tendeiro Ito, “dessem nos côro”. Ou melhor, trabalhassem com rapidez e estendessem suas jornadas além da planejada pelo seu estado físico e mental.

Ao invés de uma condução severa das relações do trabalho a história por si só continha toda a pedagogia de que o tendeiro necessitava para justificar o estado em que os menores se encontravam na tenda.

Dentro de uma sociedade burguesa, todos são convidados a, como Vicente, perseguirem os seus sonhos. Com efeito, eles só seriam concretizados, através do trabalho. Só através dele poderiam sair da condição de “súditos” e se tornarem “reis”.

²²⁸ Esta é uma expressão usada por Walter Benjamin quando trata da construção do narrador na sociedade. In BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. [Obras escolhidas; v.1].

²²⁹ Bertinho, op.cit.

Pois, ao lado de Tonhe de Astério, Mário, Renato de Mariquinha, Alexandre, entre outros “rapazinhos”, amarrando bomba sob a luz de um candeeiro na tenda, “vivenciava com tanta força aquelas histórias que nem via a hora passar. “Dava dez, onze, meia-noite [...] acontecia até passar: uma hora, duas horas e a gente viajava naquela história, naquele momento!”²³⁰

Ao contrário de Bertinho, alguns menores não mostravam tanta disposição para o trabalho. E, se sentindo chamados a participar precocemente de um mundo que lhes era estranho, porque apressado e sem liberdade, estes menores eram condicionadas a exercer um ofício e até mesmo a se identificarem como adultos. Em meio a um sentimento de “dureza” dessas tarefas, costumavam driblá-las, conjugando brincadeiras ao trabalho.

Nesse sentido, era possível vê-las na porta de suas casas ou atravessando quarteirões seguindo de costas como se estivessem dirigindo um automóvel enquanto puxavam a imensa linha responsável por preencher os pregos dispostos nos cavaletes. Ou ainda, no intuito de terminar mais rápido seus serviços, era comum o acerto para uma competição de enfição de tabelas entre eles. Para tanto, algumas estratégias eram criadas. Muitos deles começavam a enfiar os palitos pelo meio, dos lados ou de cima para baixo. Essa forma não convencional de encher as tabelas, talvez tivesse, como objetivo, iludir o seu adversário para que, olhando a sua performance no trabalho, já o tivesse como campeão, consecutivamente se atrapalhasse e assim pudesse de fato vencê-lo.

Com efeito, este também podia ser um momento de criação. Ligando os furos da tabela aqui e ali, os menores esculpturavam pássaros, navios, flores, etc., na concorrência da arte mais bonita.

Analisando a condição do trabalho infantil dos jornaleiros na cidade de Porto Alegre, a autora Honor Almeida diz que, trabalhando por um dia inteiro, certamente estas atividades significavam “uma desvantagem para o desenvolvimento físico e psíquico de uma criança em fase tão especial de formação”.²³¹ Em se tratando do trabalho infantil dos artesãos de fogos do Recôncavo Sul, esta frase se torna uma assertiva. Pois, a condição em que trabalhavam proporcionava estas e outras desvantagens.

²³⁰ Bertinho, op.cit.

²³¹ NETO, Honor de Almeida, Trabalho infantil: formação da criança jornaleira de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado da PUC do Rio Grande do Sul. Canoas: Editora ULBRA, 2004, p.116.

Às vezes, por serem estes artesãos muito pequenos, diziam não se ajeitar a ter que trabalharem sentados, e, por isso, desenvolviam seus trabalhos em pé do início ao fim. No final do dia, tinham como consequência desse esforço, o inchaço das pernas. Outras se tornavam apáticas e inconformadas com a vida que levavam, sendo presenças muitas vezes de rostos enfezados e sem escolha do seu mundo infantil. Sua infância parecia roubada, mutilada nos seus momentos de criação e sonho em nome do trabalho. Ou, tão estressadas que, numa expressão dos próprios trabalhadores, “por nada”, se “largavam” a chorar.

Por vezes, estas atividades também comprometiam sua vida estudantil. Em nenhum momento foi possível vê-los através dos depoimentos de outros trabalhadores, fazendo suas atividades escolares sozinhos ou sendo acompanhados por seus pais. Pois, mesmo que sua família se preocupasse em mantê-los no colégio, esta era uma atividade a ser realizada na escola. Conforme a expressão de alguns pais, estas crianças só estudavam “se tivesse tempo, né?”

232

Entretanto, nos meses de pico da fabricação de fogos [maio a junho], elas literalmente não freqüentavam o ambiente escolar. Era preciso aproveitar, ao máximo, os últimos meses de um trabalho que, em média, só retornaria de três a quatro meses após as festas juninas.

Além de todas as desvantagens acima explicitadas, elas também tinham perdas materiais. Não dispendo de salário em separado, suas horas de trabalho eram contadas como renda familiar. Elas eram responsáveis pela compra de materiais escolares e pelas roupas e calçados “ganhos” de seus pais nos períodos de festa.

D. Glória mesma comprava nessa época, “quatro metros de anarruga que dava três vistidinho e comprava outros pano mais ruim para vestir assim, em outras ocasião” suas filhas.²³³ Além desses provimentos, D. Inacinha também, como mãe de pequenos artesãos, sempre que ia às cidades de Santo Antônio de Jesus ou Nazaré, costumava “presentear-lhes” com brinquedos típicos

²³² D. Inacinha, op.cit.

²³³ Maria da Glória Santos Mota, [D. Glória] entrevistada em 22 de fevereiro de 2000.

de crianças menos abastadas: como badogue, gude e bola. Ainda assim, não deixava faltar nem “o arroz, o leite e farinha de mingau deles.”²³⁴

E assim, por estarem suas vidas impregnadas pelo trabalho, algumas delas entendiam os momentos do não terem o que fazer como “vadiagem”, expressando sempre: “obá, hoje não tem trabalho, vou vadiá, vou vadiá!”²³⁵. Este era um vocábulo ligado a um outro na época em estudo: “malandrice”, ambos fortemente combatidos pelos jornalistas da região.

Dentro desse contexto, jornalistas como Oswaldo Freitas do Jornal o Paládio da cidade de Santo Antônio de Jesus apresentava, através de crônicas, suas “visões da liberdade”²³⁶ pensadas para cada indivíduo no espaço social, dirigindo algumas palavras à sociedade: “Acabemos antes de tudo com a malandrice. Façamos do homem um homem. O homem que não trabalha não é homem [...] porque o trabalho é o melhor dos ensinios.”²³⁷

Termos como estes e tantos outros como preguiça, são certamente resquícios de uma sociedade pós – escravista. Eles foram analisados pelo autor Walter Fraga Filho através da trajetória dos “mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX”. Neste estudo ele diz que estes termos eram usados pela elite dessa época para qualificar o estado de ociosidade em que viviam os homens pobres livres no limiar do Regime Republicano. Qualquer indivíduo que fosse pego por um período superior ao decretado pelas leis deste regime, sem emprego, podiam ser presos ou expulsos de onde moravam. Por outro lado, acima de qualquer pensamento dessa elite, o desemprego podia significar uma forma dos homens pobres livres se manterem distantes das garras desse grupo social.²³⁸

E, na sociedade em estudo, o conceito de trabalho parece não estar tão distante daquela época. E, mais uma vez, ele apareceu como um elemento possível para que os indivíduos, desde crianças, saíssem do estado de caos e participassem de um estado de igualdade entre os “verdadeiros” homens no

²³⁴ D. Inacinha, op.cit.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Esta é uma expressão cunhada por Sidney Schalhoub, In SCHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²³⁷ Jornal O Paládio, Santo Antonio de Jesus, 08 de outubro de 1948, fl. 1.

²³⁸ FRAGA FILHO, op.cit. p.77.

âmbito da sociedade. De alguma forma, ele continuava sendo um instrumento de coibição às liberdades humanas através da incorporação dos valores que defendia.

CAPÍTULO III

A REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS

Um salto através do bode

Folias arranjadas

Viva São João!

UM SALTO ATRAVÉS DO BODE

Precarização da vida e perda da razão social do trabalho. Não parece ter sido fácil a vida dos inúmeros sujeitos que estiveram abaixo do grande produtor, na hierarquia da produção de fogos de artifício. Entretanto, premidos por todas estas dificuldades e pela vontade de viver com mais conforto, o trabalhador empreendeu esforços na busca de sua autonomia trabalhista.

Num primeiro momento, isso foi feito a partir de uma extensão da sua jornada de trabalho fogueteira, com outras atividades dentro ou fora de seus espaços de trabalho através do comércio de janela, pescaria, raspagem de mandioca nas casas de farinha da região, venda de água e lanches Nas estações de trem, entre outros.

Mas, quando estas atitudes foram apenas um paliativo para suas vidas, optou-se por manobras apreendidas na própria lida do processo produtivo. Esta atitude foi configurada pelo domínio da matéria-prima e dos meios de produção e convencionalmente chamada pelos envolvidos de “bode”.

Afinal, o que era o bode? Com base nos depoimentos colhidos,

Eu amarrava bomba pra o dono da tenda. No final do ano, de São João, no período dos fogos ele dava vinte milheiro de bomba a um, trinta a outro pra comprar roupa. Aí chama isso de bode. [...] Ele dava o papel, a cartolina e a gente mandava enrolar depois. Ele dava o material e a gente entrava com a mão de obra e as vezes vendia ao próprio dono [o grande produtor].²³⁹

Entretanto, se formos analisar esse termo para além da aparência deste conceito, talvez ele possa se apresentar menos harmonioso e mais conflituoso: um desfecho daquele pacto comercial configurado desde a descentralização do processo produtivo da Fábrica de Fogos Tupy, a partir da construção das tendas. Pois, mesmo que fosse conduzido com o propósito de “agradar” aos trabalhadores, estes não tinham trânsito livre para comercializar o que produziam. Todo o sistema em que estavam inseridos era regido por uma

²³⁹ Bartolomeu Ramos [Bertinho], entrevistado em 20 de junho de 2009.

espécie de proteção alfandegária desenhada através de uma expressão comumente proferida pelo grande produtor aos tendeiros e estes aos seus trabalhadores: “Olá, não venda [esta gratificação] a ninguém, viu?” Ela era responsável por manter a dependência de todas as relações envolvidas na sistematização da produção fogueteira, desde o distanciamento dos trabalhadores de outros mercados e, conseqüentemente, do seu processo de autonomia.

Mesmo com toda essa estratégia é preciso que se diga: este apelo estava longe de ser seguido à risca pela maioria dos trabalhadores até aqui entrevistados. Pelo menos, até meados da década de 1960 quando a reorganização da confecção dos fogos de artifício já estava mais assentada em algumas cidades do Recôncavo Sul, “longe” dos olhos e ouvidos do seu empresário, ele foi aos poucos ganhando uma outra conotação:

O bode existia no tempo de Tupinambá. Era abertamente. Aí não tinha problema! Era o que ele permitia! Ele até mandava os donos da tenda gratificar a gente com esse chamado bode que era o material. Aí [nesse mesmo “tempo”] já deu continuidade com a fabricação dos fogos clandestinos. Aí continuou o bode.²⁴⁰

Como se pode visualizar, esta outra conotação dada ao bode fora tecida no bojo das próprias relações permitidas de produção. A tensão entre a proposta inicial do bode e uma outra constituída por sujeitos, a priori, indeterminados, faz surgir a “clandestinidade” dos fogos de artifício.

Sobre este episódio são plausíveis as reflexões feitas por David Harvey acerca das relações de trabalho dadas num determinado processo produtivo. Segundo o autor, estas relações são comumente guiadas por quem “fixa certas regras básicas do jogo social”. Contudo, mediante a astúcia dos subordinados, elas podem ser vencidas ainda no momento de sua aplicação no todo social. Para tanto, basta que estes indivíduos se apropriem dos códigos formulados em suas repressões e os converta a favor de suas necessidades básicas.²⁴¹

²⁴⁰ Bertinho, op.cit.

²⁴¹ HARVEY David. Condição pós – moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p.207.

Diante da consonância entre a astúcia dos trabalhadores de fogos de artifício do Recôncavo Sul, e às reflexões de Harvey, é de se reparar que, tanto nesse diálogo como nos demais, subtendidos ao longo desta pesquisa, esta foi primeira vez que a palavra “clandestinidade” foi textualmente associada à confecção desses artefatos. Por mais que os trabalhadores fizessem parte de um processo produtivo anterior ao bode, formatado, também por vias clandestinas, eles não o conceituaram como tal. A existência de um provável registro da fábrica aqui mencionada, de seus produtos e, sobretudo, como já foi dito em algum momento desta pesquisa, da imagem de seu proprietário, parecia funcionar como uma garantia de todo o processo em que estavam inseridos.

Porém, quando as mudanças ocorridas nas suas relações de trabalho se consubstanciaram como o resultado de suas próprias ações, esta palavra apareceu envolta por um dúbio sentimento: um abalo a moralidade, bons costumes e uma emancipação trabalhista dentro do universo fogueteiro.

Além de uma possível formação familiar e religiosa tida pelos trabalhadores, o primeiro sentimento parecia ganhar fundamento no próprio conceito de “satisfação social” grafado nos documentos da época.

Folheando as atas da Câmara Municipal da cidade de Nazaré, foi possível perceber, como alguns sujeitos, sobretudo aqueles mais desprovidos de poder aquisitivo eram chamados pela instância pública a prestarem conta de seus comércios. Por outro lado, outras pessoas deste ou de outro nível social foram também vistas procurando saber do poder público se “constava em seus poderes alguma conta para ser ressarcida” e do qual obtinham resposta.

Ainda assim, o segundo sentimento prevaleceu em todo o diálogo. Por mais que, como veremos adiante, a contravenção feita pelos trabalhadores, quando descoberta, fosse considerada um desvio moral e social, essa estratégica maneira de ascender a uma determinada situação trabalhista, emancipava sujeitos e atravessava fronteiras sociais. Pois, como Bertinho ainda expressou, “Era uma coisa assim: não está tendo essas coisas em Brasília, provocada pelos deputados? [corrupção ao patrimônio público] Era como se fosse isso aqui: um escândalo, um escândalo!”.

Esta colocação é importante porque nos faz entender como “consciências contraditórias” podem residir historicamente num só indivíduo. Com

base neste termo usado por Gramsci, para entender os homens e a sociedade de um tempo, o historiador Edward Thompson diz que elas são conseqüências de dois pilares filosóficos naturalmente apresentados num indivíduo durante os conflitos travados entre ele e o espaço em que vive: de uma “conformidade com o status quo” e outra com a do “senso comum”. O primeiro se justificara como uma necessidade de sobrevivência desses indivíduos a partir de um determinado jogo social. O outro, como um sentimento de exploração e possível revolta, derivado das opressões produzidas no bojo dessa mesma estratégia de poder.²⁴²

Voltando, então, aos bastidores das estratégias realizadas pelos trabalhadores de fogos de artifício, por mais que esta ação tenha sido realizada por alguns trabalhadores das localidades aqui estudadas, parece estar no “apelido” dado a atual Rua Treze de Maio, na cidade de Muniz Ferreira, o Salto do Bode, a impressão de sua face mais marcante.

Mesmo desprovida de uma autorização por parte dos indivíduos desta localidade, sobre uma possível relação desse apelido com a estratégica maneira do trabalhador ascender dentro do universo fogueteiro, a performance do bode neste local, apresentou-se, através das memórias arroladas durante esta pesquisa, superavitária diante daquelas experienciadas em outras localidades. E, relacionado ou não com os vestígios apresentados, possivelmente ele levará, a qualquer estudioso comprometido com o movimento desse espaço, a remeter-se a uma das principais conseqüências que este episódio possa despertar na história: ser, no presente, um ponto para inquietações.

Ainda assim, em qualquer uma das localidades aqui estudadas, a sua prática demandou uma tática tão perspicaz quanto a que foi empreendida pelo grande produtor na reorganização fogueteira do Recôncavo Sul.

No diálogo acima não ficou tão claro se o termo êmico bode fora apropriado do grande produtor pelos trabalhadores ou criado por estes a fim de transitarem livremente na operacionalização de seus objetivos. Mas, se ainda, através dos escritos de Edward Thompson, é possível entender, que: através, principalmente da linguagem, enquanto “conjunto de determinadas noções e conceitos”, se dá a fundamentação do senso comum, ainda pouco sublinhada

²⁴² THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.20.

como um dos pilares das “consciências contraditórias” dos indivíduos, talvez a segunda opção apresentada acima, embase melhor o surgimento do termo bode.

Aliás, através deste embasamento, é possível perceber que outras estratégias a partir de uma apropriação inicialmente conduzida pela linguagem, já fora, também um dia, efetuada na história. Tratando da contravenção aos livros proibidos na França revolucionária pelos livreiros, o autor Robert Darton diz que para o sucesso desta operacionalização, estes sujeitos criaram a expressão “matéria filosófica” a fim de demarcar, no cenário mercadológico, suas ações e confundir seus perseguidores.²⁴³

Através de um processo semelhante a este, as estratégicas maneiras dos trabalhadores ascenderem ao universo fogueteiro no Recôncavo Sul, foi realizada por estes indivíduos através do termo bode e usada como um “antídoto” contra as carências apresentadas nas suas relações trabalhistas. Por isso, vocábulos como “fazer por fora”, “fazer bagulho” ou “fazer coisa”, deveriam ser evitados. Quando muito, a exemplo de como foram exemplificados durante as entrevistas, podiam ser sussurrados ou, preferencialmente, trocados pelo termo “bode” no momento da sua operacionalização.

E, de acordo com o diálogo abaixo, estas estratégias podiam ser construídas no próprio processo produtivo, seguir os “mesmos” caminhos dos fogos permitidos, contar com os mesmos agentes da grande produção sistematizada no dia a dia do seu manufaturamento e separar-se, apenas, no momento de sua revenda.²⁴⁴

[O trabalhador] também fazia algum bodezinho escondido, né? Vendia assim em Santo Antonio a outra pessoa [...] Se quisesse fazer alguma coisa mais aumentada, comprar coisa pá dentro de casa, tinha que fazer escondido [...]fazia lá no meio dele [do produtor] mermo. Tirava que ele não via né? Aí quando desse a conta, dava a conta dele certa. Mas, [uma outra parte] aí, tava guardado!²⁴⁵

²⁴³ DARTON, Robert. Os best-sellers proibidos na França pré - revolucionária. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, P.22 – 24.

²⁴⁴ Talvez por ter mais acesso a matéria – prima, esta foi uma ação mais vulnerável ao tendeiro junto aos trabalhadores da tenda.

²⁴⁵ D. Inácia Rosa dos Santos Almeida (D. Inacinha), entrevistada em 7 de setembro de 1999.

O excesso de certeza por parte, especialmente do tendeiro de que o produtor não via suas estratégias, apresentado no diálogo acima, também merece um questionamento: elas não eram vistas ou eram “permitidas” pelo grande produtor, a fim de “cobrir” possíveis falhas na relação trabalhista com os fogos de artifício?

Talvez esta indagação encontre resposta na própria condição material e social em que esses trabalhadores se encontraram até aqui. Só para reforçar este enunciado, após o processo normal da fabricação dos fogos de artifício, o trabalhador “[...] depois do São João, levava uma vida pra receber esse dinheiro, [às vezes] recebia todo em feira”.

Além desse desconforto familiar, esta situação promovia também um desconforto nas suas relações de trabalho. D. Bernarda mesma se remeteu a um desses momentos: “Às vezes, no dia de sexta-feira que não tinha dinheiro, era um trabai grenado pra sair dinheiro pra gente”. Esta ação gerava uma ciranda de necessidades entre o tendeiro e seus trabalhadores e por isso, premidos por limitações em seu próprio cotidiano, o bode se configurava cada vez mais como uma estratégia conjunta de sobrevivência. Porém, esta ação não foi vista sendo comungada diretamente entre os tendeiros. Elas apareceram como ações isoladas e até mesmo apontadas por alguns como um comportamento devasso. Em breve voltarei a este assunto.

Assim, com o passar do tempo, o bode poderia ocorrer para além do cotidiano da produção, se configurando como uma estratégia mais elaborada e por isso suscetível a grandes prejuízos para o grande produtor. Ela podia ser dada *in loco* através do processo de carga e descarga das mercadorias diretamente da fábrica durante o tempo normal da produção de fogos de artifício.

Num tempo em que a BA 001 que liga Bom Despacho a Santo Antônio de Jesus ainda não existia, tanto a matéria – prima como os produtos manufaturados eram transportados diretamente pelo tendeiro de suas cidades para a Fábrica de Fogos Tupy na cidade de Nazaré e vice-versa.

E assim, os tendeiros,

[...] riunia todo mundo com cinco, seis animá e levava tudo pra Nazaré num panacum grande. Saía cedinho! de madrugada. Levava, discia com a mercadoria. O mermo dono que levava a

mercadoria trazia. Naquele tempo não tinha estrada [asfalto], era tudo pela Ladeira Grande.²⁴⁶

Mas, segundo alguns depoimentos, o processo contado por S. Moreira não era tão impermeável como se apresenta. Quando jumentos e burros eram os transportes utilizados por essa gente para transportar suas mercadorias até Nazaré, muitos tendeiros costumavam levar uma carga de três a quatro animais com os panacuns repletos de fogos. Como o lombo propriamente dito dos animais era atravessado também por um saco de fogos, os tendeiros seguiam a pé, tocando estes animais. Mediante a desocupação de alguns de seus lombos, apenas na volta, dessa viagem, poderiam tê-los como um meio de transporte garantido.

Nesse processo, enquanto uma maioria retornava para suas cidades com apenas um burro abastecido de matéria-prima para uma próxima confecção dos fogos, outros voltavam com uma quantidade quase superior a que tinham levado. Enquanto a cidade dormia, os tendeiros eram recebidos pelos despachantes da fábrica. De um a um os sacos eram retirados dos animais e anotados segundo a quantidade expressa pelo tendeiro a estes funcionários. Assim, em meio a uma madrugada calada, o momento de descarga e carga de materiais explosivos, servia como um meio favorável para que as estratégias produtivas se dessem.

Mas, lidar com um material fora do padrão permitido para circulação, não era algo tão “fácil”, como aquele apresentado ainda pouco, manuseado a partir do que era dispensado pelo grande produtor em suas próprias casas. E, como alguns trabalhadores se reportaram, era preciso buscar os lugares mais recônditos para guarda-lo e manufatura-lo. Lugares geralmente cobertos por mangueiras, jaqueiras, bambus, etc, e com pouca luminosidade, conceituados como “a roça”, “o mato” ou “as brenhas”. Até casas velhas ou abandonadas foram os espaços mais citados pelos depoentes para “entocar” a produção desses materiais. Nesse processo, tornou-se também imprescindível, conchavos com outros trabalhadores, familiares ou amigos mais distantes e com estrategistas das

²⁴⁶ S. Moreira, entrevistado em 24 de fevereiro de 2000.

idades circunvizinhas que vinham “nas madrugadas” buscar os sacos de mercadorias.

Entretanto, mesmo que houvesse alguma “permissão” para as estratégias do processo produtivo pelos trabalhadores, toda esta situação não estava passível de ser monitorada pelo grande produtor. As medidas tomadas ao longo do seu percurso deixam perceber suas tentativas para constranger os “descaminhos” de uma produção que há muito tempo parecia exalar descompasso com o padrão de produção estabelecido pelo grande produtor no Recôncavo Sul.

[No início], a cada um ele [o produtor de fogos] deu uma balança [...] Tinha vez que ele nem deixava a gente botar [os fogos] nas sacas. Botava nos sacos, levava pra lá [Nazaré] que ele tinha depósito muito grande. [Depois], era contado de um a um. Ele queria que a gente contasse, não queria pesado não! Aí deram pra bancar a sabedoria! Ai arrumou um carimbo, cada um tinha um carimbo com a letra da pessoa. O meu era B, tinha de todo mundo.²⁴⁷

Mesmo passando por todo esse crivo local, os fogos eram ainda recontados por outros funcionários quando retornavam à fábrica na cidade de Nazaré. Mediante a alguns indícios de contravenção destes materiais, aos poucos o produtor “pesquisava, mandava alguém pesquisar se tava realmente fazendo esses fogos clandestinos”. Junto a estes indícios, este diagnóstico também era reforçado por um relatório constituído ao longo de um tempo por falatórios indiretos e até mesmo daqueles feitos diretamente ao grande produtor por algum trabalhador na entrega de um companheiro.²⁴⁸

Geralmente, a suspeita de uma contravenção era confirmada como se fala na gíria popular, quando o trabalhador estava “com a boca na botija”, ou seja, quando ele era flagrado nesse processo. Para tanto, reações como “botar a porta abaixo” e “levar o que era dele”, foram expressões usadas pelos trabalhadores para definir o momento de fúria do grande produtor na conclusão de suas investigações.

²⁴⁷ Bernarda Guedes da Costa, entrevistada em 14 de setembro de 1999.

²⁴⁸ Todas as expressões aspeadas do parágrafo são de Bertinho, op.cit.

Este flagra causava uma correria sem conta por parte dos trabalhadores. Era preciso se livrar a todo custo dele buscando um lugar seguro para se esconderem. Por questões particulares de cada narrativa, os lugares dos esconderijos foram poupados pelos depoentes.

Voltando a questão da inconfidência por parte de alguns trabalhadores no processo de contravenção, talvez se possa dizer que o próprio quadro de relações de trabalho em que eles estavam inseridos favorecia a falta de unidade entre eles. Como foi dito no primeiro capítulo, alguns gestos de solidariedade foram mais encontrados nos elementos do seu próprio cotidiano, como o momento da festa a ser visto mais à frente, do que nas suas relações igualitárias de produção.

Na cidade de Santo Antonio de Jesus, por exemplo, D. Lina dizia que “Cada um cuidava no que era seu”. Ou melhor, os trabalhadores entendiam que “viver competitivamente significava perceber a si mesmo como um ser [...] que se constitui no principal agente ou construtor de seu próprio destino”.²⁴⁹ Chamado a produzir em larga escala numa determinada oficina junto as seus trabalhadores, o tendeiro se sentia mais ligado a sua produção do que às relações com seus companheiros. Esse caráter individual do trabalho favorecia a ausência de luta nos momentos que necessitavam reivindicar os seus direitos.²⁵⁰ Uma falta de agregação própria do processo de desigualdade, exclusão e desagregação dos trabalhadores causados pela terceirização dessa produção.²⁵¹

Afora isso, o grande contingente disponível para esse tipo de trabalho no Recôncavo Sul também favorecia a ausência dessa unidade trabalhista.²⁵² Até a década de 1970, como disse D. Bernarda, ao chegar à fábrica na cidade de Nazaré, se podia encontrar “muita gente: trabalhador de todo

²⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 157.

²⁵⁰ Idem, p.100.

²⁵¹ ²⁵¹ BOAVENTURA, Jose. Experiências com a terceirização. In: In DRUCK Graça e FRANCO Tânia et al (Orgs.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p.199.

²⁵² Faço esta reflexão com base nas idéias de Chalhoub quando diz que a oferta de trabalho no início do período republicano aumentava a concorrência entre os trabalhadores e dificultava a unidade de suas reivindicações trabalhistas. In: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p.62.

lugar”.²⁵³ E, em meio a qualquer ameaça por parte do trabalhador de abandonar o serviço, constantemente diziam ouvir do seu proprietário: “Quem quiser trabalhar que trabalhe. Quem não quiser largue aí!”.

Esta era a fotografia de uma crise que continuava assolando de forma mais generalizada à população do Recôncavo Sul, pela falta de dinheiro e constantemente sublinhada pelos jornais da época através de quadrinhas como: “Hoje em dia o homem fica mole, se falta dinheiro: um ovo custa um cruzeiro, banana é pra gente rica”.²⁵⁴

Ainda assim, foi possível captar, no Salto do Bode, na cidade de Muniz Ferreira, um forte momento de solidariedade relacionado às suas reivindicações trabalhistas.

Ai eu chamei pra gente riuni e suspender o preço da mercadoria, né? Chegou lá, ele [o produtor] botou um dinheiro que nem me lembro mais. Mas, vamo supor, que seja hoje dois centavo. Quinze dias, com dois mês, Lesbão [...], Bernarda [...], Caramba [...], Bigode, quase todo mundo tirou o saldo [pediu as contas]. Ele achou que a gente tava ganhano dinheiro e disse tava muito cara a mercadoria, que não sei o que [...] Quem quiser trabalhar que trabalhe, que não quiser largasse, aí! Tudo bem, É isso mermo!!! Aí levou mais de um ano sem pagar a gente que trabaivava até sortá o coró, camarada!²⁵⁵

Ao dizer que fazia reuniões com seus companheiros S. Moreira deixou claro que isso só acontecia quando o poder aquisitivo do trabalho estava muito deficitário. Ainda que esta luta não fosse visualizada sendo aquecida nos bastidores de seus cotidianos, não resta dúvida de que ela tenha significado um grande momento de unidade entre os trabalhadores. Para os que já tinham dado às suas vidas, aquilo que Bertinho definiu como “uma guia”, através do bode, este foi o momento de lhe dar novos rumos. Por outro lado, para os trabalhadores que não seguiram esse processo acabaram sendo reféns do grande proprietário e, como produto de suas labutas um enorme e indelével “saldo” registrado em suas cadernetas.

²⁵³ D. Bernarda op.cit.

²⁵⁴ Jornal O Paládio, Guilhotina VI – A crise - Pescoço. Ano 50, nº 2375. Cidade de Santo Antônio de Jesus, p.2, 14 de agosto de 1951.

²⁵⁵ S. Moreira

FOLIAS ARRANJADAS

Segundo Agnes Heller, entre outras, “são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso”.²⁵⁶ Na vida dos trabalhadores de fogos de artifício, do Recôncavo Sul, estas relações também foram uma constante em suas vidas.

As rezas e bailes de finais de semana apareceram como os primeiros exemplos de “folias arranjadas” por esses sujeitos. Alguns “folguedos” realizados mais distantes do percurso de trabalho dos artesãos de fogos foram apenas lembrados por eles, quando a produção fogueteira ainda não tinha sido presente ou representava um intervalo nos seus cotidianos. Nesse tempo, era possível arranjar folgas onde trabalhavam e atravessar dias na zona rural, como, saudoso, relembra S. Moreira, durante suas idas de Muniz Ferreira para o “Terreirão” e o “Cocão” em companhia dos amigos “Caiau” e “Antonio Bom”:²⁵⁷

A gente só bastava levar pão, café e açúcar. Agente ia a pé, chegava lá tinha uma tal de Nice com quatro fia moça de Zé Barrigada que tocava violão. Chamava o vei, daqui a pouco formava a festa. Levava dois dias dançano. Por lá amanhecia o dia dançano! Dava fome o que ia fazer: vumbora comprar um galo, arranjar um galo. Botava pra matar: festa tá cumeno! Meidia a gente comia, encarnava até segunda-feira onze da manhã.

Quando a lida com fogos de artifício se fez mais constante em entre os trabalhadores, as festas não deixaram de ser feitas. Com efeito, na maioria das vezes, eram “arranjadas” em meio ao próprio espaço de trabalho. E, como rememora D. Bernarda bastava alguém sinalizar um de seus movimentos para que ela acontecesse: “[...] eu morava aqui e Elesbão do lado de lá. Dia de domingo, ele pegava tocar sanfona. A mulê dele também gostava da folia, da festa, daqui a pouco a casa tava cheia.”²⁵⁸

²⁵⁶ HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.18.

²⁵⁷ S. João Moreira, entrevistado em 24 de fevereiro de 2000.

²⁵⁸ D. Bernarda Costa, entrevistada em 14 de setembro de 1999.

Num tempo em que a maioria da vizinhança era composta por compadres e comadres, D. Bernarda, ainda que desacompanhada do esposo que, por motivo de doença, preferia sua casa à festa, se sentia a vontade para deixar um pouco os cuidados familiares e “dançar até dizer: chega!”. Segundo a depoente, isso se devia a uma sensação de segurança passada pelo comportamento dos homens e mulheres conceituadas como “pessoas de bem”. Ainda que brigas pudessem surgir como fruto de bebedeiras ou, pelo sentimento de inferioridade, contraído no recebimento de uma “mala”, durante o convite para uma dança, este era um momento de muito entusiasmo por parte de todos.

De acordo com a maioria dos depoimentos, estas festas geralmente eram formadas com pequenos investimentos materiais, mas, com grande dose de satisfação e alegria. S. Manoel disse que, no Beco de Bigurriho, era preciso apenas arranjar entre os colegas de trabalho, um lugar pra fazer a festa na virada de um sábado para domingo. Já abastecidos pela feijoada oferecida pelo tendeiro durante o dia, eles tinham energia suficiente para dançarem a noite inteira sob a degustação dos litros de cachaça comprados por ali mesmo. Atualmente, membro do templo dos “Testemunhas de Jeová”, S. Manoel não quis dar elasticidade a este comentário. Porém, deixou transparecer, no pouco tempo em que o teceu, a grande alegria que sentira nesta ocasião.

Para além dos horários apresentados acima, estas festas eram também freqüentadas pelos trabalhadores durante a semana. Em Nazaré, D. Nissu experimentara participar do Trezenário de Santo Antonio, celebrado nas casas do bairro vizinho, a Cidade Palha. Este momento se dava com um convite a algumas pessoas para rezar o Santo e, no final, todos eram brindados com comidas típicas como: mungunzá, mingau, bolo, café com bolacha, beiju e brincadeiras repletas de molejos: “Cada casa o dono fazia de um jeito. Quem gostava de dança era dança. [...] Quem gostava de samba, era samba.”²⁵⁹

Durante a sua entrevista, D. Nissu apenas se colocou ligada a uma religião oficial quando se reportou a festa de S. Roque. Ela disse que não perdia a procissão em louvor a este santo, realizada anualmente, a cada 16 de agosto. E, como a maioria dos fiéis, fazia todo o seu percurso descalça. Já a missa festiva, “ia de vez em quando”.

²⁵⁹ Adelice Santos [D. Nissu], entrevistada em 26 de março de 2008.

Assim também foi com a maioria dos trabalhadores de fogos de artifício. Sua ligação com as festas sagradas se dava, na maioria das vezes, fora dos templos, através de um catolicismo guerreiro, ou, numa outra expressão, um catolicismo que atendesse suas conquistas espirituais.²⁶⁰

Nesse momento da entrevista, D. Nissu, contou com o apoio da amiga Arlinda presente em sua casa no momento da entrevista. Ela fez a depoente se lembrar de como era possível amanhecer o dia sambando nessas rezas. E, dentro do contexto de suas reminiscências, foi possível perceber: mais do que uma dança, este ritmo funcionava como uma verdadeira agremiação do culto que também admirava. Um resquício da herança cultural negra, fortemente enraizado na cidade de Nazaré. Este movimento não estava no centro, mas na margem da cidade, a Cidade Palha, agregando todos aqueles que gostavam e sabiam “sambar pra valer”.²⁶¹

Por outro lado, o carnaval foi um outro momento de festa promovido com grande euforia pelos trabalhadores. Mas, dependendo do local, ele se apresentou como uma instância de poder ou elemento de libertação para os indivíduos.

Na cidade de Nazaré, os cordões: Coroa e o Bamba, segundo D. Nissu, balançavam os corações de quem estava no Paço Municipal. O segundo, era um cordão de carnaval organizado por Juvenal Moreira Tupinambá e que contava com a presença de muitos trabalhadores de fogos do Apagafogo, de sua família e de outras pessoas desta localidade.

Era Tupinambá quem organizava o Cordão da Coroa [...] Os rapaz fazia a fantasia. Eles davam o dinheiro pra comprar a fantasia. Era cor de ouro. Fazia leilão, tudo pra fazer [...] Saia daqui, do Apagafogo, dali do bangalô, da casa dele [de Tupinambá]. Formava o bloco ali, aí saia pra praça. Aí ia todo dia de noite ia ensaiar na casa dele. Ele tinha uma casa, mansão. [o cordão] era só de home. Agora, a gente ia sair [...] Tinha gente do Apagafogo e de fora também[...] Ele mandou fazer os estandarte, [os filhos de Tupinambá, um:] saiu de reis e [o outro] com uma luz

²⁶⁰ Sobre as diversas marcas do catolicismo no Brasil, ver: HOORNAERT, Eduardo. Formação do catolicismo brasileiro: 1550 -1800. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991, p.31.

²⁶¹ Todos os diálogos aspeados do parágrafo são de D. Nissu, op.cit. Sobre a apropriação de espaços do poder pelas classes subalternas na sociedade, ver SODRÉ, Muniz, O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira. Vozes, 1988.

acesa, uma lâmpada acesa aqui na testa. Quando acendeu aquilo, o povo só fartou morrer de gritar: - vá: Coroa, Coroa!²⁶²

Mas, para além da naturalidade exposta por D. Nissu, a organização desse bloco de carnaval, se assemelha ao que Mary Del Priori analisou como uma instância do poder social sobre suas minorias.²⁶³ Por mais que este folguedo tivesse a participação de diversas pessoas, ele era espacialmente organizado por quem detinha a privatização das relações de produção no trabalho com fogos de artifício. E, como tal, era usado como pretexto para legitimar aquelas cogitações vistas no primeiro capítulo acerca de sua relação com o progresso da cidade e de seus sujeitos. Ou, conquistar pensamentos contrários.

A praça, enquanto espaço da disputa entre os cordões se torna o espaço escolhido para uma amostragem dos parceiros que o ajuda nesse intento: homens e mulheres harmonizados por uma só fantasia, música, alvorço e por quem “conduz” as regras de um jogo social.²⁶⁴

Num tempo em que os jornais da época comentavam sobre a impossibilidade do poder público arcar com algumas festas na cidade, a praça sobejava o que a depoente conceituou como “coisa linda, linda mermo!”. Através das ações de um poder privado, ela podia continuar sendo o espaço, para a congratulação dos aspectos do seu “adiantamento social”. E, ainda que, uma minoria de carnavalescos, dispusesse de suas benesses, a lâmpada acesa por quem “ajuda” a construir esse adiantamento, surge, junto ao enredo da Coroa, como motivo para a ovação de todos.

A coroa agradece pela oferta que nos traz [...] Aí dizia: olha a cuíca como faz, aí a cuíca um, um, um. Olha os tamborins, aí os tamborim batia. Quando cantava isso, avemaria, o povo só fartava se lascar na praça!²⁶⁵

Ao contrário disso, na cidade de Muniz Ferreira, os cordões de carnaval foram vistos como um momento de solidariedade, denúncia de mazelas

²⁶² D. Nissu, op.cit.

²⁶³ Ver DEL PRIORE, Mary Lucy. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 2000.

²⁶⁴ Segundo Del Priori, a praça, a rua e a Igreja sempre foram espaços utilizados pelas elites locais para destilação de seus poderes. In: DEL PRIORE, op.cit. p.90.

²⁶⁵ D. Nissu, op.cit.

sociais e possíveis conquistas espaciais vivido pelos trabalhadores de fogos de artifício no Salto do Bode.

Um exemplo disso estava em toda a alegoria do “Banco do Fomento” organizado e traduzido por S. Moreira:

Bloco do Fomento! Que naquele tempo existia mais banco, aquele banco de tira, né? Aí: [surgiu uma idéia] - vamo fazer um bloco do fomento? Vumbora! Aí, Ito pegou um banco, o to botou um nome: deposite seu dinheiro no Banco do Fomento e embaixo [do banco] uma caixinha. O banco ia na frente com os dois cara levano. A gente saia daqui pra rua. E lá você tava sentado, aí, dois cara botava o banco na sua frente. Agora as música eu não me lembro mais. Aquelas música doida. Aí: um botava um dinheiro: quinhento réis, dez tustão, um cruzado. Quando terminava aquilo, nós arrecadava, chegava na porta da Igreja, sentava lá comprava tudo de guaraná e bibia. Tinha pandeiro [...] Era bagunceiro mermo, sabe como é? Levava prato, lata, levava tudo.²⁶⁶

Ao contrário do cordão carnavalesco, traduzido por D. Nissu, este bloco conta com a ajuda de alguns trabalhadores do Salto do Bode e com a apropriação dos elementos do seu cotidiano. Ainda que seu nome sugira uma alusão ao incentivo monetário possivelmente oferecido pelos governos nesta época, a algumas classes sociais, ele se apresentava como uma aproximação da realidade experimentada e traduzida pelos trabalhadores nos capítulos anteriores.

Talvez, alijados por uma situação de crise social e financeira, os trabalhadores, achasse necessário, pedir, somente, no espaço denominado pela maioria dos depoentes, como o lugar “da praça”, “dos ricos”, “das casas bonitas”. Afrontar, com suas “miserabilidades”, aqueles indivíduos que, preconceituosos com suas “pobrezas” e com o cheiro de pólvora impregnado em seus corpos, afirmavam não gostar de se misturar com os do Salto do Bode.

Sendo assim, não importava ter uma linguagem aproximada com quem possivelmente depositaria dinheiro no “banco”. Por mais que a expressão “doida”, usada por S. Moreira na qualificação de suas canções, viesse de um olhar mais experiente para a vida, ou, inconscientemente, da repetição de algum preconceito vivido durante essa festa, o importante era o significado que ela tinha

²⁶⁶ S. Moreira, op.cit.

para os seus pares: se utilizar de uma zombaria para protestar e brincar. E, ainda que as quantias depositadas parecessem parcas para a época, importante, também, era a unidade dos “esfomeados” na divisão e comemoração daquilo que lhes parecia ser a “obrigação” dos depositantes: “favorecer-lhes” com os sabores retirados de suas vida.

Mas, além do Banco do Fomento, S. Moreira organizara outros cordões de carnaval. Muitos depoentes se reportaram a ele como um dos maiores organizadores de festas do Salto do Bode. No início, começara a animar os carnavais fantasiando as crianças desta localidade de índio. Uma animação que prosperou até a década de 1980, como se vê na foto abaixo:



Figura 14: Crianças desfilando numa micareta na cidade de Muniz Ferreira [Acervo particular do Sr. Valfrido Ramos Lima, 1980.]



Figura 15: Em outro ângulo, crianças desfilando numa micareta na cidade de Muniz Ferreira. [Acervo particular do Sr. Valfrido Ramos Lima, 1980.]

Não ficou muito clara a explicação de S. Moreira quanto a performance dessas crianças nesse momento de festa na época em que lhes vestia de índio e na que foi plasmada pela foto. Mas, o certo é que ele “levava todo mundo pra rua. Se tivesse agonia demais, ficava de fora, na porta da Igreja ou na porta do vei Augusto Gago [...] Quando via o dia escurecer, entregava os filhos dos zoto de porta em porta: ó teu fi aí ó!”²⁶⁷

Com efeito, a imagem reproduz como, gradativamente, esses momentos foram se exaurindo. A batucada “Nada Som”, até pelo nome que carregava, parecia já não mais sacudir tantos cordões e corações animados pela folia. Àquela altura, se tornava uma condutora das tensões carnavalescas formadas ao longo de um tempo nessa localidade. À sua frente, foliões mirins conservam suas caras pintadas, contudo, já não tinham penas, nem corpos nus. Estão previamente estilizados segundo as regras de um carnaval invadido por trios elétricos e uso de mortalhas nas micaretas regionais.

Voltando as expressões de poder e contra - poder experienciadas pelos trabalhadores de fogos de artifício no Recôncavo Sul, através do carnaval,

²⁶⁷ S. Moreira, op.cit.

talvez possamos dizer, com base nos depoimentos, que o “O cordão dos fogueteiros” tenha sido uma das maiores expressões desse movimento.

É Bertinho, um dos seus contribuintes quem rememora esse momento:

Ninguém pedia nada a ninguém. Tupinambá as vezes dava uma coisa ou outra [...] Ele ficava assim assistindo [...] A gente ia tudo cantando com pandeiro, violão, o que tivesse [...] Na frente do cordão da gente, vinha as mocinhas filha de gente que morava no Salto do Bode, com cartazes. E, atrás, os mascarados [...] gente que também morava no Salto do Bode, mas do outro lado da pista. E também alguns que se davam com a gente da rua porque havia divergência entre a rua e o Salto do Bode. Porque o Salto do Bode era do povo que cheirava a pólvora e a rua era dos rico, das famílias que mais podiam [...] A gente descia e ia disputar com o bloco da rua. Entrava no salão da prefeitura e o povão todo é quem votava com palmas e gritos. A gente sempre ganhava [...] O Salto do Bode tinha mais gente do que a rua [...]

²⁶⁸

Segundo o depoente, este cordão se originou do cordão de carnaval organizado por D. Augusta de Antonio Guarda, D. Nisinha, entre outras pessoas nesse mesmo local. Esta festa contava com a presença de pessoas da Rua como Tânia e Basília. “Modelos” de pernas bastante grossas que se revezavam no desfile das Postandartes. Com efeito, com o surgimento do bloco dos fogueteiros, ele se desintegra e dá origem ao bloco da praça organizado pelos irmãos Idaleu e Pupu, Miro, Antonio Figueredo; comerciantes como Quito, entre outros.

Ao que tudo leva a crer, esta separação se deveu a uma desmedida inclusão dos fogos de artifício nesse local a partir da década de 1950. Pois como ainda ratificou Bertinho, “Trabalhar com pólvora, cheirar a pólvora era ser pobre, e excluído. Vamos falar o português claro!”²⁶⁹ Restava, para quem desposasse dessa localidade, recriar sua própria festa. E, como se vê no diálogo acima, criatividade foi o que não faltou a esta gente.

Toda essa manifestação começava com a arrumação dos apetrechos a serem utilizados no desfile. Confecção das máscaras, o catar das contas de leite nas baixas de água, a compra de papel crepon, tecido de chita e lumiere. Um momento de mais tensão até o dia do desfile, era a escolha da

²⁶⁸ Bartolomeu Ramos [Bertinho], entrevistado em 20 de junho de 2007.

²⁶⁹ Bertinho, op.cit.

postandarte. Às vezes, por ser a moça de pernas e remelexo mais cobiçados da cidade, os blocos precisavam disputá-la através de alguns conchavos feitos com sua pessoa. Para tanto a interferência de algum protetor mais endinheirado tornava possível a sua presença em algum dos blocos.

No dia da festa todos ficavam apostos no Cruzeiro até que o cordão tomasse a rua. De acordo com os depoimentos foi possível perceber que, para além de ser a representação de uma determinada classe social, ele trazia o agrupamento de outras tantas. Cada ala figurava o tempo e o espaço desses sujeitos sociais. Por isso, velhas tradições não eram descartadas. As mocinhas remontavam às origens de um cordão que se organizava a partir de suas próprias vivências e possível de atrair minorias como sapateiros, donas de casa, lavradores e até mesmo conviver com alguns simpatizantes da rua.

A festa, segundo a memória de Bertinho, se concretizava como um momento de espacialização, negociação e disputa dos espaços de “poder”. Todos se encontravam territorializados, integrados aos seus pares e debatendo com os conflitos de seus cotidianos: a rua, o trabalho e o grande empresário dos fogos.²⁷⁰ Ela aparece como local de revitalização da força humana. O corpo, vestido de folia, através da dança e da música, se fortalece para se desnudar a face desumana do trabalho. Ela não ameaçava suas vidas. Ao contrário! Para um povo que soube, em meio a dificuldades nas relações de trabalho, criar estratégias a seu favor, a “bomba grande”, se traduzia, também, como uma vitória das relações de trabalho e consegue encurtar a distância entre o Salto do Bode e a Rua. E, ainda que um olhar disciplinador estivesse ao seu redor, ela conseguia entretê-lo.

A festa prosseguia. Segundo Bertinho, após cantar no “gogó” músicas como “ôh, jardineira porque estás tão triste...” e tantas outras, o povo apresentava fome, sede e cansaço. Para tanto, “rabo de galo” e panelas enormes de farofa de bacalhau, eram, consecutivamente, bebida e comida ofertada por todas as pessoas que contribuía com a festa.

Como se viu no primeiro capítulo, o bacalhau que muitas vezes era uma oferta do tendeiro a seus trabalhadores no momento de precariedade de suas vidas, se torna um símbolo de como Bertinho traduziu, “de gaiófada” entre

²⁷⁰ Sobre a apropriação de espaços do poder pelas classes subalternas na sociedade, ver SODRÉ, Muniz, O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira. Vozes, 1988.

os carnavalescos. Depois de se “empaturrarem” desse alimento, estes o ataçavam uns sobre os outros. Todos estavam, portanto, vingados. Ele se encontrava acessível e transformado num elemento de festa.²⁷¹

Em lugares como o Beco de Bigurriho não foram vistos cordões de carnaval. Embora S. Manoel, mesmo tenha dito que “brincava um pouquinho” o carnaval na Praça Padre Mateus, na cidade de Santo Antonio de Jesus, colocou esta festa como um evento repleto de lança perfumes, cachaça psiu, caretas, cordões e O Trio Formiga Tômica. Essa postura não parecia ligada apenas ao culto religioso que atualmente defende, mas porque ele fez questão de dizer, em meio a isso, que “antes de perder a mão direita, vendia cachaça psiu como o que!” Pois, num tempo em que cervejas e refrigerantes eram uma raridade, “o povo enchia o bolso pra pular carnaval!”²⁷² A festa era, para ele, um momento para aumentar os seus soldos.

Outros trabalhadores como D. Lina Costa, “adorava carnaval”, mas devido a uma indisposição do marido em não participar deste evento popular, “ficava de longe, só olhano, mas doida pra sambar”. Com efeito,

Quando a gente era moça, a gente pulava, sambava. A gente bebia. Não tinha cerveja. A gente tomava rabo de galo. Só não tomava cachaça pura. Mas a gente bebia, pulava, cantava, namorava. Fazia isso tudo não tinha nada de errado. Hoje é que tá assim, esse mundo perdido de meu Deus.²⁷³

Assim, ainda que a festa não pudesse ser vivida na sua realidade concreta pelos trabalhadores, eles buscavam arranjar-la também a partir das reservas de suas próprias lembranças.

²⁷¹ Tomo como base neste parágrafo a reflexão que Del Priori faz sobre a fartura de comida na festa como um simbolismo de negação e zombaria ao poder da Igreja. In: DEL PRIORE, op. cit, p. 107.

²⁷² Todas as expressões aspeadas do parágrafo são de S. Manoel Bispo dos Santos [Mané Cotó], entrevistado em 5 de maio de 2008.

²⁷³ Maurina de Jesus Costa Santos, [D. Lina], entrevistada em 23 de fevereiro de 2008.

VIVA SÃO JOÃO!

Diferentemente do carnaval, o São João ainda é uma das festas no que justifica o trabalho dos artesãos de fogos de artifício no Recôncavo Sul. Em todo o processo de sua preparação, “trabalhava-se para fazer a festa e festejava-se o trabalho”.²⁷⁴ Isso era realizado através de muita animação, mas também não deixava de guardar os seus conflitos.

Tudo começava com uma forçosa lida com os fogos de artifício nos seus espaços de trabalho. E, como foi testemunhado ao longo dos capítulos anteriores, adultos e crianças dobravam sua jornada de trabalho, a fim de aumentar sua produção.

Em meio a este movimento, suas refeições, sono e higiene pessoal ficavam mais do que nunca, ritmadas por essa jornada. Bertinho mesmo dissera que em épocas como estas, a fim de “dar conta” do seu labor, “passava rapidinho em casa [...] pegava uma roupa e ia tomar banho no rio [...] chegava em casa tomava um café com bolacha de canela e tornava a voltar pra tenda”.

Ainda que o entrelaçamento do trabalho com a vida fosse feito de forma mecânica, toda essa pressão promovida pela construção de uma festa através do trabalho, era quebrada pela sua proximidade. Era ela quem deixava seus espaços de trabalho um pouco mais diferentes:

Aí, quando chegava mais próximo ao S. João, aí a folia era muito maior: era aquela motivação que hoje a gente comenta que não tem mais. Aquela motivação de trabalhar a noite, de amanhecer o dia. Naquela alegria que a gente ia pro rio, tomava banho, tá entendendo?²⁷⁵

O sentimento traduzido por Bertinho pode ganhar mais fundamento se pensarmos a tenda, nesta época, como um espaço fervilhado pelo vai e vem de pessoas. Pois, ávidos por um soldo maior, produzido no desgaste de um tempo sem margens, os horários dos trabalhadores eram quase os mesmos.

²⁷⁴ Esta é uma frase utilizada por Castellucci Júnior para conceituar os preparativos da festa de São Gonçalo feitos pelos moradores de Tairu. In: CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA [1960-1990]. São Paulo: Annablume, 2007, p. 95.

²⁷⁵ Bartolomeu Ramos, entrevistado em 20 de junho de 2007.

Disso, resultavam sociabilidades e costumes diferenciados de um tempo comum de trabalho.

Assim, além dos trabalhadores comuns, algum menino da rua podia procurar a tenda e trazer consigo uma outra sensação para o trabalho. E, como se ler no diálogo abaixo, “pés de panelas”, baleia, farofa, etc., servidos aos trabalhadores durante suas tarefas, podiam ser acrescentados pelos tendeiros para dar mais animação ao trabalho:

Vamo que hoje é véspera de Santo Antonio, aí eles iam cortar bomba, aí a gente fazia uma merenda, uma farofa, aí levava um lito de licor Mas eu dizia: primeiro corta a bomba! A merenda tá lá encima. Aí quando tava perto de terminar de cortar bomba a gente levava o licor e a farofa. Ai eles tudo merendava, bibia esse licor, terminava de contar essa bomba, aí tudo cantano [...] aí eles ficava tudo alegre!²⁷⁶

Mas, para alguns trabalhadores, parece que só a bebida mesmo poderia animá-los para o serviço. Pois, até mesmo quando ele era endereçado diretamente às suas necessidades básicas, se sentiam desestimulados a terem que prosseguir:

Eles fazia aí dento da tenda, vendia pra comprar a roupa deles. Aí dava preguiça, aí eu começava a brigar com eles: é de vocês, mininos e tão com preguiça? Umbora logo com isso! São João é amanhã já, vocês não venderam a bomba de vocês ainda, depois diz que a gente não deu nada, né?²⁷⁷

D. Inacinha conceituou a indisposição dos seus trabalhadores como preguiça. Para além de outras questões embutidas nesse comportamento, isso parece ser dado também pela própria forma com que o trabalho era conduzido. O sermão quase de mãe parece quebrar uma relação trabalhista e soar como um pedido “chato” para a colaboração desse trabalho. Justamente num período de grandes badalações musicais gerado pelas festas juninas, somente a voz de D. Inacinha é ouvida na tenda. Tudo parece em completa desanimação. Pois,

²⁷⁶ Inácia Rosa dos Santos Almeida [D. Inacinha], entrevistada em 7 de setembro de 1999.

²⁷⁷ D. Inacinha, op. cit.

Tinha tenda que tinha um rádio pra alegrar, quando não tinha o rádio, aí o que acontecia? Já era aquele período do folclore que já era São João, então tocava forró, a gente cantava, né as músicas de Clemilda, de Anastácia, do Trio Nordestino. Clemilda.²⁷⁸

Ainda que o final da lida com fogos de artifício fosse motivo para se sentirem exauridos, do início ao fim, a preparação dessa festa através da confecção dos fogos de artifício reclamava por uma diferença no seu cotidiano. Afinal, onde quer que fossem eram estimulados pelo anúncio de um São João escrito em prosa e versos através das músicas mais badaladas nas programações das rádios ou daquelas conduzidas pela boca do povo. Pela fartura proporcionada por suas comidas típicas e o próprio clima de sol, chuva, frio e um constante cheiro de fogos exalado no ar.

Um pouco dessa interação, muitas vezes, era dado através do final da construção dessa festa nos seus espaços de trabalho. Segundo os depoentes, para dar um clima de São João ao domicílio, os trabalhadores costumavam retirar seus instrumentos de trabalho para fora da casa, raspar e lavar os móveis em que eram feitos os artefatos. Enquanto isso, na tenda,

Quando tá perto de São João, não tem um dia que termina de marrar as bomba tudo, de fazer a limpeza na tenda? Era nesse dia que fazia merenda, fazia licor. Aí tinha dia que a gente comprava fato, botava um carderão de feijão no fogo, aí no dia dava comida a todo mundo. Bibia muito licor, comia muito amendoim, era assim. Ficava tudo alegre!²⁷⁹

Para além de limpar, arrumar os espaços citados acima, esta ação parece sublinhar a própria cronologia imposta pelo trabalho na vida dos trabalhadores. Na tenda, por exemplo, todos eram convidados a fecharem um tempo e abrirem um outro. Era preciso retirar a crosta fatigante do seu cotidiano e, levar para casa, o sabor da alegria. Não importavam os conflitos travados nas relações de trabalho. A festa acertava as “contas” não mencionadas de um período.

²⁷⁸ Bertinho, op. cit.

²⁷⁹ D. Inacinha, op.cit.

Mas, ainda que a despedida desse trabalho se apresentasse como algo maravilhoso, não era bem essa a sensação sentida por uma parte dos trabalhadores. Pois, eles necessitavam arranjar diversos meios para darem continuidade às suas sobrevivências como bem expressou S. Manoel:

Tinha ocasião que no tempo que terminava o trabalho por aqui [Beco de Bigurriho] ia procurar o que fazer, né? Dava um dia limpano quintal dos outro, carregava areia, era ajudante de pedreiro. Às vez ia lá pra Nazaré trabalhar na fábrica [Tupy] que lá não parava, né? Era assim.²⁸⁰

Às vezes, medidas como estas necessitavam ser empreendidas também pelo tendeiro logo que terminassem o trabalho. Ao contrário do que se pensava sobre a remuneração do tendeiro, seus saldos foram apresentados em seus diálogos com ínfimos perto daqueles de seus próprios trabalhadores. O dinheiro repassado pelo grande produtor servia como pagamento destes funcionários. Com efeito, além de receber tardiamente a parte que lhe cabia nesse processo, ela era convertida em vales compras para seus comestíveis.

Mesmo que a preparação da festa nos espaços de trabalho nem sempre se apresentasse como algo favorável para a vida do trabalhador, fora dali ele ainda conseguia fazer desse tempo festivo algo inusitado. E assim, após o encerramento de seus trabalhos, era movido pelas motivações que ela lhe proporcionava.

Com base nos depoimentos, este momento compreendia, primeiramente, um cuidado com a limpeza e arrumação de suas casas. Para esta empreitada era comum o convite de familiares e amigos para um adjutório num domingo que antecederesse a festa. E nesse clima, colchões iam para o sol, os telhados eram vasculhados, louças eram lavadas, mesas e bancos eram raspados, areados e, às vezes, ganhavam o brilho e o cheiro de um “lustra móveis”. Se providos de algum piso artificial, o chão era lavado e encerado até o seu espelhamento. Do contrário, pisos de chão socado ganhavam um outro cuidado.

²⁸⁰ D. Adalice Santos, [D. Nissu], entrevistada em 26 de março de 2008.

Em Nazaré, D. Nissu disse que, após os cuidados com a casa a adornava para as festas juninas da seguinte forma:

Botava assim, em cima, no chão, areia. São Gonçálinho e folha de pitanga e areia, era uma beleza! botava assim no chão, em cima da areia e depois varria tudo e jogava fora. Depois varria tornava botar. Eu mermo fazia bandeira, aquelas bandeirola pra enfeitar tudo de papel de seda.²⁸¹

Para este feito, os trabalhadores necessitavam comprar a areia na mão dos garimpeiros que a vendiam nos trólios do trem em épocas de festa ou, aproveitando a busca de algumas folhas na beira do rio, trazê-la também deste local.

Os licores de jenipapo, geralmente eram feitos e guardados de um ano para outro. Ou, dependendo da demanda no dia da festa, feitos no calor de sua emoção. As comidas típicas, sobretudo a canjica, o mungunzá e o lelê, pediam que fossem feitas, no próprio dia da festa a fim de que não “melassem” e perdessem seu sabor. E assim, numa divisão familiar do trabalho, todos eram chamados a participar de sua construção. Aos homens da casa, cabia a tirada da madeira para a fogueira e do ramo no mato ou arranjá-los em outro lugar com antecedência. Até o dia de sua montagem, era comum deixar os paus deitados na frente da casa sem que ninguém mexesse neles. Esta era uma experiência que poderia minar o acendimento da fogueira na noite da véspera de São João. Pois, se o mês de junho fosse muito chuvoso, elas poderiam encharcar e, mais do que fogo, produzir pura fumaça.

Até o seu dia propriamente dito, a festa também era preparada em diversos momentos. Para quem saía em algum bloco, era o momento de escolher a chita, o tamanco e o chapéu com que iam se adornar. Para outros, um momento de buscar praças mais baratas para comprar artigos somente renovados após um ano em seu poder. Sobre este momento Bertinho mesmo disse que “depois do trabalho com fogos eu juntava o dinheiro e ia com minha prima comprar roupa na Baixa dos Sapateiros em Salvador”.

²⁸¹ D. Nissu, op.cit.

De qualquer forma, todos se sentiam vibrados pela festa junina. Tudo arrumado era então chegado o grande dia. Para isso, todos precisavam estar apostos: as crianças retiravam palhas e “cabelos” dos milhos. Senhoras mais velhas como mães e sogras eram convidadas a fazerem a canjica enquanto filhas e noras se debruçavam sobre quitutes de sua geração. Nesse momento a tensão ficava por conta do não “embolamento” do primeiro prato. Após a passagem dos caroços de milho, numa máquina, eles eram triturados e espremidos com um pano branco. Seu caldo formaria, junto ao leite de coco, açúcar, cravo, canela e, quem preferisse, água de flor ou folha de laranja verde, a tão esperada cajica.

E, assim, o ritual da noite junina era iniciado depois que:

Eu já tinha acabado o trabalho [na tenda], a gente já tinha limpado a casa, já tinha botado sua toalhinha na mesa, já tinha feito sua canjiquinha, seu mingauzinho. Eu fazia meu bolo também, botava na mesa, fazia meu licor, pra quem chegasse. Laranja! Botava amendoim! Tudo alí pra quem chegasse.²⁸²

Ainda que sua casa ficasse aberta à espera dos conhecidos ou que iam “tomar um licor”, muitos trabalhadores brincavam na rua antes de serem anfitriões de suas casas. Outros, amparados por uma organização do próprio bairro, ficavam por ali e se juntavam para brincarem numa só emoção.

No bairro do Salto do Bode, por exemplo, S. Moreira e demais tendeiros organizavam sua festa de São João da seguinte forma:

A gente fazia casamento, fazia tudo. Era três, quatro dia a gente dançano, brincano. A gente mermo daqui. Era aquela roupa de xita, né? Cimentava tudo, era mei mundo de festa. Não fartava nada. Comia, todo mundo levava, né? Era canjica, carne, milho, era bolo, tudo. Licor.²⁸³

Ao contrário do cordão dos fogueteiros, este era um momento que S. Moreira recebia junto a seus amigos, outras pessoas consideradas “de fora”. O próprio dono da matéria prima também fora flagrado ajudando e participando da

²⁸² D. Nissu, op.cit.

²⁸³ S. Moreira, op.cit.

festa. Nesse processo, segundo S. Moreira, ele costumava dar qualquer coisa que precisassem e levar pessoas de seu *mitiê* para apreciar a folia de São João.

Além de toda essa fartura alimentícia, não faltavam nesta festa, o respeito, a animação e a solidariedade. Ainda que, muitas vezes fosse premido por algumas carências do espaço público, tudo era providenciado para que a noite fosse inesquecível.

Ainda é S. Moreira que nos conta algumas façanhas para este momento:

Aí não tinha luz aqui. Um dia nós istruciu buscar luz lá em Dr. Plínio pra aqui. Eu falei com Dr. Plínio ele me deu. Naquele tempo era gerador, né? Comprou fio, foi imendano, imendano, passa por debaixo porque por cima não podia mode o trem, né? Qndo a luz chegou aqui fez puuuu! [risos] Fez instalação tudo, botou no Cruzeiro, aqueles charuinho, aquelas velinha. Aí pegou a comprar aladim que hoje é aquele bujaão de aço, naquele tempo era de manga. Comprou dois, três e fez a festa.²⁸⁴

Além das ações colocadas nesse diálogo, toda a produção da festa de São João contava com a unidade dos trabalhadores antes, durante e depois dela. Elas eram verdadeiramente construídas e formadas por um exemplo de solidariedade naquele local. Quando o interesse era o brilho da festa e a satisfação dos participantes, nenhum esforço ou baixa estima podia lhes afetar.

E, nesse percurso todos eram chamados a comer, beber e, também queimar alguns fogos que produziram. Geralmente, as crianças, eram as mais frenéticas nesta ação. Como se diz comumente no Recôncavo, “tocavam” bomba de número um, rodopiavam entre o malabarismo das chavinhas e corriam atiçadas pelas cobrinhas jogadas ao chão.

Mas, os adultos também curtiam este momento:

Eu tocava sim, [risos] bomba e bomba grande! Ninguém me desse bomba pequena que eu mermo fazia a minha grandona. Eu sei marrar. Eu mermo enchia como eu queria bem forte, marrava! Tocava. Ainda falava, eu dizia sai daí que eu não vou me quemar! O negócio da bomba é você acender aqui e não fazer assim pra traz. Você acendeu aqui:, xi, jogou lá, oh! Mas o povo tem uma mania: acendeu e faz assim [vira o braço para

²⁸⁴ Idem.

trás] antes de jogar. Eu fazia a minha pra tocar, oia!. S João eu Tocava, gritava São João! bem na frente da minha casa. Os meninos tocavam chuvinha e traque de bater. É o que eles tinha.
285

Quando D. Nissu se reportou ao São João, parecia estar dentro da própria festa. Este momento era para ela como “organizar um tempo sentido e vivido e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar”.²⁸⁶ Entre uma frase e outra, euforicamente ela dava vivas a São João. Seus gestos e palavras eram ratificados pelas sensações que dizia sentir, ao lembrar dessa festa. Em um momento de extrema emoção, ela chegou até a levantar repentinamente e levantou o braço para mais um redobrado “Viva São João!”

Toda a evolução com fogos era condicionada pela experiência tecida com esses explosivos no cotidiano do seu trabalho. E por isso, a noite de São João era também um momento para desafiar e brincar com os elementos que limitavam a sua relação com a produção. Mais do que “soltar” os fogos, D. Nissu os fazia para “tocar”.

Aliás, tanto este vocábulo como a sua tradução parece ter sido mais um exemplo das mudanças ocorridas no universo fogueteiro a partir de sua sistematização por volta da década de 1950. De acordo com S. Tonhezinho,

No tempo da bomba de cordão não se riscava. Era feita de goma de mandioca, misturava com a pólvora e escovava de uma a uma. Fazia a cabecinha, encostava no fogo e jogava lá, fazia fuuu! Essa era a base de salitre a de riscar era a base de clorato.
287

Por mais que D. Nissu tentasse brincar com o perigo, estava refém das implicações mercadológicas advindas no processo descrito acima.

Sendo assim, ao contrário de D. Nissu, outros trabalhadores, por sentirem uma irritação nos olhos mediante a fumaça produzida pelo batalhão de fogueiras que se avolumavam pelas ruas, preferiam nem “botar a cara na janela”.

²⁸⁵ D. Nissu, op.cit.

²⁸⁶ MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995. P. 29.

²⁸⁷ S. Antônio Pereira Nascimento, [S. Tonhezinho] entrevistado em 1 de maio de 2008.

Ou ainda, como disse uma outra trabalhadora: “fazia bomba pra ver os zoto tocar, mas eu, Deus me livre, tinha um medo grenado!”²⁸⁸

Em meio a todas as sensações sentidas durante esta festa, o trabalhador ainda guardava um tempo para contemplar, durante toda a noite, uma fogueira que teimava acabar e assim remetê-los em poucos dias, a um cotidiano palmilhado por situações diversas, até que o trabalho pudesse, novamente, fazer parte de suas existências e ajudá-los a produzir um outro Viva a São João.

²⁸⁸ Maria Eulina da Paixão dos Santos [D. Lina], entrevistada em em 7 de setembro de 1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi tão fácil adentrar nas histórias que compõem às “tendas da sobrevivência” arroladas nesta pesquisa. O encontro com seus sujeitos se deu num tempo em que o acidente de 11 de dezembro de 1998 corrompia parte de suas histórias. Por outro lado, sentindo-se, muitas vezes, “pequenos” e sem importância para “intercambiar experiências”,²⁸⁹ eles preferiam falar mais do fabrico de fogos do que da sua própria relação com o mundo do trabalho. Era preciso então, muito “jeito” para que elas fossem desencadeadas e ganhassem o brilho de uma época.

Contudo, mergulhando aos poucos no universo da sua própria historicidade, os trabalhadores foram se descobrindo entes históricos, capazes de tensionar um tempo e um espaço a partir das experiências palmilhadas em seu próprio cotidiano.

Dessa forma, os sujeitos que “inauguraram” esse modelo de trabalho com fogos de artifício no Recôncavo Sul forma aparecendo, entre outras cosas, como frutos de uma formatação social que, não correspondendo ao discurso do momento, [adiantamento social e urbano do Recôncavo Sul], permitia brechas para que um jogo social se instalasse.

A sistematização fogueteira realizada por Juvenal Moreira Tupnambá aparece como reflexo disso. Mediante ao difícil quadro político-econômico e social constantemente estampado pelos jornais e atas de cada localidade, homens mulheres e crianças se viam, cada vez mais refratários, a esse projeto.

Nesse íterim, seus tempos e até mesmo seus espaços foram, aos poucos, sendo reorganizados conforme suas intenções de mercado.²⁹⁰ Através de uma terceirização do trabalho, antigos e novos trabalhadores viram a razão social de seus meios produtivos abalados e cada vez mais refêns do jogo social em que estavam envolvidos.

²⁸⁹ Este é um conceito dado a maneira de alguém narrar uma determinada história. BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte Política*. São Paulo: Brasiliense, 1995. [Obras Escolhidas, vol. 1], p. 198.

²⁹⁰ HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*, Edições Loyola, São Paulo, 1992, p 207.-

Não resta dúvida que, num determinado tempo, toda essa política do trabalho conseguiu, de alguma forma empreender seus intentos. Em primeiro momento, o trabalho e a cultura dos artesãos foram usados como um instrumento de força por quem lhe fazia contraponto no espaço social. Prova disso foi a apropriação de suas técnicas produtivas para lançar as bases da produção fogueteira que conhecemos hoje.²⁹¹

Entretanto, estas e outras estratégias não foram fáceis de serem empreendidas. Elas demandaram conflitos e tensões durante todo o momento. Os constantes elementos de fiscalização criados pelo grande produtor para coibir trabalhadores ávidos para darem um salto na sua condição humana e social, se constituíram, também, como exemplo da permeabilidade em que estava assentado esse processo produtivo.

Com efeito, a astúcia do trabalhador em “arranjar”, nesse mesmo processo produtivo, aquilo que fora intitulado durante a pesquisa como bode, talvez seja quem melhor possa definir a colocação acima. Por mais que, aparentemente, ela não tenha lhe oferecido grandes mudanças materiais, pelo menos lhes permitiu o que os próprios trabalhadores conceituaram, num texto anterior, de “guia” para darem prosseguimento a vida. E, sobretudo, protagonizarem sua própria história.

De outra forma, esse e outros “arranjos” sociais demonstraram a convivência de sujeitos num espaço precariamente adiantado, repleto de instâncias de poder, mas, possível de ser redesenhado no bojo de seu cotidiano.

²⁹¹ Para Canclini, é através da reprodução social da cultura popular que a elite consegue assentar suas bases de poder. In, CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.34.

GLOSSÁRIO

ABAFÁ-BANCA - pequenos cubos de gelo feitos com refresco artificial, em que os compradores levavam um recipiente (copo) para colocá-los no momento da compra.

ADOBE – blocos feitos de terra.

ADIANTAMENTO – palavra utilizada pelos dirigentes da cidade de Santo Antonio de Jesus para conceituar o processo de fluidez urbanística deste local despontado por volta da década de 1950.

APAGA-FOGO – bairro em que se localizava a Fábrica de Fogos Tupy de Juvenal Moreira Tupinambá.

BOMBA DE CORDÃO – canudo de papel colado nas extremidades, preenchido com pólvora, amarrado com barbante e bico centralizado feito com o próprio papel e escorvado com massa de pólvora.

BOMBA CHILENA – fogos de artifício feitos de papel, cartolina e goma.

BANANA-REAL - pastel feito com recheio de banana, polvilhado com açúcar e canela.

BEZOURO, ZORRADA - fogos produzidos a partir de bambu, papel, cordão e pólvora.

BECO DE BIGURRILHO – atual rua do Calabá da cidade de Santo Antonio de Jesus.

BREU - minério de ferro retirado da superfície da terra e anexado à pólvora para garantir maior arrojo no estopim dos fogos de artifício.

BROCA / TABOCA – madeira brocada da mesma família dos bambus.

BANGALÔ – casa de; casa que denota bom poder aquisitivo do dono.

BODE – estratégica maneira do trabalhador manobrar o processo produtivo.

BUSCAPÉ – fogos feitos a partir do bambu e pólvora. Diferencia-se da espada pelo alinhavo nas suas extremidade e explosão no final de sua evolução.

CAVALETE - instrumento próprio para amarrar bomba, construído a partir de madeira e prego; composição: tronco horizontal adornado de dois ou mais pares de pregos em que são entrelaçados o nylon para a amarração das bombas e quatro hastes verticais para serem fixadas ao chão .

CAIXAS - canudos feitos de cartolina sem material explosivo.

CAXIXI – miniaturas feitas de barro e vendidas na Feira dos Caxixis na época da semana Santa.

CERA – pequena bola feita a partir do derretimento de parafina, sebo ou azeite de dendê e breu, própria para o amaciamento dos cordões em que são amarradas as bombas.

CHORADEIRA – estado de umidade pelo qual passam os fogos quando produzidos nos períodos de chuva.

CHUVINHA – fogos de artifício produzidos a partir de canudo de papel sem materiais explosivos.

COBRINHA – pequenos canudos revestidos de pólvora próprios para serem lançados ao chão.

DINAMITE – pólvora feita a partir de uma grande quantidade de materiais considerados de boa qualidade como: sulfureto, enxofre, nitrato e alumínio; grande quantidade de pólvora armazenada num só espaço.

ENFIAR PALITO - fixar manualmente palitos de madeira nos orifícios das tabelas de borracha a fim de serem escorvados com pólvora e transformarem-se no bico da bomba.

FOGUETE DE FLECHA – fogos produzidos a partir de taboca e pólvora preparada com carvão.

FOGUETEIRO – aquele que dominava a arte de fazer foguetes. A partir da década de 1950 este vocábulo foi dirigido também a todas as pessoas que produziam qualquer tipo de fogos.

GELADINHO - refresco artificial congelado em pequenos sacos plásticos.

GOMA – material feito a partir de resíduos da mandioca [cola].

JERERÉ – instrumento utilizado na pesca do camarão feito a partir de cordão; formato de cone com borda ajustada por arame.

MARQUESA – espécie de cadeira em que eram transportados os doentes da zona rural para outros lugares.

MINGUNÇA – espécie de mingau batido numa tigela com colher de pau, a partir da mistura de dois ovos, um pouco de farinha, açúcar e levado ao fogo para ser cozido.

PANACUM – cesto produzido a partir do entrelaçamento de cipós e composto por: duas alças laterais a fim de serem penduradas nas hastes que compõe a cangalha [espécie de sela para montaria feita com madeira].

PESADA DE PÓLVORA – quantidade de pólvora produzida pelo tendeiro condizente para cada tipo de fogos

PÓLVORA – dependendo do tipo de fogos a ser produzido, ela compõe-se a partir da mistura de sulfureto, alumínio, nitrato, carvão e enxofre. Era também comum nessa época, o uso do breu, minério retirado da terra para que a pólvora ficasse mais forte. Pólvora para bomba - enxofre, clorato, alumínio e sulfureto. Pólvora para fogueira adiciona o carvão.

PITONGOS – calosidades formadas pelo contínuo contato com objeto. Ao contrário dos calos que se desmancham quando alguém deixa de ter contato com material poroso, ele quase não se desfaz formando uma espécie de verruga nas extremidades das mãos.

PUCHA - PUCHA – espécie de doce feito do melaço de cana-de-açúcar e que facilmente se prende aos dentes quando degustado.

SALTO DO BODE – atual Rua 13 de Maio.

TENDEIRO – pessoa responsável por gerenciar a tenda.

TENDA – espécie de cabana feita de paus, coberta de lona, palha ou telha.

TERÇA – extensão da cozinha [espécie de varanda]

TOCO – resíduo do caule de uma árvore decepada em sua extremidade.

TRAQUE EMBUCHADO – também chamado de traque d'água, traque de tição, traque de barro, traque de água e traque misera - canudo feito de papel, preenchido de pólvora e colado com goma. Tipo de traque capaz de abrir pequena cratera quando lançado ao chão. Mais arrojado dos que são produzidos na atualidade.

TRÊS BOCAS – triângulo que dá acesso ao município de Muniz Ferreira

FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVOS

APMN – Arquivo Público Municipal de Nazaré

APMSAJ – Arquivo Público Municipal de Santo Antonio de Jesus

FONTES ORAIS

Antonio dos Santos 56 anos, trabalhador avulso da fábrica de Fogos Tupy, residente em Nazaré. Aposentado. Entrevista feita em 1 de maio de 2008, 60 min.

Bartolomeu Ramos, 56 anos, ex - amarrador de bomba de tenda, residente em Muniz Ferreira, Professor. Entrevista feita em 20 de junho de 2007, 184 min.

Bernarda Costa, 82 anos de idade, ex - "proprietária" de tenda, residente em Muniz Ferreira, aposentada. Entrevista feita em 14 de setembro de 1999, 120 min.

Inácia Almeida, 60 anos de idade, ex - "proprietária" de tenda e trabalhadora domiciliar, residente em Muniz Ferreira, aposentada. Entrevista feita em 7 de setembro de 1999, 120 min.

João Moureira, 65 anos de idade, ex - "proprietário" de tenda, residente em Muniz Ferreira, aposentado. Entrevista feita em 24 de fevereiro de 2000, 120 min.

Jacinto Lauriano dos Santos, 87 anos, ex - "proprietário" de tenda, residente em Muniz Ferreira, aposentado. Entrevista feita em 18 de fevereiro de 2008, 60 min.

Manoel Bispo dos Santos, 72 anos, ex- fazedor de cobrinha, residente em Santo Antonio de Jesus, aposentado. Entrevista feita em 5 de maio de 2008, 120 min.

Maria da Glória Santos Mota, 62 anos de idade, ex - trabalhadora domiciliar, residente em Muniz Ferreira, aposentada. Entrevista feita em 23 de fevereiro de 2000, 120 min.

Maria Judite Santana Santos, ex - trabalhadora domiciliar, residente em Muniz Ferreira, aposentada. Entrevista feita em 4 de maio de 2008, 120 min.

Maria Eulina da Paixão Santos, 66 anos de idade, ex - amarradeira de bomba de tenda, residente em Muniz Ferreira, aposentada. Entrevista feita em 7 de setembro de 1999, 60 min.

Maria das Neves dos Santos Silva, 43 anos de idade, ex - amarradeira de bomba de tenda, residente em Muniz Ferreira. Entrevista feita em 17 de setembro de 1999, 120 min.

Maurina de Jesus Costa Santos, proprietária de tenda, 75 anos, residente em Santo Antonio de Jesus, aposentada. Entrevista feita em 23 de fevereiro de 2008 , 120 min.

FONTES IMPRESSAS

Jornal O Grito

Jornal A verdade

Jornal O Nazareno

Jornal O Paládio

Documentos da Câmara Municipal de Nazaré:

Atas - 7 de agosto de 1954; 22 de abril de 1955; 5 de agosto de 1955; 31 de julho de 1957; 18 de abril de 1958; 9 de maio de 1958; 5 de julho de 1959.

Documentos da Câmara Municipal de Santo Antonio de Jesus:

Atas: - 2 de outubro de 1959; 4 de novembro de 1971; 6 de maio de 1964.

Documentos do Arquivo Público de Nazaré:

Livro de leis, decretos e portarias 1966 -1970 de Santo Antonio de Jesus.

Livro de Decretos e Leis de 17 de novembro de 1975 - Código tributário de Santo Antonio de Jesus.

Código de Posturas Municipais de Santo Antonio de Jesus, Lei nº. 66 de 4 de dezembro de 1965.

Documentos de particulares

Caderneta de anotações de Anacleto Gregório de Brito [1950 – 1970]

FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo fotográfico de particulares.

Fotografias da pesquisa de campo

FONTES IMAGÉTICAS

Filme “Quem somos nós?”, um diálogo entre Física Quântica e História, exibido pelo Prof. Charles D’Almeida Santana a partir da disciplina Teoria, Métodos e Discursos da História. Faculdade de Formação de professores de Santo Antônio de Jesus - Universidade do Estado da Bahia / UNEB. 03/06/2007.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ABREU, Rangel de Paiva Alice e SORJ, Bila (orgs.) et al. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente. Artigo de ABREU, Rangel de Paiva Alice e SORJ, Bila. O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1993.

_____ Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente. Artigo de MATOS, Izilda Santos de Maria. Trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café. (1890 - 1930).

BARRETO, Olavo de Souza. História da minha vida: aos 80 anos, s.ed.,1972.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.) Recôncavo da Bahia - sociedade e economia em transição; Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas; v.1).

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *História e teoria social*; tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer Ed. UNESP, São Paulo, 2002.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

CASTELLUCCI, Aldrin, Armstrong Silva. *Indústrias e operários baianos numa conjuntura de crise (1914 – 1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. *Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA [1960-1990]*. São Paulo: Annablume, 2007.

CERTEAU, Michel de, *A cultura no plural*; tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, S.P. Papyrus, Coleção Travessia do Século, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

DARTON, Robert. *Os best-sellers proibidos na França pré - revolucionária*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FENELON, Déa Ribeiro. "O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?", nº 6. História e Perspectiva, jan. – jun., 1992, pp. 5-23, também nos propõe um questionamento quanto a nossa atuação política frente à "derrocada" das chamadas utopias do século XX.

FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. Salvador: Hucitec – Edufba.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. Condição pós – moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GINSBURG, Carlo. O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIMA, Evanice Ramos. O léxico dos trabalhadores na produção artesanal de fogos em Muniz Ferreira – BA. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística [Área Linguística Histórica] da UFBA. Salvador – BA

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição, 1992.

MOURA, Braga Lúcia Vera. Pequenos aprendizes: assistência a infância desvalida em Pernambuco no século XIX. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco.

ALMEIDA NETO, Honor de, Trabalho infantil: formação da criança jornaleira de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado da PUC do Rio Grande do Sul. Canoas: Editora ULBRA, 2004.

NORA, Pierre. Pierre. Os lugares da memória. In. História e cultura. Projeto História, nº 10, Revista do Programa de Pós – Graduação em História e do Departamento de História – PUC - SP. São Paulo: Educ, 1994.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX. Salvador: Editora da UNEB, 2002.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo, nº 14, 1997.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In Brandão, Maria de Azevedo (Org.) Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais do “indizível” ao “dizível”; In: SIMSON, Olga Moraes Von (org.). Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Cariolando. Museu do meu coração. São Paulo. EDICON, 1997.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: Campinas: Papyrus, 1994.

WILLÍAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAMUEL, Raphael. "História Local e História Oral". Revista Brasileira de História, n.º 19, Marco Zero, São Paulo, 1990.

SANTANA, Charles D'Almeida. Fatura e Ventura Camponesas: Trabalho, cotidiano e migrações. Bahia – 1950 – 1980. São Paulo: Anablume, 1998.

SANTOS, Daniel Francisco dos. Experiências de Migração de trabalhadores nordestinos – Rondônia 1970-1995. Salvador: EGBA, 2003.

SANTOS, Milton. A rede urbana do recôncavo. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Cidade e Recôncavo da Bahia. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado, 1998.

SCHWARTZ, S.B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Hamilton Rodrigues da. Vidas nas fronteiras: práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia. Santo Antônio de Jesus – 1948 – 1971. Dissertação de Mestrado em História da UNEB. Santo Antônio de Jesus – BA, 2007.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Fazer charutos: uma atividade feminina. Dissertação de Mestrado em História da UFBA. Salvador - BA, 2001, p. 47.

PRIORE, Mary Del. [org.] História das mulheres no Brasil. Editora Contexto, São Paulo. S.P. Texto: Ser mulher, mãe e pobre de Cláudia Fonseca.

SIMSON, Olga Moraes Von (org). Experimentos com histórias de vida. Revista dos Tribunais. São Paulo: Vértice; 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas. UNICAMP, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)